



IX Governo Constitucional

OGGE

ORCAMENTO GERAL DO ESTADO 2025

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS
ESTRATÉGICAS, REFORÇO DA ECONOMIA E
MELHORIA DO BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS

Relatório

VERSÃO APROVADA

Índice

Discurso do Primeiro-Ministro	6
Resumo Executivo	7
1. Perspetivas macroeconómicas e estratégia orçamental	10
Estratégia orçamental	10
Panorama macroeconómico	13
Análise de Sustentabilidade Orçamental.....	23
Demonstração de Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.....	26
2. Prioridades e reformas do Governo	34
Prioridades de despesa e medidas-chave para 2025	34
Descentralização e Desenvolvimento Local: Investimento nos Municípios	43
Medidas de política orçamental	53
Subvenções às Empresas Públicas	56
Novos desenvolvimentos na GFP	57
3. Política orçamental	61
Desempenho orçamental	61
Estratégia orçamental para 2025	69
Transparência e Responsabilização Orçamental	72
4. Receitas e Financiamento	80
Receitas Domésticas	80
Fundo Petrolífero	83
Empréstimos e PPP	84
Parceiros de Desenvolvimento.....	91
Saldos de Caixa	95
Financiamento	96
I. Anexo 1: Nota metodológica	98
II. Anexo 2: Informações financeiras das empresas públicas	103
III. Anexo 3 – Certificado do Fundo Petrolífero	109

Elementos do Relatório Orçamental por entidade responsável

Elementos	Entidade
Estratégia orçamental	GMF
Projeções dos principais indicadores macroeconómicos com influência no OGE e na sua evolução	DGPO
Evolução da situação financeira do Setor Público Administrativo e dos seus subsectores	DGT
Resultados da execução orçamental do exercício anterior	DGT
Evolução e sustentabilidade do Fundo Petrolífero	GPRCGFP
Evolução e sustentabilidade da dívida pública	DGGMRE
Situação das operações de tesouraria e das contas do Tesouro	DGT
Previsão da receita fiscal e da perda de receitas fiscais	DGPO/AT
Linhas gerais de política e programas orçamentais	DGPO
Medidas de racionalização da gestão orçamental	DGPO
Medidas temporárias e permanentes de política orçamental	DGPO
Análise de risco fiscal	DGPO
Informação sobre passivos contingentes do Setor Público Administrativo	DGPO
Despesas anuais e plurianuais com parcerias público-privadas e respetiva situação de endividamento global	DGGMRE
Informações sobre atrasos de pagamento do Setor Público Administrativo	DGPO/DGT
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões dos organismos internacionais de referência	DGPO
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o exercício orçamental anterior e a evolução real observada	DGPO

Abreviaturas

Banco Asiático de Desenvolvimento	BAD
Agências Autónomas	AA
Capital de Desenvolvimento	CD
Classificação Funcional	COFOG
Conselho de Administração do Funda das Infraestruturass	CAFI
Fundo Consolidado de Timor-Leste	CFTL
Índice de Preços no Consumidor	IPC
Dalan Ba Futuru (Timor-Leste)	DBFTL
República Democrática de Timor-Leste	RDTL

Parceiro de Desenvolvimento	PD
Apoio orçamental direto	DBS
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
União Europeia	UE
FALINTIL - Força de Defesa de Timor-Leste	F-FDTL
Sistema de Informação de Gestão Financeira	FMIS
Orçamento Geral do Estado/ Orsamentu Jerál Estadu	OGE/ OJE
Governo de Timor-Leste	GoTL / GovTL
Produto Interno Bruto	PIB
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH
Fundo das Infraestruturas	FI
Unidade do Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira	IFMISU
Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal	PDIM
Agência Internacional de Desenvolvimento	IDA
Ministérios Sectoriais	LM
Micro, Pequenas e Médias Empresas	MPME
Ministério da Agricultura e Pescas	MAPA
Ministério da Defesa	MD
Capital Menor	CM
Ministério da Educação incluindo SEJD	MEJD
Ministério das Finanças	MdF
Ministério da Saúde	MS
Ministério do Interior	MI
Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLAN
Ministério das Obras Públicas	MOP
Ministério da Solidariedade e Inclusão Social	MSSI
Ministério do Comércio e Indústria	MCI
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
Agência Nacional de Comunicação	ANC
Agência de Desenvolvimento Nacional	ADN
Direção-geral de Planeamento e Orçamento	DGPO
Serviço Nacional de Informações	SNI
Organização dos Países Exportadores de Petróleo	OPEP
Fundo Petrolífero	PF

Orçamentação do Programa	PB
Gestão das Finanças Públicas	GFP
Comissão da Função Pública	CFP
Unidade de Parcerias Público-Privadas	PPPU
Transferências Públicas	TP
1º Trimestre	T1
2º Trimestre	T2
Taxa de Câmbio Real Efetiva	REER
Salários e Vencimentos	SV
Secretaria de Estado da Arte e da Cultura	SEAC
Secretaria de Estado do Ambiente	SEA
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	SEJD
Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	RAEOA
Plano Estratégico de Desenvolvimento	PED
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Banco Mundial	BM

Discurso do Primeiro-Ministro



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DE
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025**

Parlamento Nacional, Díli
6 de novembro de 2024



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Suas Excelências
Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Ilustres
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Senhoras e senhores,

É sempre uma honra dirigir-me a este distinto Parlamento para discutirmos, em conjunto, o futuro do país.

O Governo está confiante de que vem aqui hoje apresentar uma proposta de Orçamento de Estado para 2025 que é estratégica e equilibrada. De todo o modo, considera que os contributos dos Distintos Deputados para esta proposta poderão torná-la ainda mais representativa.

O debate democrático previsto para estes próximos dias irá certamente beneficiar o nosso povo. Como tal, devemos dar o nosso melhor.

Neste ano em que celebrámos os 25 anos da nossa histórica Consulta Popular é importante relembrar o compromisso que temos para com o povo timorense. O compromisso de sermos livres e independentes só se concretiza através da consolidação da nossa democracia e do desenvolvimento nacional.

Como disse Sua Santidade o Papa Francisco na sua recente visita a Díli, uma visita seguramente inesquecível para todos nós: *“a melhor e mais bela coisa que Timor-Leste tem é o seu povo”*.

O Governo na preparação dos seus orçamentos para os anos de 2025 a 2029 pretende melhorar o desenvolvimento social, económico e de infraestruturas para apoiar a melhoria do nível de vida do povo de Timor-Leste. Vamos criar condições para que este maravilhoso povo possa prosperar com alegria, estabilidade e harmonia em todas as dimensões.

Encontramo-nos, por isso, hoje, num momento crucial da história da nossa nação. O Orçamento Geral do Estado para 2025 que vos apresento é mais do que uma mera coleção de números e afetação de verbas: é uma declaração de intenções; uma visão audaciosa para o futuro; e um roteiro concreto para enfrentar os desafios e usufruir das oportunidades.

O tema "**Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-estar dos Cidadãos**" pretende ilustrar este contrato social. Com um orçamento total proposto de **2,617 mil milhões de dólares americanos**, estamos preparados para dar passos significativos na melhoria dos serviços públicos, impulsionando o crescimento económico e lançando as bases para um futuro próspero.

Este orçamento foi concebido para garantir que os frutos do crescimento e desenvolvimento da nossa nação sejam usufruídos por todas as cidadãs e cidadãos timorenses, independentemente do local onde vivem ou da sua posição social.

Trata-se de um orçamento para o povo e pelo povo.

E se no ano passado vos disse que **2024 seria um ano de correção das fragilidades** encontradas nas instituições, nos sistemas e processos do setor público, para **2025**, o que se pretende é que este **seja um ano de implementação**.

Numa altura em que a economia global enfrenta incertezas sem precedentes, desde as consequências da pandemia ao aumento da inflação e às guerras e tensões geopolíticas, o nosso Governo elaborou um orçamento que tem em conta as necessidades do povo, também neste contexto de vulnerabilidade aos fatores externos.

Não nos concentrámos apenas na recuperação imediata, mas também na construção de políticas e medidas resilientes que permitirão que Timor-Leste prospere a longo prazo.

E isto significa investir nos setores produtivos, tais como: infraestruturas, educação, saúde, proteção social e ambiental e, também, no setor petrolífero. Estes são os pilares sobre os quais vamos construir uma sociedade próspera e justa.

É meu dever, senhoras e senhores Deputados, é dever deste Governo, ser transparente sobre os recursos públicos nacionais. Não é novidade que, na ausência de novos recursos, o Fundo Petrolífero deverá esgotar-se no espaço de uma década.

Mas isto não pode ser um fator para nos desmoralizar e, muito menos, para declarações políticas demagógicas e irresponsáveis. Pelo contrário, deverá ser um fator de união para trabalharmos com afinco na procura de soluções alternativas para o povo e pelo povo.

E é isto que este orçamento representa: não só **reformas de sustentabilidade orçamental**, mas investimentos concretos que permitem a diversificação económica.

Convido-vos por isso, Distintos Deputados, a se unirem a estes esforços do Governo para deliberar sobre o futuro sustentável da nação.

Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados

Os nossos investimentos em infraestruturas, num total de **654 milhões de dólares**, dos quais 440 milhões de dólares para capital de desenvolvimento, não se limitam à construção de estradas e pontes - destinam-se a ligar o nosso povo, a permitir o comércio e a promover oportunidades.

E quando falamos em infraestruturas não podemos deixar de referir a importância promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, reduzir os riscos para a saúde pública e proteger o ambiente, especialmente em centros urbanos densamente povoados. Neste sentido, o Governo comprometeu um total de **26 milhões de dólares** para iniciativas de Água, Saneamento e Higiene em vários municípios, com foco no desenvolvimento e manutenção de infraestruturas.

A implementação prevista de um cabo de fibra ótica, ainda este ano, deverá impulsionar o crescimento económico, permitindo melhorar os indicadores económicos e o desenvolvimento de novas indústrias que antes seriam impossíveis. Para tal, através do Fundo das Infraestruturas, vamos alocar **2,5 milhões de dólares** para o projeto de instalação da fibra ótica e **5 milhões de dólares** para a sua gestão. A aprovação de licenças para serviços de internet, via satélite Starlink, irá também permitir melhorar a conectividade, mesmo onde a fibra ótica não chegue.

Por outro lado, não podemos deixar de apostar nos recursos que a natureza colocou à nossa disposição para crescermos e prosperarmos. Vamos investir no setor do petróleo e recursos minerais, através do investimento de **40,5 milhões de dólares**, e vamos avançar com o desenvolvimento do *Greater Sunrise*, com um investimento de **12 milhões de dólares**.

Como sabem, continuamos a trabalhar arduamente para estabelecer fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia. Esta é uma prioridade nacional, não só para completar a nossa longa luta pela soberania, como também pela segurança jurídica e técnica sobre os recursos no espaço marítimo sob a nossa jurisdição, o que nos irá permitir, entre outras, implementar políticas de economia azul sustentáveis.

No início deste ano, formalizámos a adesão à Organização Mundial do Comércio. No próximo ano, contamos ser membros da ASEAN. Em ambas as Organizações abrem-se novos mercados e novas oportunidades, que deveremos usar com inteligência e responsabilidade.

Como disse, 2025 será um ano de implementação e não há tempo a perder para potenciarmos recursos alternativos para o nosso desenvolvimento.

No ano orçamental de 2025, o Governo alocou estrategicamente um total de **40,8 milhões de dólares** para dinamizar os setores agrícola, pesqueiro, pecuário e florestal. Pretende-se estimular as pequenas e médias empresas (PME), para aumentar a produção local, reduzir a dependência das importações e promover a inovação. Acreditamos no poder do nosso setor privado para impulsionar o crescimento e criar empregos, e é por isso que estamos a capacitar os empresários, particularmente na agricultura e nas infraestruturas.

Com estes fundos, estamos a dizer aos nossos agricultores, aos nossos empresários e aos nossos aspirantes a empresários: o Governo acredita em vocês e estamos aqui para apoiar o vosso sucesso. Sabemos que a verdadeira força económica vem de dentro e estamos empenhados em desenvolver indústrias locais que possam resistir ao teste do tempo.

O Governo alocou também **23,3 milhões de dólares** no âmbito do programa de Investimento e Diversificação Económica para fortalecer o setor de Comércio e Indústria, concentrando-se em investimentos em infraestruturas críticas que reforçarão a base económica. Com a alocação, através do Fundo das Infraestruturas, de **4,6 milhões de dólares**, vamos construir novos mercados em Ainaro, Maliana, Loes e Manatuto e modernizar os mercados municipais de Baucau e Ermera, para estimular o crescimento empresarial local, criar empregos e melhorar a resiliência económica.

Por outro lado, vamos investir no Centro Nacional de Incubação de Empresas em Díli e investir em estudos de viabilidade e projetos detalhados de engenharia, para um novo parque industrial em Liquiçá e centros comerciais em Manleuana e Taibesse. Estas iniciativas destinam-se a atrair investimento, estimular a atividade económica e gerar oportunidades de emprego.

Este projeto será acompanhado de um programa nacional de estágio para fornecer experiência prática aos jovens profissionais, por meio de centros de desenvolvimento profissional, ao nível nacional e municipal, incluindo a RAEOA. Os investimentos em centros de formação e a construção de novas instalações em Lautém, Covalima e Aileu garantirão que a força de trabalho esteja equipada para atender às crescentes demandas económicas do país.

Excelências

Senhoras e Senhores

O Governo quer melhorar o bem-estar de todos os cidadãos e, como tal, vai investir **741 milhões de dólares** ou seja 35% do orçamento consolidado, no setor do capital social, pois é igualmente importante o apoio que prestamos às nossas populações mais vulneráveis. Ao atribuímos **190 milhões de dólares** aos nossos veteranos, honramos o seu sacrifício e reconhecemos que a liberdade e a paz de que hoje desfrutamos foram conquistadas graças à sua coragem.

Para além da transferência para o Fundo dos Combatentes de Libertação Nacional, iremos realizar uma **transferência de 124 milhões de dólares para a Segurança Social**.

E enquanto não formos capazes de proporcionar o bem-estar a todos com recursos internos, teremos de procurar soluções alternativas. Alocámos **8,1 milhões de dólares**, para a prestação de tratamento de saúde no estrangeiro.

O Orçamento Geral do Estado para 2025 prevê também reforçar o programa Bolsa da Mãe com mais 1 milhão de dólares, perfazendo o total de **7 milhões de dólares**, e um adicional de mais de **2 milhões de dólares** é alocado para um subsídio condicional de saúde e nutrição para mulheres grávidas e crianças.

Mas os nossos investimentos não se limitam apenas ao bem-estar social. Estamos a plantar as sementes para o futuro por meio de investimentos substanciais na educação. Com **17,2 milhões de dólares** dedicados a bolsas de estudo e formação profissional, estamos a preparar a próxima geração de líderes, inovadores e agentes de mudança timorenses. O sucesso da nossa nação assenta nos ombros dos nossos jovens e estamos empenhados em dar-lhes as ferramentas necessárias para terem sucesso.

Cerca de **145,8 milhões de dólares** são alocados ao investimento na educação, distribuídos por várias agências, através, nomeadamente, da construção e renovação de infraestruturas e edifícios educativos, formação de professores e a melhoria do sistema de gestão da educação.

Este governo acredita que a educação é o grande equalizador, e continuaremos a fazer dela uma prioridade máxima.

Iremos ainda melhorar os serviços de saúde em todo o país, com uma verba de cerca de **92,2 milhões de dólares** e investir no Hospital Nacional e Hospitais de Referência, bem como construir e reabilitar postos e centros de saúde comunitários. Com um investimento de cerca de **14 milhões** vamos suprir as necessidades em termos de medicamentos e equipamentos médicos essenciais.

Permitam-me também que seja claro: este orçamento reflete o empenho inabalável do nosso governo na boa governação. Iremos assegurar que os fundos públicos sejam geridos com a máxima transparência e responsabilidade.

Estamos a criar **sistemas de gestão das finanças públicas mais fortes**, a reforçar os mecanismos de auditoria interna e a garantir que a execução deste orçamento é acompanhada de perto. A corrupção e a má gestão não têm lugar no futuro de Timor-Leste. Devemos ao povo a garantia de que cada cêntimo atribuído neste orçamento serve o objetivo pretendido e produz resultados que melhoram a vida dos nossos cidadãos.

Distintos Deputados
Senhoras e Senhores

Além disso, à medida que continuamos a descentralizar a governação, estamos a capacitar os nossos municípios com os recursos de que necessitam para liderar o seu próprio desenvolvimento. Após pouco mais de um ano de mandato, várias ações, incluindo a melhoria do quadro regulamentar da descentralização, já foram implementadas para apoiar o processo de descentralização.

A estratégia de descentralização de Timor-Leste está a ser implementada em três fases: descentralização administrativa, descentralização administrativa institucional e descentralização administrativa territorial.

Estamos na segunda fase que consiste no aprofundamento da autonomia das Autoridades Municipais, reforçando a sua capacidade de gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos, e permitindo-lhes gerar receitas.

O aumento de **40 milhões de dólares** atribuídos às autoridades locais permitir-lhes-ão implementar projetos que reflitam as necessidades específicas das suas comunidades. Este governo acredita no poder da liderança local, e confiamos que os nossos governos locais utilizarão estes fundos de forma sensata para beneficiar os seus cidadãos.

Excelências

Com um orçamento total proposto de **2,617 mil milhões de dólares**, faremos investimentos críticos em serviços públicos, infraestruturas, crescimento económico e proteção social para os nossos cidadãos mais vulneráveis. Este orçamento reflete a visão a longo prazo do nosso Governo, tal como delineada no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030, ao mesmo tempo que dá resposta às necessidades prementes de hoje.

Distintos Deputados
Senhoras e Senhores

Apesar dos desafios globais, as perspetivas económicas de Timor-Leste para 2025 continuam a ser promissoras. Prevê-se que o crescimento real do PIB não-petrolífero aumente para 4,1%, face a 3,7% em 2024. Este aumento é impulsionado por investimentos públicos direcionados e pela recuperação do setor privado, sendo ambos essenciais para um crescimento económico sustentado. Paralelamente, prevê-se que a inflação diminua para 2,2%, melhorando o poder de compra da nossa população e estabilizando o custo de vida.

A nossa estratégia fiscal está centrada em despesas prudentes e sustentáveis, com especial incidência em despesas de capital em infraestruturas, programas alargados de proteção social e investimentos em capital humano. Estas prioridades ajudarão a garantir que o crescimento económico beneficia todas as regiões e todos os cidadãos de Timor-Leste.

O orçamento consolidado para 2025 da Administração Central e da RAEOA (Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno) ascende a **2,125 mil milhões de dólares**, o que representa um **aumento de 12%** relativamente ao ano anterior. Este aumento é uma demonstração clara do nosso empenhamento no desenvolvimento de infraestruturas e na melhoria dos serviços públicos.

Como já referi, para alcançar um crescimento sustentável a longo prazo, temos de continuar a diversificar a nossa economia. Os **310 milhões de dólares** alocados ao Fundo de Infraestruturas irão abordar áreas cruciais como infraestruturas de estradas e pontes, eletricidade, desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária, os transportes públicos e os serviços públicos.

Um dos principais obstáculos ao investimento em infraestruturas é a questão dos litígios relativos à propriedade e ao título de propriedade das terras. Para 2025, criámos uma dotação específica no âmbito do Ministério da Justiça para resolver estes desafios. Ao acelerar a resolução dos litígios fundiários e ao clarificar a propriedade da terra, criaremos um ambiente mais propício ao investimento público e privado em projetos de infraestruturas essenciais.

Desde que entrou em funções em 2023, o nosso Governo adotou uma abordagem cautelosa relativamente aos empréstimos e ao financiamento externo. Após uma análise exaustiva, tomámos a decisão de cancelar alguns acordos de empréstimo, continuando a avaliar outros. Esta abordagem cuidadosa reflete o nosso compromisso com a responsabilidade orçamental e a sustentabilidade a longo prazo.

Temos de garantir que todos os compromissos financeiros que assumimos estão alinhados com os nossos objetivos de desenvolvimento e não colocam encargos indevidos sobre as gerações futuras.

Embora sejamos cautelosos, continuamos abertos a alavancar opções de financiamento para projetos essenciais que contribuam diretamente para as nossas prioridades nacionais.

Para garantir a execução eficiente deste orçamento, continuaremos a reforçar os sistemas de gestão das finanças públicas. Isto inclui a implementação de novos procedimentos de aquisição para melhorar as taxas de execução de capital e reduzir os atrasos nos projetos. A transparência e a responsabilidade continuam a ser as pedras angulares do nosso modelo de governação e estamos empenhados em garantir que todos os cidadãos tenham acesso a informações sobre como os fundos públicos estão a ser gastos.

Reforçaremos igualmente os mecanismos de auditoria interna para prevenir a corrupção e garantir que todas as práticas financeiras respeitam as normas internacionais. O nosso objetivo é construir um Governo que seja transparente, responsável e que responda às necessidades do seu povo.

Não posso deixar de reconhecer que a execução governamental foi bastante moderada, durante o primeiro semestre deste ano. No entanto, nos últimos meses assistiu-se a um aumento do capital de desenvolvimento. Como resultado, a execução governamental até à data estima-se em cerca de 63%, devendo registar um aumento até ao final do ano.

Contamos executar cerca de 86% até 31 de dezembro de 2024, o que representaria um aumento de 9% em relação a 2023. Por outro lado, estamos confiantes de que a execução melhore progressivamente, para não menos de 90% em 2027, consequência das reformas da gestão das finanças públicas que estamos a implementar.

Distintos Deputados
Senhoras e Senhores,

Este orçamento representa um ponto de viragem para a nossa Nação. Trata-se de investir no nosso futuro, de garantir que Timor-Leste emerge dos desafios que enfrentamos atualmente como um país mais forte, mais unido e mais próspero.

Este orçamento estabelece os alicerces para um futuro que é promissor, estável e inclusivo. Juntos, como uma nação, iremos concretizar a visão de um Timor-Leste próspero - um Timor-Leste onde todos os cidadãos possam viver com dignidade e com acesso às oportunidades.

E, à medida que enfrentamos desafios globais e internos, devemos lembrar-nos de que a nossa força reside na nossa unidade e resiliência.

Juntos, tudo faremos para construir esse futuro – um futuro assente em bases de justiça social, estabilidade e confiança mútua.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão.

Resumo Executivo

Visão geral

A proposta de Orçamento Geral do Estado rege-se pelos requisitos legais previstos na Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública (LEO). O tema da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2025 é: **"Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos"**.

O IX Governo Constitucional está empenhado em continuar o desenvolvimento económico, erradicar a pobreza e prestar serviços públicos de maior qualidade (de forma mais eficaz e eficiente) a toda a população de Timor-Leste.

À medida que Timor-Leste inicia o ano orçamental de 2025, o Governo continua empenhado em promover o desenvolvimento socioeconómico da Nação através de investimentos direcionados em infraestruturas estratégicas, diversificação económica e iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos.

O programa do Governo orienta-se para seis grandes princípios, nomeadamente:

1. Afirmar o Estado de Direito Democrático
2. Desenvolver o Capital Social e a Justiça
3. Melhorar o desenvolvimento da infraestrutura
4. Estimular o crescimento económico
5. Fortalecer a consolidação do Governo
6. Promover a boa governação e combater a corrupção

Assim, o orçamento para os anos 2025-2029 procurará melhorar o desenvolvimento social, económico e de infraestruturas para apoiar a melhoria do nível de vida do povo de Timor-Leste.

Para cumprir os objetivos traçados para os próximos cinco anos, o Governo irá priorizar o desenvolvimento dos setores produtivos, tais como: infraestrutura, educação, saúde e setor petrolífero.

Prevê-se que o crescimento real do PIB não petrolífero tenha subido para 3,7% em 2024, impulsionado pelo crescimento contínuo do setor privado e por uma melhor execução da despesa pública. A despesa pública deverá registar um novo aumento em 2025, com um teto de 2,125 mil milhões de US dólares aprovado para a Administração Central e a Região Autónoma de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA). Como resultado, projeta-se que o crescimento do PIB atinja 4,1% em 2025.

Prevêem-se também grandes aumentos da despesa nos próximos anos, uma vez que o Governo procura maximizar as hipóteses de cumprir as suas metas de crescimento. Em consequência, prevê-se que o défice orçamental aumente para 52% em 2025. Sob esta trajetória, o Fundo Petrolífero esgotar-se-á em 2035, no entanto, progressos significativos nas negociações para o Campo Petrolífero do *Greater Sunrise* deverão atrasá-lo.

Recursos e Financiamento

O orçamento total para o ano de 2025 é de US\$ 2.617,2 milhões, divididos em dotações para a Administração Central de US\$ 2.073,0 milhões, RAEOA de US\$ 62,2 milhões e Segurança Social de US\$ 482,0 milhões. O Orçamento da Segurança Social é dividido em Instituto Nacional de Segurança Social, INSS, e Fundo de Reserva da Segurança Social, FRSS. O INSS tem um orçamento de US\$ 176,3 milhões e o FRSS tem um orçamento de US\$ 305,7 milhões.

A dotação orçamental para a Administração Central inclui uma transferência de US\$ 10 milhões para a RAEOA e uma transferência de US\$ 124,3 milhões para o INSS. Portanto, o gasto total consolidado (ou seja, eliminando qualquer dupla contagem das transferências) é de US\$ 2.482,9 milhões; o gasto total consolidado excluindo o FRSS é de US\$ 2.177,2 milhões e, finalmente, o gasto total consolidado para a Administração Central e RAEOA é de US\$ 2.125,2 milhões.

A tabela fiscal e de memorandos abaixo indica que o teto consolidado para a Administração Central e a RAEOA aumentou 12,4% em relação ao orçamento de 2024.

Tabela 1: Administração Central RAEOA Orçamento e Memorando, US\$m

	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025
Total das despesas Administração Central (1)	1.830,0	2.073,0
<i>Transferência para a RAEOA (1.1)</i>		10,0
Total das despesas RAEOA (2)	60,0	62,2
Total de Despesas Consolidadas Administração Central + RAEOA (1+2 -1.1)	1.890,0	2.125,2
Despesa Corrente	1.443,8	1.662,8
<i>Salários & Vencimentos</i>	470,1	490,4
<i>Bens e Serviços</i>	384,0	414,8
<i>Transferências Públicas</i>	589,7	757,6
Despesa de Capital	446,2	462,4
<i>Capital Menor</i>	35,2	22,6
<i>Capital de Desenvolvimento</i>	411,0	439,8
Receitas	716,6	810,6
Receitas Domésticas	194,5	258,6
<i>Receitas Domésticas Administração Central</i>	192,2	257,9
<i>Receitas Próprias da RAEOA</i>	2,3	0,7
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	522,1	551,9
Saldo Orçamental	-1.173,4	-1.314,6
Défice de financiamento	1.173,4	1.314,6
Levantamentos em excesso	855,5	1.009,1
Utilização do Saldo de Caixa	277,7	251,5
Empréstimos	25,0	45,0
Apoio orçamental direto	15,2	9,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica (DNPE), Ministério das Finanças, setembro de 2024.

Tabela 2: Segurança Social Orçamento e Memorando, US\$m

	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025
Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	142,6	176,3
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	55,9	50,5
<i>Multas e Penalidades</i>	0,0	0,0
<i>Rendimentos</i>	0,1	0,1
<i>Transferências da Administração Central</i>	86,7	124,3
<i>Transferências Recorrentes do Fundo de Reserva da Segurança Social</i>	0,0	0,4
<i>Transferências do exterior</i>	0,0	0,1
<i>Saldo de Caixa</i>	0,0	1,3
Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS)	254,8	305,7
<i>Rendimentos</i>	5,0	12,6
<i>Transferências Recorrentes do INSS</i>	0,0	2,0
<i>Transferências de Capital do INSS</i>	49,8	45,2
<i>Ativos Financeiros</i>	200,0	244,9
<i>Saldo de Caixa</i>	0,0	1,0
Total	397,4	482,0

Fonte: INSS, setembro de 2024.

1. Perspetivas macroeconómicas e estratégia orçamental

Estratégia orçamental

- 1.1. O Orçamento Geral do Estado para 2025 representa mais um passo para a concretização do objetivo definido pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, bem como pelo Programa do IX Governo Constitucional. Com um aumento do teto orçamental e medidas de proteção social reforçadas, o orçamento deverá impulsionar o crescimento do PIB, reforçar as infraestruturas públicas e aumentar o nível de vida. Por isso, o tema da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2025 é: *"Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos"*.
- 1.2. O Orçamento de 2025 estabelece, portanto, um teto orçamental consolidado de US\$ 2,125 mil milhões para a Administração Central e a RAEOA. Isso representa um aumento de US\$ 235 milhões ou 12% em relação ao teto orçamental consolidado para o Orçamento de 2024.
- 1.3. A estratégia orçamental do Governo centra-se na realização dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento e na prossecução do desenvolvimento no sentido de metas de crescimento, reformas e redução da pobreza.
- 1.4. O Plano Estratégico de Desenvolvimento está dividido em 4 pilares principais:
 - I. Capital Social – que consiste nos setores da saúde, educação, ambiente e social;
 - II. Desenvolvimento de infraestruturas – centrado no desenvolvimento de infraestruturas físicas, incluindo redes de transportes, eletricidade, água e telecomunicações.
 - III. Desenvolvimento económico – centrado na diversificação económica e no desenvolvimento rural
 - IV. Quadros Institucionais – que reforça os quadros de segurança e governação do país.
- 1.5. Em linha com o tema da melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos, US\$ 741 milhões ou 35% do orçamento consolidado são alocados ao Setor de Capital Social. Isso inclui uma transferência de US\$ 187 milhões para o Pensões para Combatentes e Mártires da Libertação Nacional e uma transferência de US\$ 124 milhões para a Segurança Social. A saúde e a educação continuam também a ser prioridades fundamentais, uma vez que o Governo procura melhorar os padrões de vida e reduzir a taxa de pobreza. Os programas relacionados à saúde recebem US\$ 96 milhões, enquanto os programas relacionados à educação, bolsas de estudo e formação profissional recebem US\$ 163 milhões.
- 1.6. O Desenvolvimento de Infraestruturas vem logo atrás, com uma alocação de US\$ 654 milhões, ou 31% do orçamento consolidado. Isso inclui uma transferência de US\$ 167 milhões para a empresa pública de eletricidade, EDTL. O orçamento também inclui uma alocação de US\$ 440 milhões para capital de desenvolvimento, um aumento de US\$ 29 milhões em relação ao orçamento aprovado para 2024. Este facto realça o compromisso contínuo do Governo com o crescimento económico e a criação de emprego.
- 1.7. O Desenvolvimento Económico e o Enquadramento Institucional também recebem alocações significativas de US\$ 157 milhões (7% do orçamento consolidado) e US\$ 574 milhões (27% do orçamento consolidado), respetivamente. Isso inclui US\$ 81 milhões em programas destinados a melhorar a gestão das finanças públicas, US\$ 90 milhões em programas de Segurança Nacional e Defesa e US\$ 39 milhões em programas relacionados a investimento e diversificação económica. A

secção Prioridades e Reformas do Governo deste documento fornece mais pormenores sobre a proposta de orçamento e como esta se alinha com os objetivos do Governo.

- 1.8.** Impulsionado principalmente por um grande aumento na execução orçamental, o crescimento económico deve subir para 4,1% em 2025. A despesa pública continua a ser o principal motor do crescimento. No entanto, a implementação prevista de um cabo de fibra ótica de alta velocidade deverá também aumentar as oportunidades de desenvolvimento do sector privado.
- 1.9.** A estratégia orçamental do Governo continua a dar prioridade ao crescimento económico e ao desenvolvimento, à eficiência das despesas e à criação de emprego. Como tal, a dotação para capital de desenvolvimento, ou seja, projetos de infraestruturas, como a melhoria de edifícios públicos e redes de transportes, aumentou 7%.
- 1.10.** O aumento do teto orçamental é impulsionado principalmente por um aumento de 28% no orçamento para transferências públicas, incluindo as transferências acima mencionadas que contribuem para o capital social. Espera-se que tal conduza a um aumento do consumo das famílias em 2025 e, por conseguinte, contribua para um maior crescimento do PIB.
- 1.11.** Outros fatores que contribuem para as grandes despesas de transferência incluem transferências para entidades públicas fundamentais como a Timor GAP e a EDTL, bem como transferências para municípios para projetos de desenvolvimento local. Uma transferência de 16 milhões de US dólares para a Timor Gap permite-lhes continuar a apoiar atividades de exploração de recursos que, em última análise, contribuirão para o sucesso económico a longo prazo. O apoio financeiro contínuo à EDTL subsidia a distribuição da eletricidade e protege os consumidores dos aumentos previstos dos preços dos combustíveis.
- 1.12.** Além disso, as transferências para os municípios destinam-se a apoiar os objetivos do Governo de descentralização e de melhoria da prestação de serviços a nível local. Isto, por sua vez, deverá melhorar a eficiência das despesas e assegurar que as dotações orçamentais estão em consonância com as necessidades de desenvolvimento local.
- 1.13.** A estratégia orçamental prosseguirá estes objetivos a médio prazo. A secção «Perspetivas macroeconómicas» estabelece os aumentos previstos tetos orçamentais e as dotações propostas até 2029. Estas propostas de despesa a médio prazo são informadas pelos objetivos económicos do Governo e permitem também que o Governo cumpra as suas obrigações políticas e contratuais. Estes incluem contratos de construção assinados, compromissos com os funcionários públicos e compromissos sociais.
- 1.14.** A fim de maximizar as oportunidades de criação de emprego, desenvolvimento e crescimento económico, as dotações propõem um grande aumento anual das despesas de capital, em especial do capital de desenvolvimento. Entretanto, espera-se que os aumentos das despesas noutras categorias se limitem às taxas da inflação e crescimento demográfico.
- 1.15.** Consequentemente, as dotações a médio prazo preveem que a parte do orçamento total de capital de desenvolvimento aumente do nível atual de 21% do orçamento total para 32% do orçamento total. Estas propostas de despesas a médio prazo baseiam-se nos objetivos de crescimento do Governo e têm em conta as responsabilidades contratuais e políticas.
- 1.16.** Assim, sob a tendência atual, na ausência de novos recursos, o Fundo Petrolífero deverá esgotar-se em 2035. O esgotamento do Fundo pode ser adiado se o Governo adotar as opções de reforma enumeradas na secção relativa à sustentabilidade orçamental do presente documento. Além disso, as previsões existentes baseiam-se num cenário em que não há mais receitas com as vendas de Petróleo e Recursos Minerais. No entanto, o Governo tem explorado ativamente oportunidades de extração

de recursos minerais. Foram também alcançados progressos significativos nas negociações relativas ao campo petrolífero do *Greater Sunrise*. O orçamento de 2025 atribui também US\$ 12 milhões para o desenvolvimento do campo petrolífero e do oleoduto.

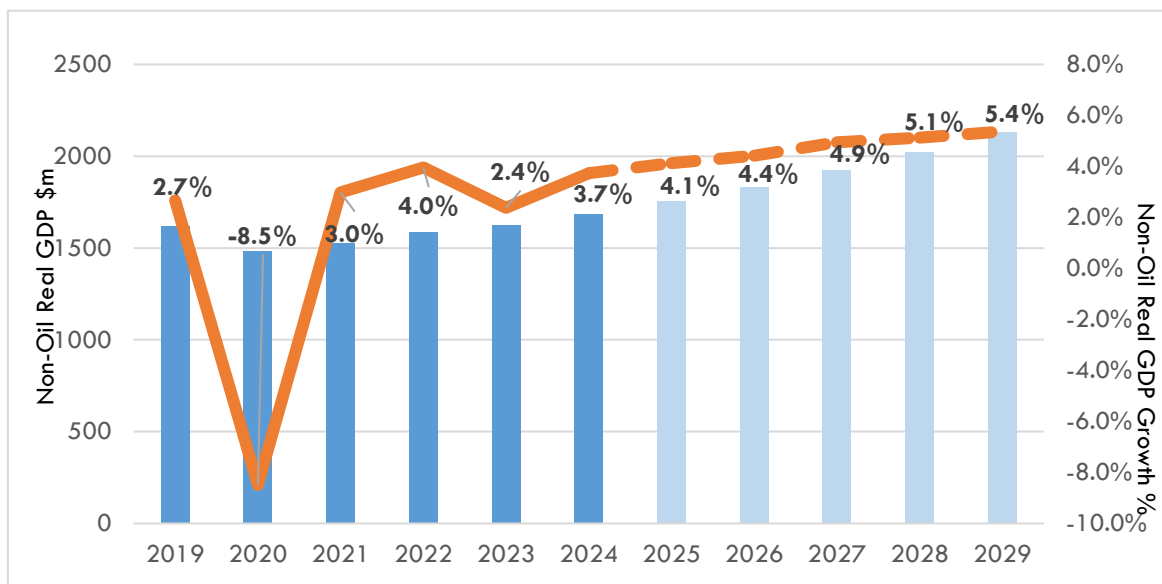
1.17. Os principais dados macroeconómicos e orçamentais são apresentados na tabela abaixo e aprofundados no resto do documento. A tabela apresenta valores e previsões recentes para o crescimento do PIB e a inflação, bem como valores relativos à situação da dívida e do défice orçamental.

Tabela 3: Principais estatísticas macroeconómicas e orçamentais, %

Estatística	Real					Previsão					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
PIB real (não petrolífero)	2,7	-8,5	3,0	4,0	2,4	3,7	4,1	4,4	4,9	5,1	5,4
Crescimento do Consumo das Famílias	4,8	-1,5	-3,0	14,6	3,8	4,0	11,0	2,0	2,9	3,0	3,1
Crescimento do consumo público	3,2	4,9	2,9	-0,3	-0,8	2,3	2,7	1,8	1,8	1,8	1,8
Crescimento do investimento	-14,7	-42,3	-14,1	32,5	11,8	16,9	1,5	11,0	11,8	12,4	13,0
Crescimento das exportações	-23,2	-47,3	79,3	30,3	31,9	-2,2	13,0	7,4	10,0	10,0	10,0
Crescimento das importações	-6,5	-7,0	-8,8	22,9	4,9	7,3	10,2	1,8	2,7	3,0	3,4
IPC da inflação (média anual)	0,9	0,5	3,8	7,0	8,4	3,0	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0
IPC da inflação (fim do período)	0,3	1,2	5,3	6,9	8,7	2,5	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Défice orçamental % do PIB	31,0	25,8	48,2	60,5	42,0	46,1	51,8	55,6	59,3	63,1	67,2
Stock Dívida % do PIB	11,4	13,8	15,0	15,1	14,4	13,7	14,5	14,1	12,6	11,1	9,6

Fonte: Dados efetivos do PIB das Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística, INETL; Previsões do PIB e previsão do IPC 2025 da Direção Nacional de Política Económica DNPE, Ministério das Finanças; Valores reais da inflação pelo IPC do Instituto Nacional de Estatística, INETL; Previsões do IPC para 2026-29 do World Economic Outlook do FMI, outubro de 2023; Cálculo do Déficit Orçamental e Endividamento da Direção Nacional de Política Económica DNPE, Ministério da Fazenda; Dados e previsões do Stock da Dívida da Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos DGMRE, Ministério das Finanças, setembro de 2024.

Gráfico 1: Crescimento real do PIB e previsão Cenário Central 2019-2029, LHS \$US milhões, RHS %



Fonte: Dados efetivos do PIB das Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística, INETL; Previsões do PIB da Direção Nacional de Política Económica DNPE, Ministério das Finanças

Crescimento histórico

- 1.18.** Dado o nível relativamente baixo de emprego no sector petrolífero, o PIB total não é a melhor medida do desempenho económico de Timor-Leste. Em vez disso, é mais útil monitorizar o desempenho económico utilizando o PIB não petrolífero, juntamente com uma grande variedade de outros indicadores relacionados com a economia não petrolífera. Esta abordagem fornece uma indicação mais precisa do impacto real das mudanças na economia sobre o povo de Timor-Leste.
- 1.19.** Timor-Leste registou um crescimento real do PIB médio de 1,0% ao ano entre 2014 e 2023 (últimos 10 anos). Estas taxas de crescimento foram mais elevadas no início da década de 2010 e foram impulsionadas pelo aumento da despesa pública associada à estratégia económica do Governo para garantir que Timor-Leste tem as infraestruturas necessárias para permitir que o setor privado floresça a longo prazo. O investimento governamental permitiu uma melhoria significativa da cobertura rodoviária e de eletricidade em todo Timor-Leste, o que ajudou a melhorar os padrões de vida e o ambiente de negócios.
- 1.20.** No entanto, as taxas negativas de crescimento económico em 2017, 2018 e 2020 comprometeram os progressos realizados. Em 2020, o crescimento do PIB caiu 8,5% devido ao efeito combinado do atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado, da incerteza política, da pandemia de COVID-19 e da aplicação do Estado de Emergência.
- 1.21.** Em 2021, registou-se um grande aumento da despesa pública de cerca de 27%, à medida que o Governo procurava relançar a economia após o impacto da pandemia. Como resultado, o crescimento real do PIB não petrolífero em 2021 recuperou para 3,0%.
- 1.22.** Em 2022, o PIB cresceu 4,0%, principalmente devido ao aumento do investimento público e privado. As transferências governamentais e a recuperação da pandemia de COVID-19 também alimentaram um grande aumento do consumo privado (que aumentou 14,6% em termos reais). Os gastos do Governo em 2022 atingiram o maior nível da história do país, com US\$ 1,74 mil milhões. Ao mesmo

tempo, porém, as importações também aumentaram 23% em termos reais, o que resultou do aumento da procura e dos preços mundiais.

1.23. O crescimento do PIB caiu para 2,4% em 2023. Enquanto a despesa pública global com salários e vencimentos e bens e serviços aumentou 4,7%, uma taxa de inflação elevada levou a uma queda real do consumo público de 0,8%. Apesar disso, o crescimento global manteve-se positivo, uma vez que as despesas de capital do Estado e o investimento privado aumentaram.

1.24. O consumo das famílias também registou um aumento de 3,8%. Isso reflete um aumento na atividade económica geral à medida que a economia se recuperou dos efeitos persistentes da pandemia de COVID-19. As exportações não petrolíferas aumentaram 31,9% em termos reais, mas foram impulsionadas por um aumento das exportações de serviços, em particular de viagens, uma vez que as exportações de bens (excluindo as exportações de petróleo) registaram uma queda de 16%.

Perspetivas de Crescimento de Timor-Leste

1.25. Em 2024, prevê-se que o PIB aumente para 3,7%. Estas previsões pressupõem uma forte execução da despesa pública no último trimestre do ano e um desenvolvimento contínuo no setor privado, impulsionado pelo aumento da atividade pública e pelas chegadas de turistas. O primeiro semestre de 2024 registou um aumento de 27% no número de turistas estrangeiros. Embora estes números não incluam as chegadas devido a uma visita histórica de Sua Santidade o Papa Francisco entre os dias 9 e 11 de setembro, os dados migratórios sugerem que houve menos de 2000 chegadas a Timor-Leste, durante a visita do Papa.

1.26. A execução governamental foi bastante moderada durante os primeiros 6 meses de 2024. A execução global atingiu 32% do orçamento consolidado até ao final de junho de 2024. A execução das despesas de capital de desenvolvimento foi particularmente pobre, atingindo apenas US\$35 milhões. No entanto, nos últimos meses assistiu-se a um grande aumento do capital de desenvolvimento, enquanto Timor-Leste se preparava para uma visita histórica do Papa Francisco. Como resultado, a execução do Governo foi de US\$ 994 milhões em 15 de setembro, ou 53%. A execução governamental deverá registar novos aumentos no último trimestre do ano, em linha com as tendências de 2022 e 2023, e atingir 1.627 milhões de US dólares ou 86% até 31 de dezembro de 2024, o que representaria um aumento de 9% em relação a 2023. Para mais informações sobre esta estimativa, consultar a secção Desempenho orçamental do capítulo 3 do presente documento.

1.27. Um aumento das importações relacionadas com o consumo durante os dois primeiros trimestres do ano sugere que o consumo das famílias aumentará 4% (em termos reais) em 2024. Isso representa um novo aumento em relação ao aumento de 3,8% em 2023. Outros fatores suscetíveis de contribuir para o consumo das famílias em 2024 incluem o aumento das chegadas de turistas, bem como a forte execução do orçamento do Governo em 2024. No entanto, a falta de dados de inquéritos significa que o consumo das famílias é uma das principais fontes de incerteza na projeção de crescimento. Em igualdade de circunstâncias, se o consumo das famílias for inferior em um ponto percentual à atual previsão, o crescimento do PIB poderá em 2024 descer para 3,0%.

1.28. Em 2025, prevê-se que o PIB cresça 4,1%. Tal deve-se a um grande aumento esperado da despesa pública, uma vez que o Governo aprovou um teto orçamental 12% mais elevado (para a Administração Central e a RAEOA) do que o teto do orçamento para 2024.

1.29. Prevê-se que o consumo das famílias cresça significativamente após um aumento de 30% nas despesas com transferências, o que inclui aumentos significativos nos principais programas de bem-estar. Um aumento da transferência para a segurança social significa que as transferências da segurança social para as famílias deverão aumentar em 44 milhões de US dólares. Tal resulta do aumento dos pagamentos da segurança social e do compromisso de assegurar que os pagamentos das pensões se alinham com o salário mínimo. Além disso, o Orçamento de 2025 prevê uma transferência adicional

de US\$ 97 milhões para a Combatentes e Mártires da Libertação Nacional, uma consequência de uma expansão na lista de Veteranos. O Subsídio Bolsa Mãe também deve aumentar em cerca de US\$ 1 milhão.

- 1.30.** Estas transferências representam um aumento significativo do rendimento disponível dos beneficiários, o que é suscetível de fazer subir o consumo das famílias. No entanto, o impacto global no crescimento económico será limitado pelo facto de uma grande parte das despesas de consumo excedentárias ser gasta em importações, o que representa uma fuga significativa da economia.
- 1.31.** A análise dos dados de importação e consumo sugere que pouco mais de 50% dos gastos de consumo das famílias são diretamente em importações. No entanto, a parte das importações no consumo será mais elevada para as despesas adicionais de transferência se os beneficiários gastarem o dinheiro em artigos de luxo em vez de em bens produzidos localmente e na agricultura nacional. Se a despesa com importações for superior ao previsto, o crescimento do PIB ficará mais próximo do nível de 3,7% previsto para 2024.
- 1.32.** A implementação prevista de um cabo de fibra ótica ainda este ano deverá também impulsionar o crescimento económico em 2025. Em anos anteriores, a ligação à Internet em Timor-Leste ficou entre as piores do mundo¹. Ao resolver este problema, o Governo permitirá que todos os sectores da economia funcionem de forma mais eficiente e permitirá o desenvolvimento de novas indústrias que antes não eram possíveis.
- 1.33.** Prevê-se também que as despesas de capital aumentem em 2025, devido a uma proposta de dotação de 440 milhões de US dólares para capital de desenvolvimento. Prevê-se que a execução em capital de desenvolvimento continue a aumentar, o que deverá lançar as bases para o crescimento futuro do sector privado a médio prazo. Uma maior execução será facilitada pelas alterações previstas nos procedimentos de aprovisionamento e contratos públicos. O Governo procurará implementar alterações no sistema de aprovisionamento e contratos públicos que introduza procedimentos especiais para os parceiros de desenvolvimento e garantam que os concursos em áreas estratégicas fundamentais (como os cuidados de saúde ou os serviços financeiros) sejam adjudicados a fornecedores que cumpram normas e critérios de qualificação mais rigorosos. Tal melhorará tanto a eficiência como a eficácia das despesas de capital e deverá manifestar-se através de uma melhoria na execução.
- 1.34.** As principais fontes de incerteza na previsão do PIB para 2025 são a execução orçamental e o nível de importações na economia. O PIB previsto para 2025 é informado pela análise das taxas de execução históricas. Se as despesas executadas, em especial a execução de capital, forem superiores ao esperado, o PIB real será superior ao previsto. Por outro lado, uma execução deficiente significaria que as previsões estão sobrestimadas.
- 1.35.** Embora a previsão do PIB central para 2025 seja de 4,1%, mantendo-se tudo igual, este poderá descer até 3,7% se a execução do capital de desenvolvimento não exceder o nível esperado para 2024 (atualmente projetado em 267 milhões de US dólares, ver a secção de desempenho orçamental para mais detalhes).
- 1.36.** Outra incerteza fundamental é a eficácia das despesas, em especial das despesas de transferência. Como já foi referido, se uma proporção de transferências para as famílias for gasta em importações em nível superior ao indicado pelas tendências históricas, as previsões do PIB não serão satisfeitas.

¹ <https://www.abc.net.au/news/2024-01-23/timor-leste-internet-fourth-slowest-in-world/103364508>

- 1.37.** Além disso, em 2025 regista-se um aumento significativo das transferências para os municípios, com um aumento previsto de mais de 40 milhões de US dólares. Estas transferências destinam-se a apoiar a estratégia de descentralização do Governo (ver mais pormenores no capítulo 2) e, se forem bem-sucedidas, podem estimular o crescimento económico e o desenvolvimento locais. O impacto destas transferências é incerto. Num cenário pessimista, as transferências não são efetivamente gastas pelas autoridades locais e terão pouco impacto na economia real, o que significa que o crescimento do PIB é inferior ao atualmente previsto. Num cenário otimista, as transferências estimularão o desenvolvimento rural e impulsionarão o crescimento económico. Isso significaria que o crescimento do PIB poderia chegar a 4,5%.
- 1.38.** Por último, a falta de dados sobre o consumo constitui também um desafio para a precisão das previsões. Isto é particularmente relevante para as previsões deste ano, com a divulgação antecipada de uma atualização do Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste em 2025. Se os resultados dos inquéritos sugerirem mudanças radicais nos padrões de consumo desde o último inquérito (2014), tal poderá exigir recálculos significativos dos dados históricos do PIB, o que também terá impacto nas previsões.
- 1.39.** As previsões do PIB para 2026-2029 pressupõem que o crescimento do PIB aumentará progressivamente e atingirá o nível da meta do Governo. Baseiam-se nas dotações orçamentais propostas a médio prazo apresentadas na tabela abaixo e nas condições prévias enunciadas na descrição infra. As previsões de crescimento partem também do princípio de que a Internet de alta velocidade resultante da instalação de um novo cabo de fibra ótica continua a impulsionar o crescimento económico.
- 1.40.** Estas previsões refletem os esforços do Governo para permitir a diversificação económica. Estes incluem o aumento dos investimentos em programas de formação profissional tanto no Orçamento de 2024 como no Orçamento de 2025. Espera-se que os investimentos destinados a melhorar a qualidade do ensino superior e as políticas destinadas a reforçar o setor financeiro contribuam para a expansão do setor privado. O acesso ao crédito tem sido um desafio fundamental em Timor-Leste, com um rácio empréstimos/depósitos relativamente baixo de 36%.² No entanto, estão em curso esforços para melhorar o acesso ao crédito para o investimento das empresas e para melhorar a inclusão financeira. Os primeiros sinais são positivos e o último ano registou um aumento significativo do stock de crédito privado (ver secção de tendências do setor financeiro deste documento).
- 1.41.** As dotações orçamentais propostas na tabela abaixo preveem o aumento da despesa que será necessário para atingir a meta do Governo. A prossecução do objetivo de crescimento exigirá inicialmente grandes aumentos das despesas, devido à elevada dependência do sector público para o crescimento económico. As dotações propõem grandes aumentos de capital de desenvolvimento e de capital menor para maximizar as possibilidades de crescimento económico. A adoção destas dotações fará com que a proporção de capital de desenvolvimento no orçamento aumente do número de 21% na proposta de Orçamento de 2025 para 32% no Orçamento de 2029. Parte-se do princípio de que o aumento das despesas noutras categorias se limitará à inflação e ao crescimento demográfico.
- 1.42.** Espera-se também que a execução pública melhore progressivamente, passando do nível previsto de 86% em 2025 para 90% em 2027, em resultado das reformas da gestão das finanças públicas enumeradas neste documento. Em consequência, as propostas orçamentais que se seguem parecem

² Estimativas do FMI, Relatório do Artigo IV para Timor-Leste 2023,

<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2024/02/27/Democratic-Republic-of-Timor-Leste-2023-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-545474>

revelar dotações estagnadas, ou mesmo decrescentes, em algumas categorias, embora se pressuponha que as despesas efetivas aumentem em todas as categorias todos os anos.

- 1.43. As projeções de gastos também consideram compromissos políticos existentes, como a massa salarial da função pública, projetos de capital contratados e transferências para empresas públicas, a segurança social e o Combatentes e Mártires da Libertação Nacional.

Tabela 4: Orçamento 2025 (Administração Central e RAEOA) por classificação económica e propostas de dotação orçamental para 2026-2029, US\$m

Classificação Económica	2025	2026	2027	2028	2029
Salários & Vencimentos	490	490	505	524	544
Bens e Serviços	415	414	399	405	406
Transferências Públicas	758	762	791	822	853
Capital Menor	23	27	33	40	48
Capital de Desenvolvimento	440	520	612	720	860
Total	2.125	2.214	2.340	2.511	2.712

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2024

- 1.44. O aumento da despesa pública, por si só, não será suficiente para cumprir o objetivo do Governo. Apesar de um aumento previsto da despesa de 9% em 2024, prevê-se que o crescimento económico atinja os 3,7%. Observaram-se tendências semelhantes no passado, uma vez que, devido aos baixos níveis de produção interna, o aumento das despesas foi associado a grandes aumentos das importações.

- 1.45. Ultrapassar o atual nível de crescimento exigirá, por conseguinte, despesas específicas em investimentos de elevada qualidade, bem como políticas governamentais que ajudem a impulsionar o crescimento do setor privado e a aumentar a produção interna.

- 1.46. Por conseguinte, são necessárias as seguintes condições prévias para cumprir o objetivo de crescimento do Governo:

- 1.47. **Aumento do crescimento agrícola** – O setor da Agricultura, Silvicultura e Pescas cresceu 5,5% em 2022 e mais 5,8% em 2023 (em termos nominais). Para criar maiores oportunidades de exportação e reduzir a dependência das importações de produtos alimentares, as políticas e despesas públicas devem ter como objetivo aumentar ainda mais esta taxa de crescimento para 10% nos próximos anos.

- 1.48. **Garantir que as despesas são afetas a programas de apoio ao crescimento económico.** A análise das despesas públicas históricas sugere que uma parte significativa das despesas com transferências públicas nos últimos anos não contribuiu para o crescimento do PIB, uma vez que as despesas foram apenas parcialmente gastas pela entidade beneficiária. Exemplo disso é o *programa Crédito Suave*, um programa de empréstimos em condições favoráveis que se destinava a ser entregue através de uma transferência de 50 milhões de US dólares para o BNCTL em 2022. Embora o dinheiro tenha sido transferido, os relatórios de desempenho sugeriram que muito poucos empréstimos foram efetivamente desembolsados, o que significa que a maioria das despesas não contribuiu para o crescimento ou o desenvolvimento económico. A maximização das hipóteses de atingir os objetivos de crescimento exigirá esforços para reduzir as transferências em domínios que não contribuem diretamente para o PIB em futuros orçamentos. Uma estratégia potencial para alcançar este objetivo seria um maior

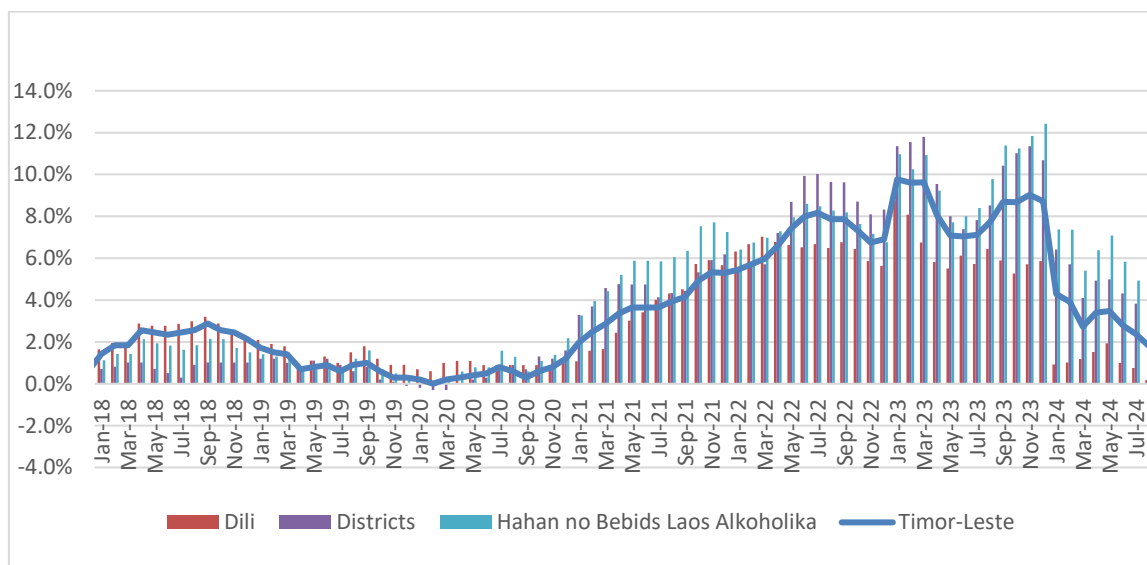
escrutínio das dotações e despesas das entidades que recebem grandes transferências ano após ano. Para facilitar este escrutínio, está disponível uma análise dos principais impulsionadores das despesas de transferência de 2019 a 2024 na secção Desempenho orçamental do presente documento. O anexo contém igualmente informações financeiras sobre as entidades públicas que recebem grandes transferências de ano para ano.

- 1.49. Novas reformas da gestão das finanças públicas.** O Governo está a adotar reformas significativas na Gestão das Finanças Públicas. Estas incluem reformas da lei orçamental para reforçar o ciclo orçamental, uma alteração ao decreto-lei sobre aprovisionamento e contratos públicos e melhorias na análise de dados e na gestão de despesas. Estas reformas são explicadas mais pormenorizadamente no capítulo 2. Espera-se que contribuam para melhorar a eficiência e a eficácia das despesas públicas nos próximos anos.
- 1.50. Investimento em infraestruturas relacionadas com o turismo.** O investimento em medidas destinadas a estimular o crescimento no setor do turismo pode melhorar as exportações e estimular o investimento direto estrangeiro. Isto inclui investimentos destinados a melhorar a conectividade física para e dentro de Timor-Leste, a fim de facilitar o turismo doméstico e internacional.
- 1.51. Adesão à ASEAN.** A adesão ao bloco comercial da ASEAN pode proporcionar novos mercados para os exportadores timorenses.
- 1.52. Crescimento do Setor Privado.** Ao introduzir políticas que facilitem o crescimento do setor privado, o Governo pode reduzir a dependência da despesa pública para impulsionar o crescimento do PIB, bem como reduzir o rácio importação/procura na economia, assegurando assim que uma proporção mais elevada da despesa pública contribui para o crescimento do PIB.
- 1.53. Crescimento das exportações.** As exportações de bens não petrolíferos diminuíram consistentemente e caíram quase para metade desde 2021. Para atingir uma taxa de crescimento mais elevada, o Governo terá de inverter esta tendência e assistir a um aumento progressivo das exportações de bens não petrolíferos a médio prazo.
- 1.54.** As previsões para o crescimento do PIB entre 2026 e 2029 baseiam-se no pressuposto de que as condições prévias acima referidas serão cumpridas. Na ausência disso, a meta de crescimento do Governo pode não ser alcançável.

Inflação e Taxas de Câmbio

- 1.55.** A inflação caiu significativamente em 2024. A inflação global medida pelo IPC situou-se, em média, em 3,1% em 2024, uma redução de mais de 5 pontos percentuais em relação à taxa média de inflação registada em 2023. A inflação média deverá ser de 3% em 2024. Em agosto de 2024, a inflação homóloga situou-se em 1,8%. Isso significa que uma cesta de bens e serviços que custava US\$ 100 em agosto de 2023 custava US\$ 101,8 em agosto de 2024.
- 1.56.** A queda significativa da inflação este ano, pode ser atribuída ao facto de o Governo ter reduzido os direitos de importação de 5% para 2,5% e eliminado o imposto sobre o açúcar e produtos de confeitaria (anteriormente 1 dólar por quilo de açúcar).
- 1.57.** Outras razões para a descida da inflação incluem uma redução dos custos de transporte marítimo e uma queda dos preços mundiais dos produtos alimentares. Devido ao peso significativo dos alimentos e bebidas não alcoólicas no cabaz do IPC e à elevada proporção de alimentos importados para Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais impulsionadores da taxa global do IPC. Por conseguinte, as alterações nos preços internacionais dos géneros alimentícios podem ter um impacto significativo tanto na taxa de inflação como no nível de vida.

Gráfico 2: Variação recente em termos homólogos* Índice de Preços no Consumidor Timor-Leste janeiro 2018-agosto 2024, %



Fonte: Dados do IPC, Instituto Nacional de Estatística (INETL) <https://inetl-ip.gov.tl/>, setembro de 2024 * Cada mês mostra o aumento do IPC desde os 12 meses anteriores, setembro de 2024

1.58. Como mostra a tabela abaixo, projeta-se que a inflação continue a diminuir nos próximos anos. Tal deve-se principalmente a uma diminuição esperada dos custos de transporte, bem como dos preços das matérias-primas.

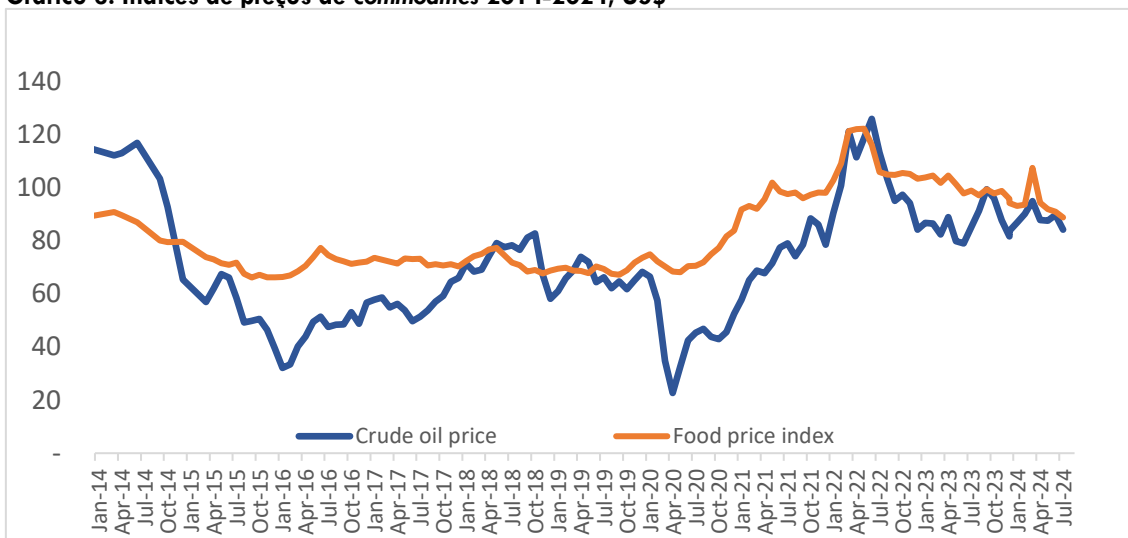
Tabela 5: Inflação anual (média homóloga) 2023 e previsão 2023-2029, %

Categoria	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Previsão da Inflação (Preços Médios no Consumidor)	8,4%	3,0%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

Fonte: Inflação para 2023 do Instituto Nacional de Estatística (INETL) <https://inetl-ip.gov.tl/>, Ministério das Finanças. Previsões de inflação para 2024 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças. Previsões 2026-2029 do Fundo Monetário Internacional, setembro de 2024

1.59. Os preços do petróleo bruto e dos alimentos são os principais impulsionadores da inflação em Timor-Leste. Os preços globais do petróleo e dos alimentos estão a cair desde meados de 2022, após um período de aumentos devido à pandemia de COVID-19, conflitos globais e eventos climáticos, como o efeito El-Niño em 2024. No entanto, estes elementos estão sujeitos a um elevado grau de volatilidade e as tendências futuras dependem de fatores que escapam ao controlo do Governo. Como tal, um elevado grau de incerteza está associado às previsões da tabela acima. A secção de risco orçamental e passivos contingentes deste documento descreve como o Governo pode mitigar esses riscos.

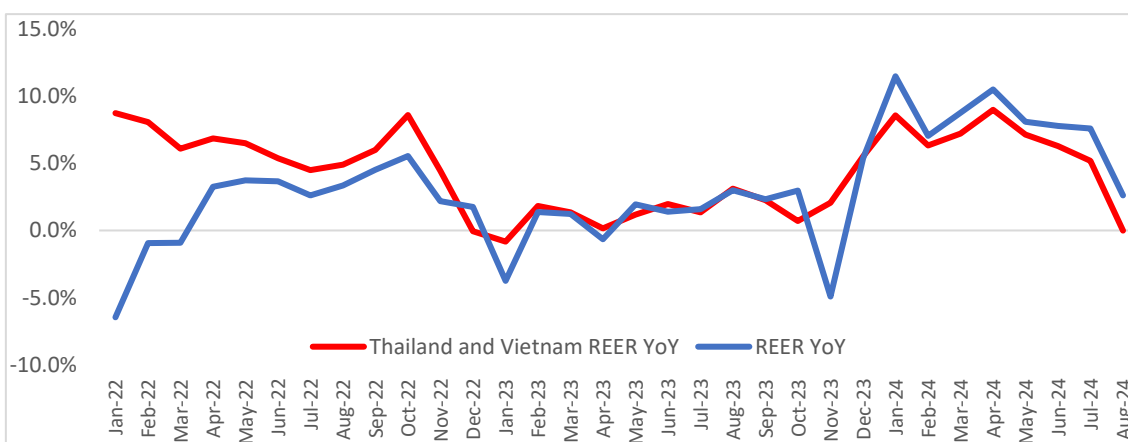
Gráfico 3: Índices de preços de commodities 2014-2024, US\$



Fonte: World Bank Commodity Markets Outlook, agosto de 2024

1.60. A taxa de câmbio efetiva é a taxa de câmbio da moeda de um país, medida como a soma ponderada das taxas de câmbio com os seus parceiros comerciais. A taxa de câmbio efetiva real (REER) é ajustada aos efeitos da inflação e constitui uma melhor medida da competitividade. Timor-Leste é uma economia dolarizada, pelo que a taxa de câmbio efetiva real é baseada no US dólar, apesar de a taxa de inflação ser a taxa de Timor-Leste.

Gráfico 4: Taxas de câmbio reais janeiro 2022 – setembro 2023

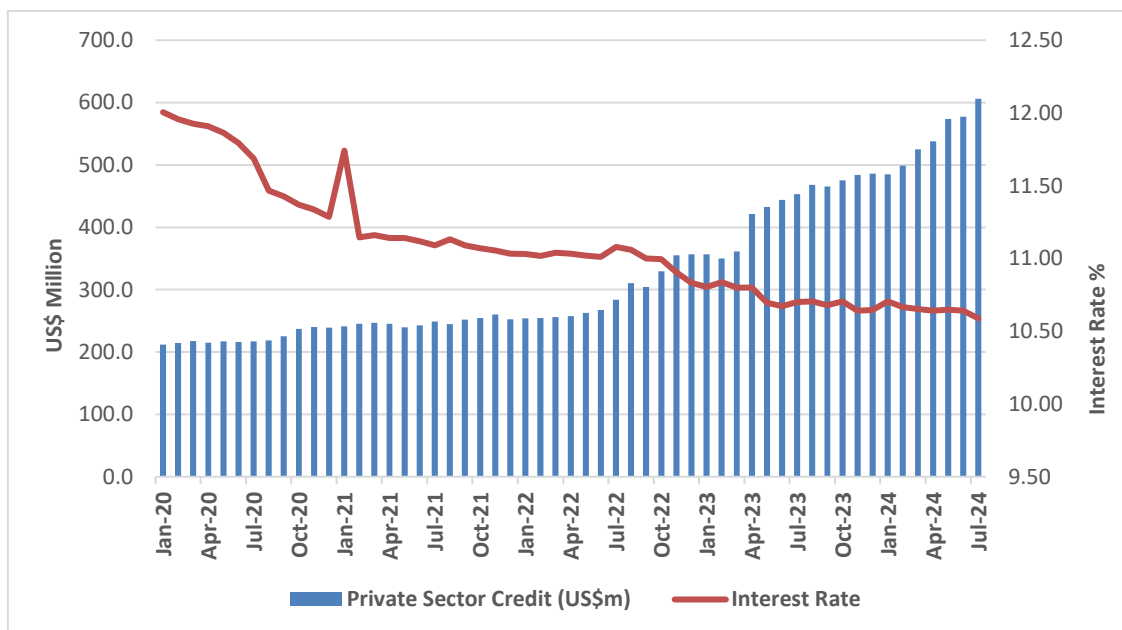


Fonte: Taxas de câmbio Forex e Cálculos da Direção Nacional de Política Económica.

Tendências do Setor Financeiro

1.61. A taxa de juro dos empréstimos a empresas privadas foi de 10,59% em julho de 2024, o que representa uma queda de 1,1% face ao ano anterior. A descida das taxas de juro foi acompanhada por um aumento do crédito interno, o que indica que o setor privado está a dar sinais de crescimento.

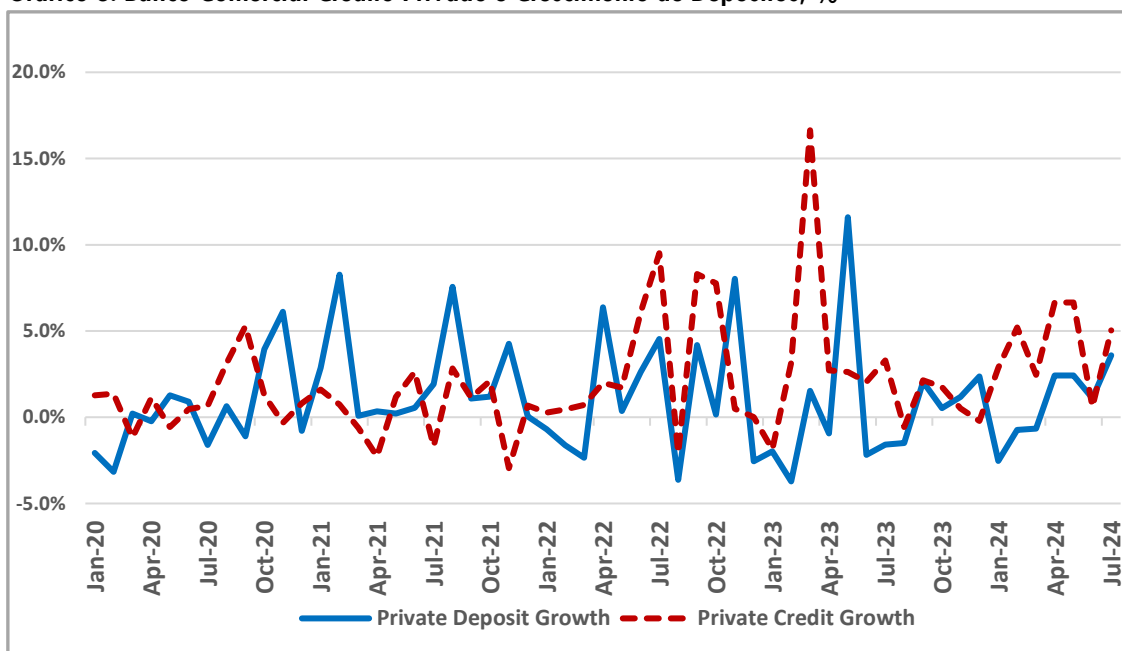
Gráfico 5: Taxas de Juros Comerciais % (RHS) e Crédito ao Setor Privado US\$ Milhões (LHS)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, julho de 2024

1.62. O gráfico abaixo mostra o crescimento mensal dos depósitos e do crédito do setor privado. A tendência dos últimos quatro anos sugere um elevado grau de volatilidade, mas mostra também que o crescimento do crédito e dos depósitos vai, grosso modo, na mesma direção.

Gráfico 6: Banco Comercial Crédito Privado e Crescimento de Depósitos, %



Fonte: Banco Central de Timor-Leste BCTL, julho de 2024

Visão Geral do Emprego

1.63. As últimas estatísticas de emprego disponíveis em Timor-Leste são da publicação do censo de 2022. Os dados do censo mostram que a taxa de participação na força de trabalho foi de 35,9% e a taxa de desemprego foi de 2,9% em 2022. A tabela seguinte apresenta a repartição da população ativa indicada no recenseamento.

Tabela 6: Principais categorias e indicadores relativos à situação da força de trabalho, por sexo

Categoria	Categorias (em milhares)		
	Total	Masculino	Feminino
População em idade ativa 15+	874,0	441,6	432,4
Mão-de-obra	313,7	185	128,7
Dos quais empregado	304,7	180	124,8
Dos quais desempregados	9,0	5,1	3,9
Fora da força de trabalho	560,3	256,6	303,7

Indicador	Categorias (em percentagem)		
	Total	Masculino	Feminino
Taxa de participação no mercado de trabalho	35,9	41,9	29,8
Rácio emprego/população	34,9	40,8	28,9
Taxa de desemprego	2,9	2,7	3,0

Fonte: Censos 2022, Instituto Nacional de Estatística INETL

1.64. Tal como acontece com outros países da ASEAN, o mercado de trabalho de Timor-Leste caracteriza-se por elevados níveis de informalidade. A última estimativa feita pelo Ministério das Finanças, com base no Inquérito às Forças de Trabalho de Timor-Leste 2021, revela que, dos indivíduos empregados acima, 71,1% estão em empregos informais.

Crescimento e inflação globais

1.65. Como mostra a tabela abaixo, o crescimento do PIB mundial em 2024 deverá ser semelhante ao de 2023. O crescimento estável é impulsionado principalmente por uma diminuição da inflação e por um aumento da confiança do setor privado nas economias avançadas, especialmente nos Estados Unidos, e nas economias emergentes. Espera-se um crescimento forte e estável do PIB para as economias emergentes e em desenvolvimento, bem como para a ASEAN-5. Prevê-se que o crescimento do grupo das economias avançadas seja estável, embora seja muito inferior em relação às economias emergentes e em desenvolvimento.

Tabela 7: Indicadores de Crescimento Global, 2022-2025, %

Região/País	Real		Previsão	
	2022	2023	2024	2025
Mundo	3.5	3.3	3.2	3.3
Economias avançadas	2.6	1.7	1.7	1.8
Economias emergentes e em desenvolvimento	4.1	4.4	4.3	4.3
Ásia emergente e em desenvolvimento	4.4	5.7	5.4	5.1
ASEAN-5*	5.5	4.1	4.5	4.6

Fonte: World Economic Outlook do FMI, julho de 2024, dados baixados em setembro de 2024 *Composto por Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Singapura

- 1.66.** Prevê-se que a inflação mundial tenha abrandado em 2023 e projeta-se um novo abrandamento em 2024. O FMI prevê que a inflação global seja de 4,5% em 2025.
- 1.67.** A inflação elevada em 2022 refletiu o impacto da maior procura e da menor oferta devido à guerra na Ucrânia e às sanções à Rússia, além dos preços mais elevados do petróleo.
- 1.68.** A redução da inflação em 2023 e 2024 ocorre no momento em que os bancos centrais de todo o mundo aumentaram as taxas de juros.
- 1.69.** Embora se preveja que a inflação permaneça elevada nos países emergentes e em desenvolvimento, prevê-se que atinja níveis próximos dos objetivos nos países asiáticos emergentes e em desenvolvimento e nas maiores economias da ASEAN.

Tabela 8: Taxas de inflação globais e regionais, %

Região/País	Real		Previsão	
	2022	2023	2024	2025
Mundo	8.7	6.8	5.9	4.5
Economias avançadas	7.3	4.6	2.6	2.0
Economias emergentes e em desenvolvimento	9.8	8.3	8.3	6.2
Ásia emergente e em desenvolvimento	3.9	2.4	2.4	2.8
ASEAN-5*	4.8	3.5	2.5	2.4

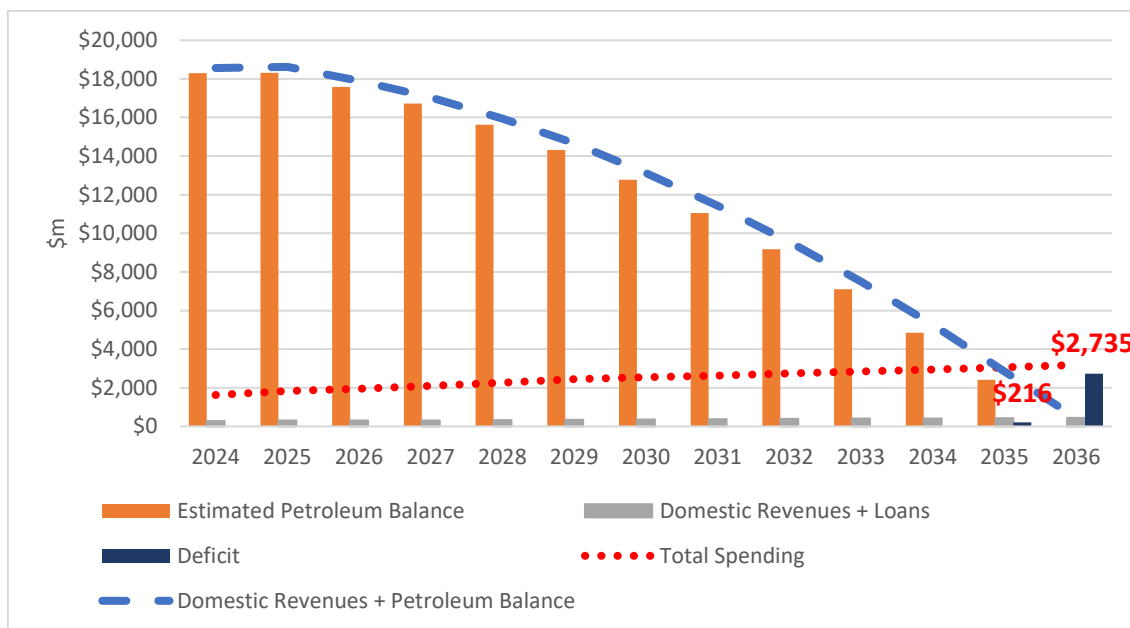
Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais do FMI, abril de 2024. *Composto por Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Singapura

Análise de Sustentabilidade Orçamental

- 1.70.** Em 2023, Timor-Leste teve um défice orçamental de 42% em relação ao PIB não petrolífero. Este défice orçamental é a diferença entre as despesas executadas pelos Governos e as fontes de receitas combinadas das receitas domésticas e do Rendimento Sustentável Estimado (ESI) do Fundo Petrolífero.

- 1.71.** Projeta-se que o défice orçamental permaneça elevado, situando-se em 46% do PIB não petrolífero em 2024 e 52% em 2025.
- 1.72.** Os Défices Orçamentais em Timor-Leste são financiados por saldos de caixa, empréstimos, apoio orçamental direto de doadores e levantamentos excessivos (acima do RSE) do Fundo Petrolífero, contribuindo este último com a maior fatia.
- 1.73.** De facto, ao longo da última década, o Fundo Petrolífero financiou regularmente mais de 70% do orçamento. Foi também o caso do Orçamento de 2024, onde os levantamentos do Fundo Petrolífero financiaram 75% do orçamento da Administração Central. No Orçamento de 2025, prevê-se que os levantamentos do Fundo Petrolífero financiem 73% do orçamento consolidado da Administração Central e da RAEOA.
- 1.74.** Como tal, o foco principal de qualquer Análise de Sustentabilidade Orçamental em Timor-Leste está centrado na previsão da vida útil do Fundo Petrolífero. De acordo com a atual tendência de despesa, o Fundo Petrolífero deverá esgotar-se totalmente até 2035.
- 1.75.** Apesar do aumento da despesa previsto para este orçamento, este é um ano mais tarde do que a data de esgotamento prevista no Orçamento de 2024. As razões para tal são uma taxa de retorno dos investimentos do fundo superior à esperada, uma taxa de execução inferior à esperada em 2024 e um aumento significativo da cobrança de Receitas Domésticas em 2023. Note-se que os retornos futuros estão sujeitos ao desempenho dos mercados financeiros globais. Isto está largamente fora do controlo do Governo. Embora o Governo tenha seguido uma estratégia de investimento de risco relativamente baixo, o Fundo Petrolífero não esteve imune a perdas em anos anteriores (principalmente em 2022, onde o fundo perdeu 2 mil milhões de US dólares como resultado de uma recessão nos mercados financeiros globais). Acontecimentos semelhantes no futuro levarão a que o Fundo se esgote mais cedo do que o previsto.
- 1.76.** A previsão atual para a vida útil do Fundo é mostrada no gráfico abaixo. Esta estimativa baseia-se no teto do Orçamento para 2025. As projeções pressupõem ainda que a despesa pública entre 2026 e 2029 estará em linha com os níveis necessários para atingir as metas de crescimento do Governo. Projeta-se que a despesa pública aumente para além de 2029 em linha com a inflação e o crescimento demográfico.
- 1.77.** Ao mesmo tempo, a modelização baseia-se no pressuposto de que não serão descobertos e extraídos recursos petrolíferos adicionais antes de o fundo se esgotar totalmente e de que não serão introduzidos novos impostos. O Governo avançou nas negociações relacionadas com o campo petrolífero *Greater Sunrise*, que irá desbloquear novos recursos petrolíferos para Timor-Leste. O Ministério das Finanças está também a explorar cuidadosamente os custos e benefícios da introdução de reformas na tributação. Estes fatores têm o potencial de atrasar o esgotamento do Fundo Petrolífero e assegurar o futuro a longo prazo do país.
- 1.78.** No anexo metodológico são fornecidos mais pormenores sobre a modelização.

Gráfico 7: Tempo de vida do Fundo Petrolífero sob a trajetória atual



Fonte: Estimativas da Diretoria Nacional de Política Econômica DNPE, Ministério da Fazenda

- 1.79.** Se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de serem descobertas e extraídas novas receitas petrolíferas, haverá consequências importantes para a despesa pública e para a economia. Neste cenário, quando o Fundo Petrolífero se esgotar, o Governo não terá receitas suficientes para desempenhar as suas funções mais básicas, como pagar salários aos trabalhadores do setor público, realizar pagamentos da segurança social aos idosos, continuar os pagamentos aos veteranos e pagar empréstimos.
- 1.80.** De acordo com a proposta de Orçamento para 2025, o Fundo Petrolífero deverá esgotar-se em 2035. Em 2025, prevê-se que as despesas da Administração Central com reembolsos de empréstimos, salários, transferências relacionadas com veteranos e idosos atinjam cerca de 825 milhões de US dólares. Sob a tendência atual, esse valor pode ultrapassar US\$ 1.000 milhões até 2035. Nessa fase, prevê-se que as receitas domésticas rondem os 410 milhões de US dólares, com um potencial déficit de 635 milhões de US dólares no cumprimento das obrigações do Governo para com os funcionários públicos, idosos, veteranos e organizações internacionais.
- 1.81.** Tal não inclui compromissos adicionais em matéria de despesas legais e políticas, tais como despesas e investimentos na saúde, na educação, na proteção social e em domínios de investimento fundamentais, como a agricultura, o turismo e as infraestruturas.
- 1.82.** O esgotamento do Fundo Petrolífero exigirá também grandes cortes na despesa que resultariam num grande choque no PIB. Tal conduziria a um grande aumento do desemprego e a grandes quedas nos rendimentos, na prestação de serviços públicos e, em última análise, no nível de vida.
- 1.83.** Essa eventualidade também tem implicações para a capacidade do país de continuar a importar na mesma escala e circulando moeda internamente. O país é capaz de sustentar uma economia dolarizada, uma vez que as receitas do petróleo arrecadadas no Fundo Petrolífero garantem um fornecimento regular de US dólares. Um grande déficit comercial não petrolífero só é possível com uma economia dolarizada porque os US dólares do Fundo Petrolífero podem substituir a grande saída de US dólares que são gastos em importações.
- 1.84.** Se uma alternativa cambial não estiver em vigor muito antes do ponto em que o Fundo Petrolífero se esgota, défices comerciais persistentes podem desencadear uma crise de liquidez. Sem o uso das

poupanças do Fundo Petrolífero para financiar a saída de US dólares das despesas com importações, indivíduos e empresas poderiam ficar sem a moeda necessária para financiar as transações do dia-a-dia.

1.85. Prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero permitiria ao país ter mais tempo para construir fontes de receita alternativas e preparar-se para implementar uma nova moeda.

1.86. Na ausência de novas receitas petrolíferas, o Governo tem três opções principais para prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero:

- Reformas para aumentar as receitas domésticas
- Medidas para reduzir as despesas públicas
- Aumentar as fontes alternativas de receitas, como empréstimos e doações

1.87. Prevê-se que a dívida em relação ao PIB em Timor-Leste ronde os 14% em 2024, o que significa que há alguma margem de manobra, ainda que limitada, para o Governo aumentar o financiamento da dívida. No entanto, juntamente com as doações, esta é uma fonte de receitas incerta, uma vez que o Governo tem de contar com empréstimos de instituições financeiras internacionais ou parceiros de desenvolvimento. O potencial de emissão de Bilhetes do Tesouro ou Obrigações tem de ter em conta os juros pagos sobre a dívida pública versus o retorno esperado do Fundo Petrolífero.

1.88. Outras opções incluem medidas para reduzir as despesas públicas e aumentar as receitas domésticas. As receitas domésticas podem ser aumentadas através de novos impostos ou de reformas dos impostos existentes, bem como de medidas destinadas a aumentar a matéria coletável através da prossecução de níveis mais elevados de crescimento económico.

Demonstração de Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes

1.89. Os riscos orçamentais são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se afastem das expectativas ou previsões. Os Riscos Orçamentais podem surgir de choques macroeconómicos ou da realização de passivos contingentes - ou seja, obrigações desencadeadas por um evento inesperado ou cuja realização durante o exercício é incerta.

1.90. Os passivos contingentes são um tipo de risco orçamental que envolve obrigações de pagamento para os Governos, mas que não surgem a menos que um determinado evento ocorra no futuro para desencadeá-lo.

1.91. No caso de Timor-Leste, tal pode conduzir a novos levantamentos excessivos, esgotando o Fundo Petrolífero, e pode prejudicar a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica. Os países com instituições mais fortes podem controlar e gerir melhor os riscos subjacentes, de modo a estarem menos expostos ao acionamento de passivos contingentes.

1.92. O Governo está empenhado em melhorar a divulgação, análise e gestão dos Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.

1.93. Além disso, Timor-Leste também se comprometeu com o "Desenvolvimento de uma Declaração de Riscos Orçamentais e Estratégia de Gestão de Riscos" no âmbito da Estratégia de Reforma da GFP 2022-2027.

1.94. De acordo com o FMI, as melhores práticas internacionais em torno do risco orçamental e da gestão de passivos contingentes envolvem uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, passos para quantificar riscos e passos para mitigar ou prover riscos.

1.95. Assim, para melhor gerir os riscos orçamentais e os passivos contingentes, o Ministério das Finanças procura tomar as seguintes medidas:

1. *Divulgação: descrição de riscos explícitos e potenciais e compromisso de geri-los.*
2. *Recolha: dados de LMs e empresas públicas sobre seu stock de riscos.*
3. *Análise: de concentração e correlação de riscos.*
4. *Gestão, mitigação e monitorização: tomar medidas para gerir o stock de riscos existente e prevenir o seu aumento; provisão para imprevistos; monitorizar cristalizações ou alterações no risco.*

1.96. As declarações de riscos orçamentais publicadas no Relatório do Orçamento Geral do Estado orçamental descrevem uma parte fundamental da estratégia global de gestão de riscos. A este respeito, a seguinte declaração de risco orçamental fornece um esboço dos riscos macroeconómicos e específicos, bem como uma avaliação dos potenciais impactos e medidas de mitigação.

Riscos macroeconómicos

1.97. Os riscos macroeconómicos são uma categoria de riscos orçamentais que surgem devido a variações nos pressupostos macroeconómicos e nas assunções utilizadas nas previsões do Governo. É provável que surjam riscos orçamentais se o PIB for inferior ao previsto ou se a inflação for significativamente mais elevada do que as previsões fornecidas na secção anterior.

1.98. Como explicado anteriormente, a inflação em Timor-Leste é em grande parte impulsionada por fatores globais devido à elevada proporção de importações no consumo interno³. Os principais riscos para as previsões de inflação contidas neste documento são, por conseguinte, uma depreciação imprevista do US dólar, uma vez que tal aumentaria o custo das importações e, por conseguinte, aumentaria os preços, os aumentos dos preços do petróleo e os aumentos do preço das importações de produtos alimentares, como o arroz e outros produtos de base. Uma inflação mais elevada devido a estes fatores poderá conduzir a despesas públicas mais elevadas do que as atualmente projetadas. O aumento do preço das importações conduzirá a um aumento do consumo público. O aumento dos preços do petróleo levará a um aumento do subsídio concedido à EDTL.

1.99. Uma potencial estratégia de atenuação dos riscos relacionados com a inflação consistiria em estimular o investimento na agricultura interna e nas energias renováveis. Nos últimos anos, a EDTL tem estado entre os maiores beneficiários de transferências, uma vez que o Governo subsidiou a compra de eletricidade para proteger os cidadãos do aumento dos custos de importação de combustível. Para reduzir a exposição às flutuações dos custos de transporte marítimo e dos preços mundiais do petróleo e reduzir os Riscos Orçamentais decorrentes do subsídio à eletricidade, o Governo deve procurar investir em alternativas de energias renováveis.

1.100. O aumento da produção agrícola interna, particularmente a produção de arroz, também reduziria a dependência das importações para satisfazer a procura interna e, por conseguinte, protegeria o país das flutuações dos mercados agrícolas globais.

1.101. Em igualdade de circunstâncias, é provável que uma queda do PIB esteja associada a uma queda das receitas domésticas. O PIB é, em última análise, uma medida da atividade económica e, na ausência de alterações na política orçamental, na administração ou na dimensão da matéria coletável, uma queda da atividade económica significará rendimentos mais baixos e, por conseguinte, menores impostos cobrados. As previsões de receitas, no capítulo 4 deste documento, mostram que o rácio

³ A análise dos dados relativos ao comércio e ao consumo sugere que mais de 50% do consumo interno incide diretamente sobre as importações.

receita/PIB interno deverá atingir 14% em 2024 e deverá manter-se próximo deste número no período de previsão. Se o PIB nominal for 10% menor do que o atualmente previsto para 2025, as Receitas Domésticas podem cair cerca de US\$ 20 milhões.

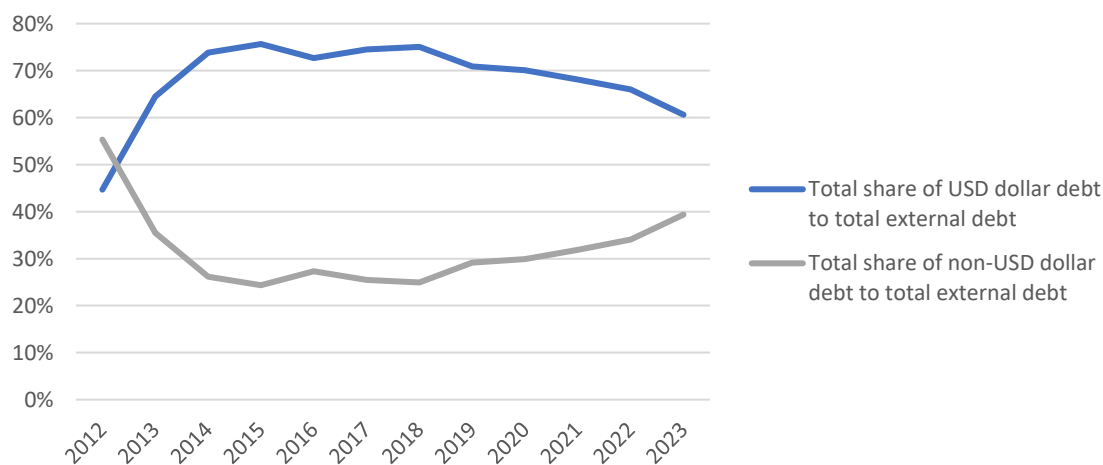
1.102. Como explicado anteriormente, os dois principais riscos para as previsões do PIB são as importações e a execução governamental. Dada a elevada dependência das despesas públicas para impulsionar o crescimento económico, se a execução ficar aquém das expectativas, o crescimento do PIB também será afetado. Do mesmo modo, uma grande parte do Orçamento de 2025 foi destinada a transferências para as famílias. Se uma parte destas transferências for gasta em importações a um nível mais elevado do que o sugerido pelas tendências históricas, o crescimento do PIB será inferior ao previsto.

1.103. No entanto, os riscos globais daí decorrentes serão parcialmente atenuados pelo facto de as importações mais elevadas assistirem também a um aumento da cobrança de receita resultante de direitos de importação. São também atenuados pelo facto de a redução das despesas também apoiar a sustentabilidade orçamental a longo prazo. Se a execução do Governo cair abaixo do nível atual, isso também reduzirá o défice orçamental existente e, potencialmente, estenderá a vida útil do Fundo Petrolífero. Isso foi observado no Orçamento de 2024.

1.104. O Relatório do Orçamento Geral do Estado para 2024 previa que o PIB atingisse 4,0% em 2024 e pressupunha que a execução governamental rondaria os 89%. O presente Relatório prevê que o PIB em 2024 atinja 3,7% e que a execução governamental este ano atinja 86%, um aumento face a 2022, mas 1% inferior à taxa de execução do Orçamento para 2023 (mais detalhes na secção Desempenho Orçamental do Capítulo 4). Como mencionado anteriormente, a queda na execução esperada é um dos fatores que contribuem para a projeção do Fundo Petrolífero se esgotar em 2035 em vez de 2034 como foi previsto no ano passado.

1.105. Os riscos macroeconómicos são igualmente relevantes para a atual carteira de empréstimos. As taxas de câmbio resultam de empréstimos em moedas diferentes do US dólar. De acordo com a política de empréstimos, pretende-se que o US dólar continue a ser a moeda predominante na carteira de dívida externa do Governo devido à economia dolarizada do país. No entanto, desde 2018, a percentagem da dívida em US dólares diminuiu para atingir 60%. Prevê-se que a política de manutenção de uma parte significativa da dívida em US dólares prossiga, pelo menos no curto a médio prazo.

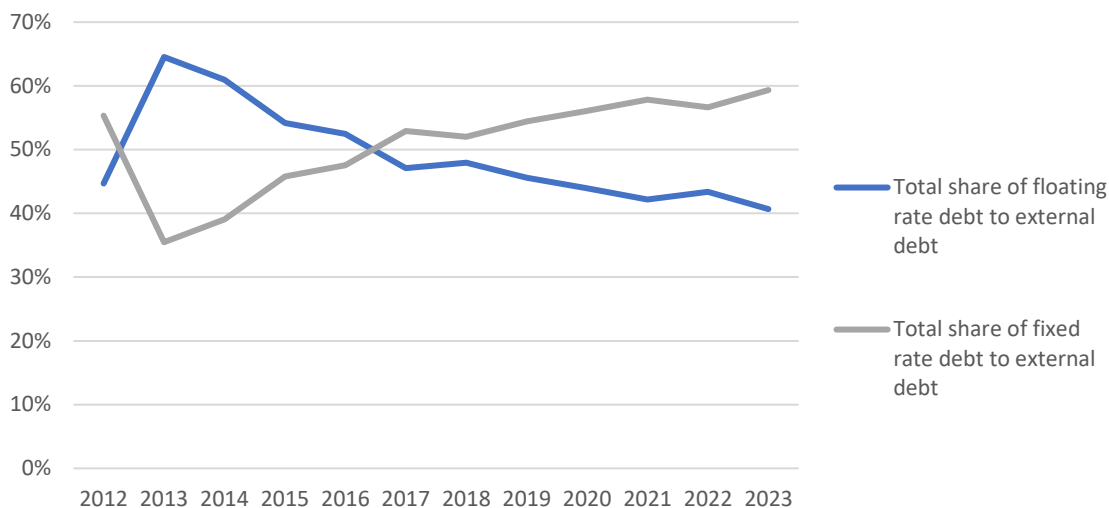
Gráfico 8: Dívida em US dólares vs. dívida não em US dólares, %



Fonte: DNPME, Ministério da Fazenda, setembro de 2024

1.106. As taxas de juro também representam um risco na carteira de crédito. A partir de 2013, a proporção de dívida a taxa fixa dentro da carteira de dívida começou a aumentar, acabando por compor uma participação maioritária em 2017 e 2018. Esta mudança deveu-se à capacidade do Governo de gerir o risco de taxa de juro, dando prioridade aos desembolsos a partir de fontes de taxa fixa. Uma vez que Timor-Leste é agora classificado como um país misto, está a ser gradualmente eliminado do financiamento concessional pelos seus credores externos, conduzindo a um aumento esperado dos custos dos empréstimos.⁴ Para mitigar o risco de choques de taxas de juro, é necessário expandir o financiamento concessional a uma taxa de juro fixa por parte de fornecedores de empréstimos bilaterais.

Gráfico 9: Dívida fixa vs dívida flutuante, %



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, setembro de 2024.

1.107. A médio prazo, o Fundo Petrolífero é o principal amortecedor para os riscos macroeconómicos. O nível atual do Fundo proporciona uma margem de manobra significativa nos próximos anos. Por exemplo, as receitas domésticas teriam de ser mais de 50% inferiores às previsões previstas neste documento para que o Fundo Petrolífero se esgotasse um ano antes do atualmente previsto.

Passivos Contingentes Explícitos reconhecidos por Lei ou Contrato

1.108. O contencioso judicial é uma importante fonte de passivos contingentes e o custo para o Estado depende do resultado do litígio ainda pendente.

1.109. Abaixo estão os casos de litígio atuais contra a República Democrática de Timor-Leste, e seu custo potencial máximo se o caso fosse decidido a favor do demandante.

⁴ Como país misto, a TL restringiu o acesso a empréstimos concessionais a uma taxa de juro fixa.

- 1.110.** Eastlog Projects Limited: Caso de litígio no Tribunal Arbitral de Hong Kong relacionado com a alegada violação do contrato de construção da Base de Fornecimento de Suai, com uma responsabilidade máxima de US\$5.305.338,08.
- 1.111.** Caso Timor Corp: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US\$2.371.815,36.
- 1.112.** Caso Bolloré Logistic Timor: Processo judicial no Tribunal de Recurso com uma responsabilidade máxima de cerca de US\$254.901,70.
- 1.113.** Caso Ensul Engenharia: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US\$1.444.617,83.
- 1.114.** O Sistema de Garantia de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) é uma iniciativa destinada a apoiar empresas em fase de arranque, através da qual uma garantia pública cobre até 70% do valor do empréstimo empresarial às MPME, a fim de incentivar o desenvolvimento do setor privado no país com a garantia total de 4 milhões de US dólares. O Banco Central de Timor-Leste trabalha com os bancos para partilhar o risco e gerir os riscos. O valor máximo do empréstimo individual é de US\$150.000,00. No entanto, esta iniciativa já está 100% orçamentada, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos.
- 1.115.** A Facilidade Garantia Crédito Suave é um sistema de garantia de empréstimos a juros baixos para empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras que contratam com o Governo (atualmente apenas BNCTL) para fornecer empréstimos a juros baixos que são garantidos pelo Estado. O regime tinha um orçamento inicial de 1.379.990 US dólares, mas que foi reforçado com mais US\$ 50.000.000 pela Lei n.º 6/2022, Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022. No entanto, este regime também está 100% orçamentado, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos.

Parcerias público-privadas (PPP)

- 1.116.** Os contratos de parcerias público-privadas podem envolver garantias ou indemnizações sobre variáveis de risco específicas, podendo ser solicitado ao Governo que compense o setor privado pela perda de receitas decorrentes desses riscos.
- 1.117.** Até esta data existe apenas uma PPP em funcionamento, a PPP do Porto de Tibar. Os passivos contingentes associados ao Porto de Tibar referem-se a flutuações cambiais, ocorrência de Força Maior ou atos de Deus, ou seja, eventos pelos quais nenhuma parte pode ser responsabilizada, circunstâncias políticas imprevistas e acordos relacionados a diferentes eventos de rescisão.

Passivos Contingentes Implícitos

- 1.118.** Para além dos passivos contingentes explícitos acima referidos, o Governo deve também considerar os passivos contingentes implícitos. Trata-se de passivos contingentes em que não existe uma obrigação legal de intervenção por parte do Governo. Apesar disso, a intervenção governamental pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos seus cidadãos. Tais passivos contingentes em Timor-Leste são suscetíveis de ocorrer como resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise deste tipo que leve à perda de meios de subsistência devido a danos, deslocações ou desemprego ou outras dificuldades económicas semelhantes pode levar a custos inesperados.
- 1.119.** Estes custos surgiriam se o Governo interviesse através de regimes de assistência social e pacotes de estímulo orçamental. Abaixo descrevemos alguns desses passivos contingentes e explicamos como o Governo pode mitigar cada um deles.

- 1.120.** Um passivo contingente implícito é o apoio prestado às empresas públicas. Uma vez que os empréstimos são emitidos apenas para a Administração Central, as Empresas Públicas em Timor-Leste não têm quaisquer riscos ou passivos de dívida. No entanto, várias empresas estatais recebem grandes transferências do Estado anualmente. Os detalhes das transferências estão disponíveis na secção Desempenho orçamental deste documento. O anexo fornece igualmente informações financeiras disponíveis de empresas públicas.
- 1.121.** As catástrofes naturais são outro dos principais riscos enfrentados por Timor-Leste. O país está situado perto do chamado "Anel de Fogo do Pacífico", uma área que tem alguns dos terremotos e atividades vulcânicas mais voláteis do mundo. Com o efeito das alterações climáticas, o país está também em maior risco de inundações e ciclones.
- 1.122.** Na última década, os maiores gastos com desastres ambientais ocorreram em 2021, quando o Governo foi obrigado a gastar US\$ 6,2 milhões, principalmente como resultado do ciclone Seroja.
- 1.123.** Os choques económicos externos são outra fonte de Passivos Contingentes implícitos. Como demonstrado pela crise da COVID-19, as crises sanitária e económica também podem ser uma importante fonte de riscos orçamentais em Timor-Leste. Embora as pandemias sejam eventos pouco frequentes, como uma pequena economia aberta que depende fortemente das importações, Timor-Leste está altamente exposto a eventos económicos noutros países.
- 1.124.** Desde a independência, a crise sanitária da COVID-19 foi certamente o maior choque externo a atingir a economia timorense. A crise teve o maior impacto nos gastos do Governo em 2021, durante o qual o Governo gastou US\$ 201 milhões em medidas para proteger os cidadãos dos impactos sanitários e económicos da COVID-19.
- 1.125.** As crises políticas também têm sido uma fonte de riscos orçamentais nos últimos anos. Os atrasos na aprovação do orçamento em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. Um crescimento económico negativo pode significar uma queda generalizada dos rendimentos entre as empresas e os particulares. A curto prazo, esta situação conduz a receitas fiscais mais baixas. A longo prazo, abranda os progressos em matéria de diversificação económica necessários para ajudar o país a garantir a sua sustentabilidade orçamental a longo prazo.
- 1.126.** Alguns passivos contingentes que representam grandes riscos orçamentais noutros países têm menor probabilidade de se materializarem em Timor. Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos devido a movimentos voláteis das taxas de câmbio. Uma vez que Timor-Leste utiliza o US dólar, que está entre as moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não completamente imprevisíveis).
- 1.127.** No entanto, é de notar que Timor-Leste só é capaz de manter um fornecimento regular de US dólares devido ao Fundo Petrolífero. Isso significa que isso pode se materializar como um risco maior na próxima década, conforme explicado na secção Sustentabilidade Orçamental deste relatório.
- 1.128.** Dada a infância do sistema bancário, e o facto de vários dos bancos que operam em Timor serem Empresas Públicas nos respetivos países e estarem sujeitos a credores estrangeiros de último recurso, existe também um menor risco de ocorrência de uma crise financeira interna em Timor-Leste em comparação com outros países de baixo ou médio rendimento.
- 1.129.** Do mesmo modo, o rácio dívida/PIB (previsto para cerca de 14% em 2024) deverá permanecer relativamente baixo, o que significa que existe um baixo risco de uma crise da dívida a médio prazo. Um passivo contingente que é exclusivo de Timor-Leste é o risco para as Receitas do Fundo Petrolífero decorrente da volatilidade nos mercados financeiros. Os fatores que afetariam o desempenho do Fundo Petrolífero poderiam ser considerados passivos contingentes, uma vez que as perdas na

carteira de investimentos do Fundo poderiam levar ao esgotamento do Fundo mais cedo do que o previsto. Como descrito anteriormente, isso significaria uma maior exposição a riscos fiscais.

- 1.130.**No entanto, o horizonte de investimento do Fundo encurtou-se, dado que as entradas de petróleo de Bayu-Undan estão a terminar e as despesas e retiradas deverão seguir a tendência atual. Não se espera que o retorno do investimento preencha a lacuna.
- 1.131.**Para se ajustar ao esgotamento esperado do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez de investimentos de baixo risco para financiar os levantamentos ao longo dos próximos três anos. Isto proporciona alguma proteção contra ser forçado a vender ações e obrigações na sequência de uma perda, mas é menos eficaz quando os levantamentos excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de fraco desempenho do investimento reduziria ainda mais a vida útil esperada do Fundo. Para além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto *Greater Sunrise*.
- 1.132.**Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero emprestasse 650 milhões de US dólares à Timor Gap, E.P., e às suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento do *Greater Sunrise*. Estes empréstimos são avaliados anualmente de forma independente para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão ligados às receitas da Timor Gap, E.P., provenientes do projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto de desenvolvimento.
- 1.133.**Para garantir que a Reserva de Contingência tem dotação suficiente para cobrir eventuais Riscos Orçamentais materializáveis, a LEO consagrou um limiar mínimo para a Reserva de Contingência, que deve ascender a um mínimo de 2% da despesa total do Orçamento e a um máximo de 5% da despesa total.
- 1.134.**Para o Orçamento de 2025, foi alocado um total de US\$ 42,6 milhões para o fundo de contingência. Por conseguinte, cumpre o requisito legal, uma vez que representa um pouco mais de 2% do orçamento consolidado para a RAEOA e a Administração Central.
- 1.135.**Além do financiamento de contingência, o Governo e as Empresas Públicas podem recorrer a saldos de caixa em caso de perdas inesperadas. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de caixa eram os seguintes:

Tabela 9: Saldos de Caixa para Entidades do Setor Público em Timor-Leste, US\$m

Entidade	Saldo de Caixa 31 de dezembro de 2023
BNCTL	443,3
INSS	200,0
Administração Central	186,7
TIMOR GAP	106,1
RAEOA	92,2
EDTL	73,7
ANPM	55,9
Bee-TL	40,8
Saldo de Caixa em Bancos Comerciais	31,7
Murak Rai Timor	1,9
RTTL	0,5
ANATL	0,0*
Total	1.233

Fonte: Relatórios financeiros disponíveis, *Montante inferior a US\$100 mil

- 1.136.** Os saldos de caixa acima indicados baseiam-se nas últimas informações publicamente disponíveis. Os saldos de caixa efetivos no momento em que o orçamento for aprovado podem diferir destas estimativas.
- 1.137.** Grandes choques económicos podem exigir que o Governo intervenha com níveis muito mais elevados de apoio económico. Se tal resposta exigir níveis de despesa que ultrapassem a reserva de contingência, o Governo pode contar com levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isso tem um custo, pois retiradas imprevistas consistentes do Fundo Petrolífero significarão que o fundo se esgotará mais cedo. Isso também demonstra a importância de garantir que a política orçamental possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero.
- 1.138.** Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de as Receitas Domésticas serem suficientemente elevadas para suportar o financiamento de contingência, os passivos contingentes poderão representar maiores riscos orçamentais.
- 1.139.** O Ministério das Finanças continuará a melhorar a informação fornecida na declaração de riscos orçamentais à medida que a recolha de dados continuar a melhorar.

2. Prioridades e reformas do Governo

Prioridades de despesa e medidas-chave para 2025

2.1. À medida que Timor-Leste embarca no ano orçamental de 2025, o Governo continua empenhado em promover o desenvolvimento socioeconómico da Nação através de investimentos direcionados em infraestruturas estratégicas, fortalecimento económico e iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos. O orçamento deste ano reflete uma estratégia clara para estimular o crescimento económico sustentável, melhorar a prestação de serviços públicos e garantir que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todos os cidadãos timorenses.

I. Infraestruturas estratégicas: uma base para o crescimento

2.2. O Governo continua a fazer dos investimentos estratégicos em infraestruturas um pilar central da sua agenda de desenvolvimento a longo prazo. Reconhecendo a importância de uma infraestrutura robusta como catalisador para o crescimento económico, coesão social e resiliência nacional, o Governo está comprometido em construir uma rede bem conectada e modernizada de estradas, pontes, aeroportos, telecomunicações e sistemas de energia. Estes investimentos-chave destinam-se a facilitar a integração regional, melhorar o acesso a serviços essenciais e criar um ambiente propício à diversificação económica e ao crescimento inclusivo.

2.3. As iniciativas de infraestrutura delineadas em vários setores, que vão desde a reabilitação de estradas e pontes até a expansão da rede nacional de fibra ótica e a melhoria do acesso à eletricidade, são fundamentais para desbloquear o potencial de crescimento do país. Estes projetos, embora exijam compromissos orçamentais significativos, produzirão benefícios a longo prazo, melhorando a conectividade, reduzindo as disparidades regionais e melhorando os padrões de vida em todo o país.

Estradas e Pontes

2.4. O ano orçamental de 2025 dá continuidade à forte ênfase do Governo no desenvolvimento de infraestruturas estratégicas, com o objetivo de reforçar a conectividade nacional, fomentar o crescimento económico, melhorar o acesso aos mercados e serviços essenciais e garantir que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todas as regiões do país.

2.5. Um dos principais focos para o ano orçamental de 2025 será a reabilitação e expansão de estradas nacionais, municipais, urbanas e rurais. Estes esforços destinam-se a reduzir os tempos de viagem, melhorar o acesso aos mercados e serviços locais e facilitar a circulação eficiente de mercadorias em Timor-Leste.

2.6. Para o ano orçamental de 2025, o Programa Estradas e Pontes recebe uma dotação orçamental substancial de **US\$ 227,3 milhões**, estrategicamente distribuídos entre órgãos administrativos nacionais e municipais. Desse total, o Funda das Infraestruturas recebe a maior parcela de US\$ 140,6 milhões para financiar a construção, reabilitação e expansão das principais redes rodoviárias e pontes, fortalecendo a conectividade e impulsionando o crescimento económico em todo o país.

2.7. Da dotação total para o Programa Estradas e Pontes, o Ministério das Obras Públicas recebe US\$ 73,8 milhões para supervisionar e implementar projetos de construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes. Outros US\$ 9,8 milhões são destinados ao Fundo Especial para o Desenvolvimento da RAEOA (FED-RAEOA), especificamente destinado a melhorias de infraestruturas na região de Oe-Cusse Ambeno. É também atribuído um financiamento substancial aos municípios de Timor-Leste para melhorar as redes rodoviárias locais e o desenvolvimento de pontes.

2.8. Para proteger ainda mais a infraestrutura, **US\$ 24 milhões** do Funda das Infraestruturas foram reservados para o Programa de Manutenção, Reabilitação e Resposta a Estruturas Danificadas por Calamidades. Esta dotação atenuará os impactos das catástrofes naturais, em particular das inundações, e protegerá as comunidades vulneráveis, garantindo respostas rápidas e reparações atempadas.

2.9. Além disso, o Ministério das Obras Públicas destinou **14 milhões** de US dólares para resposta a emergências, garantindo a disponibilidade de fundos adequados para eventos imprevistos, como catástrofes naturais. Um adicional de **US\$ 10 milhões** do Funda das Infraestruturas apoiará os esforços de recuperação rápida, reforçando o compromisso do Governo em manter e restaurar a infraestrutura essencial quando confrontado com desafios inesperados.

2.10. Informações detalhadas sobre o estado atual das estradas nacionais, municipais, urbanas e rurais, bem como o estado da construção de pontes, são fornecidas abaixo.

Tabela 10: Situação do Desenvolvimento das Infraestruturas Rodoviárias e Pontes e Dotação Orçamental Proposta para 2025

Categoria	Distância Total (Km)	Distância total concluída (Km)	Distância Total para reabilitação (Km)	Plano de reabilitação para 2024-2028 (Km)	Plano de reabilitação para 2029-2034 (Km)	Em curso (Km)
Estradas Nacionais	1379.19	668.08	711.11	410.64	300.47	65.74
Estradas Municipais	908.39	61.49	846.90	349.96	496.94	211.00
Vias Urbanas	674.73	231.15	443.58	221.52	222.06	79.00
Estradas Rurais	3335.80	2133.38	1202.42	236.36	966.06	236.36
Pontes	210.00	165.00	45.00	18.00	27.00	18.00

Fonte: Ministério das Obras Públicas, setembro de 2024

2.11. Embora se tenham registado progressos notáveis na conclusão de troços de estradas nacionais e rurais, continuam a ser realizados trabalhos de reabilitação significativos, em especial no que se refere às estradas municipais e urbanas. As fases de reabilitação planeadas para 2024-2028 e 2029-2034 enfatizam a estratégia de desenvolvimento de infraestruturas a longo prazo do Governo.

2.12. Estes investimentos não só aumentarão a eficiência dos transportes, mas também apoiarão o crescimento económico inclusivo, garantindo que todas as regiões, incluindo as zonas remotas e mal servidas, estão mais bem ligadas e são mais resilientes aos desafios ambientais.

Aeroportos

2.13. No ano orçamental de 2025, o Governo alocou **US\$ 29,6 milhões** do Funda das Infraestruturas para o desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária, enfatizando a importância de melhorar a conectividade nacional e apoiar o crescimento económico por meio de investimentos estratégicos nos principais *hubs* de transporte. Um dos principais focos é a modernização do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Dili, a principal porta de entrada do país. O orçamento inclui projetos como a extensão da pista, expansões de *apron* e *taxiways*, iluminação do solo e a construção de uma nova torre de controlo, apoiado por um empréstimo do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e US\$ 2,6 milhões em cofinanciamento governamental. Estas melhorias são essenciais para aumentar a capacidade do aeroporto para receber aeronaves de maior dimensão e cumprir as normas de segurança internacionais.

2.14. O projeto de extensão da pista tem um adicional de US\$ 3 milhões alocados para compensação aos afetados pelo empreendimento, garantindo um processo de reassentamento justo. A extensão da pista em si, com um orçamento de US\$ 11,9 milhões, é uma iniciativa fundamental que impulsionará o turismo e o comércio, acomodando mais tráfego aéreo. Outros US\$ 1,26 milhões são alocados para a gestão do projeto para garantir que as melhorias sejam implementadas de forma eficiente, enquanto US\$

7,5 milhões, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), cofinanciarão um novo terminal, mostrando o valor da cooperação internacional.

- 2.15.** Além de Díli, o Governo está a investir 1,6 milhões de US dólares para modernizar o Aeroporto de Suai, na região sul, melhorando a conectividade regional e o acesso a áreas remotas. Estes investimentos refletem o compromisso contínuo do Governo com a modernização das infraestruturas de transporte, o que apoiará a diversificação económica e melhorará o acesso de Timor-Leste aos mercados internacionais.

Telecomunicações

- 2.16.** O Governo está a dar passos significativos na expansão da sua infraestrutura de telecomunicações para apoiar a transformação digital do país. No ano orçamental de 2025, será feito um investimento substancial para melhorar as redes de fibra ótica e garantir uma melhor conectividade à Internet, especialmente em áreas rurais mal servidas. Um total de US\$ 2,5 milhões do Funda das Infraestruturas é alocado para o Projeto de Instalação de Fibra Ótica, com US\$ 2,37 milhões direcionados para estender a conectividade de fibra ótica em todo o país.
- 2.17.** Além desses esforços, US\$ 100.000 foram alocados para Serviços de Gestão de Projetos para supervisionar o projeto de cabo submarino de fibra ótica de 2025 a 2041, garantindo uma implementação e integração suaves com as redes globais. Outros US\$ 10.000 serão destinados à supervisão do processo de instalação, garantindo o cumprimento das normas técnicas, enquanto outros US\$ 10.000 serão usados para proteger infraestruturas-chave, como a estação de aterragem do cabo, de riscos ambientais. Além disso, o Governo aprovou licenças para serviços de internet via satélite Starlink, o que pode vir a melhorar a conectividade em áreas remotas onde a fibra ótica pode não chegar.
- 2.18.** Paralelamente a esses investimentos, US\$ 5 milhões foram alocados na dotação geral do Estado para a criação de uma autoridade de gestão de fibra ótica, garantindo uma supervisão eficiente e preparando a infraestrutura digital do país para o futuro.
- 2.19.** Estes investimentos estratégicos refletem o compromisso do Governo em melhorar a infraestrutura digital, promover o desenvolvimento socioeconómico e posicionar Timor-Leste como uma nação digitalmente conectada e integrada na economia global.

Energia

- 2.20.** O acesso à eletricidade é essencial para melhorar os padrões de vida, impulsionar o crescimento económico e garantir o acesso a serviços vitais como os cuidados de saúde, a educação e a comunicação. Reconhecendo a sua importância, o Governo continua empenhado em expandir a rede elétrica nacional, com especial incidência nas zonas rurais e remotas.
- 2.21.** Foram feitos progressos significativos na expansão do acesso à eletricidade nos 13 municípios de Timor-Leste. Segundo dados do Ministério das Obras Públicas, 99,54% dos sucus e 90,60% das aldeias estão agora ligados à rede nacional. No entanto, persistem disparidades, particularmente em municípios como Viqueque e Ainaro, onde uma maior proporção de aldeias ainda não tem acesso a eletricidade.
- 2.22.** Para o ano orçamental de 2025, o Governo destinou 12,2 milhões de US dólares para continuar a expandir a rede elétrica, concentrando-se em áreas que permanecem desconectadas da rede nacional.
- 2.23.** Além disso, US\$ 8,5 milhões do Funda das Infraestruturas são dedicados a projetos de eletricidade no ano orçamental de 2025. Este financiamento apoiará a construção de novos escritórios, subestações da EDTL e melhorias significativas nas redes de distribuição de eletricidade rurais e urbanas.
- 2.24.** Além disso, o Governo comprometeu-se com 166,5 milhões de US dólares em subsídios (um aumento de 18 milhões de US dólares em relação ao ano orçamental de 2024) para apoiar as operações da

EDTL, E.P., garantindo o fornecimento contínuo de eletricidade em todo o país, mantendo a estabilidade do serviço e promovendo o crescimento em setores essenciais que dependem de um fornecimento de energia estável.

II. Reforçar a economia: reforçar a resiliência e as oportunidades

- 2.25.**No ano orçamental de 2025, o Governo está empenhado em fortalecer a sua base económica através de investimentos estratégicos em setores críticos, como petróleo e minerais, agricultura, comércio e indústria, emprego, turismo e desenvolvimento do capital humano.
- 2.26.**Estas iniciativas visam criar resiliência, diversificar a economia e criar oportunidades de crescimento sustentável. Espera-se que o foco do Governo no desenvolvimento de infraestruturas, na expansão do mercado e no desenvolvimento de competências impulse o crescimento do PIB e, ao mesmo tempo, promova a estabilidade económica de longo prazo.
- 2.27.**As iniciativas a seguir descritas, embora exijam dotações orçamentais significativas, destinam-se a obter retornos positivos, estimulando a atividade económica em todo o país. Os investimentos em infraestruturas, programas de emprego, parques industriais e agricultura impulsionarão o crescimento, enquanto os esforços de desenvolvimento do turismo e do capital humano diversificarão ainda mais a economia e equiparão os cidadãos timorenses com as competências necessárias para competir no mercado global.

Petróleo e minerais

- 2.28.**No ano orçamental de 2025, o Governo destinou **40,5 milhões de US dólares** do Funda das Infraestruturas para o programa de Gestão de Petróleo e Recursos Minerais, reforçando o seu objetivo de construir resiliência e criar oportunidades para um crescimento económico sustentável. O ponto central dessa estratégia é o aprimoramento da infraestrutura nos setores de petróleo, gás e minerais, que são motores críticos da economia do país. Foram alocados US\$ 4 milhões para o desenvolvimento das estradas Dotic-Natarbora e Betano-Dotic, com o objetivo de melhorar o transporte e a conectividade com as principais áreas industriais. A maior parte, US\$ 14 milhões, é dedicada à estrada Zumalai-Betano, fortalecendo o acesso à região sul, um importante centro de extração de recursos e atividade económica.
- 2.29.**Em linha com o reforço da resiliência, o Governo alocou 14 milhões de US dólares para a Base de Abastecimento de Suai, um projeto crucial concebido para reforçar a logística e a capacidade de armazenamento de produtos petrolíferos de Timor-Leste. Este investimento assegurará que os esforços de exploração de petróleo e gás em curso sejam bem apoiados, com sistemas eficientes de transporte e gestão de recursos que contribuam para a estabilidade económica a longo prazo.
- 2.30.**Complementando essas iniciativas, US\$ 500.000 foram alocados para a construção de um Laboratório de Desenvolvimento de Geociências, que desempenhará um papel vital no avanço da pesquisa e na promoção da gestão sustentável de recursos. Além disso, US\$ 4 milhões serão usados para reabilitar estradas existentes, mantendo rotas de transporte críticas que sustentam a atividade económica. Esses investimentos são uma prova do foco do Governo em melhorar os setores de petróleo e minerais para impulsionar o crescimento económico, criar oportunidades e construir uma base económica mais resiliente para o futuro.

Agricultura, Pesca, Pecuária e Silvicultura

- 2.31.**No ano orçamental de 2025, o Governo alocou estrategicamente um total de **US\$ 40,9 milhões** para dinamizar os setores agrícola, pesqueiro, pecuário e florestal. Este orçamento substancial, composto por US\$ 16,8 milhões do Funda das Infraestruturas para a construção, manutenção e supervisão de múltiplos projetos de irrigação e US\$ 970.000 do Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA (FED-RAEOA), visa fortalecer a base económica desses setores vitais. O desembolso e a implementação destes fundos serão realizados pelo Ministério da Agricultura, pelo Instituto de

Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu, 13 municípios, e pela Autoridade da RAEOA, garantindo um impacto generalizado em todo o país.

2.32. Este plano de investimento abrangente visa várias iniciativas fundamentais concebidas para aumentar a produtividade, a sustentabilidade e o acesso ao mercado para os agricultores e produtores destes setores. Os fundos alocados apoiarão uma série de projetos, desde o desenvolvimento de infraestruturas, como sistemas de irrigação e acesso rodoviário a áreas agrícolas remotas, até programas avançados de pesquisa e desenvolvimento focados na melhoria da produtividade das culturas, da saúde do gado e das práticas de pesca sustentáveis. Além disso, parte do financiamento ajudará nos esforços de conservação florestal, promovendo a sustentabilidade ambiental e a gestão responsável dos recursos naturais.

Comércio e Indústria

2.33. No ano orçamental de 2025, o Governo alocou **US\$ 4,6 milhões** do Funda das Infraestruturas no âmbito do programa de Investimento e Diversificação Económica para fortalecer o setor de Comércio e Indústria, concentrando-se em investimentos em infraestrutura crítica que reforçarão a base económica. Isso inclui a construção de novos mercados em Ainaro, Maliana, Loes e Manatuto, com US\$ 100.000 destinados a melhorar o comércio local. Um financiamento significativo também é direcionado para a modernização dos mercados municipais em Baucau (US\$ 1,62 milhão) e Ermera (US\$ 1,95 milhão), modernizando esses centros económicos essenciais para estimular o crescimento empresarial local, criar empregos e melhorar a resiliência económica. Um investimento estratégico no Centro Nacional de Incubação de Empresas em Díli, com 50.000 US dólares para a construção e 116.080 US dólares para a supervisão, visa fomentar o empreendedorismo e apoiar o crescimento das pequenas e médias empresas (PME), cruciais para a diversificação económica.

2.34. Além do desenvolvimento do mercado, o Governo está avançando no crescimento industrial através de estudos de viabilidade e projetos detalhados de engenharia para um novo parque industrial em Vatuvou, Liquiçá (US\$ 203.963), e centros comerciais em Manleuana e Taibessi. Estas iniciativas destinam-se a atrair investimento, estimular a atividade económica e gerar oportunidades de emprego, fortalecendo ainda mais a resiliência e o crescimento económico a longo prazo de Timor-Leste.

2.35. Além do Funda das Infraestruturas, um adicional de US\$ 202.195 do Fundo Especial para o Desenvolvimento da RAEOA (FED-RAEOA) financiará a construção do Mercado Numbey em Costa, Pante Macassar, e do Mercado Usitaco em Laescote, Nitibe, apoiando o crescimento económico na RAEOA.

2.36. Além disso, o Ministério do Comércio e Indústria (MCI) continuará a implementar iniciativas-chave no âmbito deste programa, centrando-se no desenvolvimento das PME, na promoção de negócios sociais através de empréstimos em condições favoráveis ao crédito às MPME e na promoção da cadeia de valor das exportações para fomentar o empreendedorismo e a diversificação económica. O MCI também enfatiza a coleta de dados da indústria para a formulação de políticas informadas, certificação comercial e licenciamento, e a regulamentação de atividades comerciais industriais e informais para manter a sustentabilidade e promover a colaboração nacional e internacional no comércio.

Emprego

2.37. No ano orçamental de 2025, o Governo alocou **US\$ 23,4 milhões** no âmbito do programa de Investimento e Diversificação Económica (excluindo US\$ 4,5 milhões do Funda das Infraestruturas, US\$ 14,6 milhões da Dotação Geral do Estado e US\$ 202.195 do FED-RAEOA), com foco no fortalecimento do mercado de trabalho e na promoção do crescimento económico sustentável. O programa prioriza a criação de empregos por meio do empreendedorismo, melhorando a colocação e proteção dos funcionários e implementando um programa nacional de estágio para fornecer aos jovens profissionais experiência prática por meio de centros de desenvolvimento profissional. Os investimentos em centros de formação e a construção de novas instalações em Lautém, Covalima e Aileu garantirão que a força de trabalho esteja equipada para atender às crescentes demandas económicas do país. Este

programa será implementado a nível nacional e municipal, incluindo a RAEOA, para maximizar o seu impacto.

- 2.38.** O orçamento destaca ainda a reintegração dos trabalhadores estrangeiros, apoiando a sua transição de regresso ao mercado de trabalho nacional, e a promoção e proteção dos trabalhadores timorenses no estrangeiro através dos serviços de Adidos e Assistentes de Trabalho. O Governo também está-se a focar na resolução de disputas trabalhistas e na promoção do diálogo social entre as partes interessadas do trabalho. Além disso, o financiamento de pesquisas e estudos sobre o mercado de trabalho ajudará a monitorar e avaliar a eficácia dos programas de formação profissional e emprego.
- 2.39.** Outras iniciativas importantes incluem o apoio à incubação de empresas e o desenvolvimento de empresas em fase de arranque, ambos essenciais para fomentar o empreendedorismo e criar novas oportunidades económicas. O Governo também está comprometido em garantir um mercado de trabalho justo e sustentável através da implementação de políticas de preços justos, intervenções no mercado e estudos de mercado destinados a aumentar a demanda do mercado de trabalho. Há uma forte ênfase na prevenção e resolução de disputas laborais, bem como na abordagem de questões urgentes, como o trabalho infantil e o trabalho forçado, por meio de esforços de prevenção e campanhas de consciencialização pública.
- 2.40.** Estas iniciativas visam promover a resiliência económica, melhorar a produtividade local e criar oportunidades de emprego, contribuindo para a prosperidade a longo prazo de Timor-Leste.

Turismo

- 2.41.** No ano orçamental de 2025, o Governo destinou **1,98 milhões de US dólares** do Funda das Infraestruturas para fortalecer o setor do turismo, posicionando-o como um dos principais motores da diversificação económica. Um dos principais focos é a modernização das infraestruturas turísticas para atrair visitantes locais e internacionais. Os principais projetos incluem a construção do Edifício Marina Square em Díli, com 900.000 US dólares atribuídos, e o Centro de Informação Turística em Baucau, apoiado por 240.000 US dólares para a construção e 33.100 US dólares para supervisão. Estes projetos fundamentais visam estabelecer instalações turísticas de classe mundial, melhorando a experiência geral do visitante e impulsionando o crescimento da indústria do turismo.
- 2.42.** A dedicação do Governo à preservação do rico património cultural e beleza natural de Timor-Leste é demonstrada através de investimentos adicionais em projetos-chave de reabilitação. US\$ 100.000 foram alocados para a restauração do Cristo Rei, do forte de Totogua Laga e das Termas de Uiacana em Venilale, garantindo que esses marcos icónicos permaneçam parte integrante do apelo turístico de Timor-Leste. Além disso, o Governo está a promover o turismo sustentável financiando o desenvolvimento da Lagoa de Maubara e realizando estudos preparatórios para parcerias público-privadas (PPP) em Lagoa Seloi (Aileu), Be'e Manas Marobo (Bobonaro) e Walusere/Praia de Jaco (Lautém). Estes projetos são concebidos para criar oportunidades turísticas, promovendo simultaneamente práticas de desenvolvimento sustentável.
- 2.43.** Além do Funda das Infraestruturas, o Governo alocou mais **US\$ 4,8 milhões** para o Programa de Turismo, que será implementado em nível nacional e municipal, bem como na RAEOA, para apoiar ainda mais o desenvolvimento do setor de turismo.
- 2.44.** Espera-se que estes investimentos estratégicos gerem emprego, fomentem o turismo de base comunitária, melhorem as experiências dos visitantes e contribuam para a diversificação da economia de Timor-Leste, reforçando o papel do setor como um motor vital para o crescimento sustentável.

Desenvolvimento do Capital Humano

- 2.45.** O Ano orçamental de 2025 coloca uma forte ênfase no desenvolvimento do capital humano como força motriz por detrás do crescimento económico e da melhoria da prestação de serviços públicos. O compromisso do Governo com a construção de uma força de trabalho qualificada e competitiva é evidente na alocação de **US\$ 17,2 milhões** através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

(FDCH). Este investimento está estrategicamente focado em três programas centrais: Formação Vocacional/Profissional, Formação Técnica para o Setor Público e Programas de Bolsas de Estudo.

- 2.46.** Um total de US\$ 1,1 milhão será direcionado para programas de formação vocacional e profissional em 2025, com foco especial na formação preparatória de inglês para a Austrália e cursos de língua no âmbito do *Korea Study Language Program* (KSLP). Esses programas beneficiarão 3.315 participantes (1.530 mulheres e 1.785 homens), preparando-os para oportunidades em indústrias emergentes e mercados de trabalho estrangeiros, como Austrália. O financiamento também apoia centros de formação acreditados em Timor-Leste, garantindo que os participantes recebam educação de alta qualidade que os equipa com as competências necessárias para competir no mercado global.
- 2.47.** Estes programas de formação profissional são cruciais para permitir que os jovens timorenses tenham acesso a oportunidades de emprego internacional, aumentando assim as remessas e melhorando o nível de vida das famílias. A ênfase na formação linguística (inglês e japonês) alinha-se com a crescente procura de competências multilingues na economia global, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores timorenses.
- 2.48.** Paralelamente, serão alocados US\$ 2,05 milhões para formação técnico destinado a 986 funcionários públicos (403 mulheres e 583 homens) em setores-chave. Esta iniciativa visa reforçar as capacidades internas do setor público, melhorando a gestão dos recursos públicos e melhorando a prestação de serviços para satisfazer as crescentes necessidades dos cidadãos de Timor-Leste. Ao desenvolver as competências dos funcionários públicos, este investimento garante que o setor público possa funcionar de forma mais eficiente e eficaz.
- 2.49.** O Governo também continua a priorizar o acesso ao ensino superior por meio de seus programas de bolsas. Em 2025, US\$ 14,0 milhões serão alocados para apoiar estudantes que buscam diplomas em áreas críticas, como ciência, tecnologia, engenharia, medicina e direito. Um total de 4.794 estudantes (2.541 do sexo feminino e 2.253 do sexo masculino) beneficiarão destas bolsas, que se destinam a formar futuros líderes e profissionais que contribuirão para o desenvolvimento dos setores-chave de Timor-Leste. Este programa também promove a equidade de gênero, com uma distribuição quase equitativa de oportunidades entre estudantes do sexo masculino e feminino, refletindo o compromisso do Governo com a educação inclusiva e o desenvolvimento.

III. Melhorar o bem-estar dos cidadãos: garantir um crescimento inclusivo

- 2.50.** O Governo está a fazer investimentos substanciais na melhoria do bem-estar dos cidadãos através de uma série de iniciativas inclusivas e transformadoras. Estes esforços centram-se no reforço dos sistemas de proteção social, dos serviços de saúde, da educação e dos serviços públicos. As principais iniciativas nestes setores enfatizam o empoderamento da comunidade, o apoio a grupos vulneráveis e o desenvolvimento do capital humano, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e resiliente. Estes programas visam não só dar resposta às necessidades sociais imediatas, mas também promover o crescimento inclusivo a longo prazo, garantindo que ninguém fica para trás.
- 2.51.** Embora estas iniciativas exijam recursos financeiros significativos, são investimentos no futuro do país, concebidos para melhorar os padrões de vida, melhorar o acesso a serviços essenciais e promover a coesão social. Ao financiar programas como o Bolsa da Mãe, infraestrutura de saúde e expansão dos serviços de educação e saneamento, o Governo está criando uma base sólida para o crescimento sustentável e inclusivo que impactará positivamente o bem-estar de todos os cidadãos.

Proteção social e inclusão social

- 2.52.** No ano orçamental de 2025, o Governo alocou uma parte significativa do orçamento nacional, em torno de **US\$ 343 milhões**, para proteção social. Através do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil e de várias iniciativas municipais, o Governo está a concentrar-se no empoderamento da comunidade, na assistência humanitária e na proteção de grupos vulneráveis, incluindo vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência e mulheres. Desse montante, US\$ 21,7 milhões são direcionados para o fortalecimento de organizações da sociedade civil (ONGs e grupos comunitários), garantindo que elas possam contribuir efetivamente para a proteção social e a defesa.

- 2.53.** Uma parte significativa do orçamento é atribuída à proteção e bem-estar social através do Ministério da Solidariedade e Inclusão Social, que desempenha um papel crucial na prestação de serviços vitais. Notavelmente, o programa *Bolsa da Mãe*, um subsídio de apoio condicional, recebe mais de US\$ 7 milhões, e um adicional de US\$ 2,87 milhões é alocado para um subsídio condicional de saúde e nutrição para mulheres grávidas e crianças, com o objetivo de melhorar os resultados de saúde materna e infantil. Além disso, o ministério presta serviços essenciais para a reintegração social, concentrando-se no apoio às vítimas de violência, às crianças em conflito com a lei e às pessoas com deficiência, garantindo a sua inclusão e proteção na sociedade.
- 2.54.** As autoridades municipais e a RAEOA também desempenham um papel fundamental na prestação de serviços sociais essenciais. As iniciativas locais centram-se nos serviços funerários públicos, na sensibilização para a violência doméstica e no fornecimento de assistência alimentar e não alimentar a populações vulneráveis.
- 2.55.** Esses esforços combinados ilustram a abordagem holística do Governo para melhorar o bem-estar dos cidadãos, com programas direcionados e inclusivos destinados a elevar as condições de vida de grupos marginalizados e promover a coesão social.

Educação e Formação

- 2.56.** O setor da educação e formação é uma pedra angular da agenda de desenvolvimento nacional de Timor-Leste, com o Governo a alocar **145,9 milhões de US dólares** para o ano orçamental de 2025. Este investimento significativo é distribuído por várias agências, incluindo o Ministério da Educação, Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Autoridades Municipais, RAEOA e o Funda das Infraestruturas, refletindo o forte compromisso do Governo em melhorar a qualidade educacional, acessibilidade e infraestrutura em todo o país.
- 2.57.** Uma parte substancial do orçamento de US\$ 94,77 milhões foi alocada ao Ministério da Educação, encarregado de melhorar a qualidade da educação, a formação de professores e o desenvolvimento de infraestrutura em todos os níveis do sistema educacional. As principais iniciativas incluem o fortalecimento do Sistema de Informação de Gestão da Educação (EMIS) para otimizar o uso de dados no planeamento educacional, a implementação do Currículo Básico Pré-Escolar Nacional e programas extensivos de formação para professores do ensino básico, secundário e profissional. O Governo também enfatiza o bem-estar dos alunos através do fornecimento de refeições escolares nos níveis básico e pré-escolar, garantindo que uma nutrição adequada apoie a aprendizagem dos alunos.
- 2.58.** O Funda das Infraestruturas alocou 2,71 milhões de US dólares para apoiar a construção de novas instalações educativas, incluindo escolas em Baucau, Liquiçá, Lospalos e Suai, bem como a remodelação de instituições técnico-profissionais essenciais. Estes projetos de infraestruturas são vitais para criar um ambiente de aprendizagem propício e melhorar o acesso à educação em zonas remotas.
- 2.59.** Para além da aposta no ensino pré-escolar, básico e secundário, o Governo está a fazer investimentos estratégicos no ensino superior e na formação profissional. O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura recebeu 4,86 milhões de US dólares para apoiar o ensino universitário e a investigação científica, com ênfase específica na promoção de atividades em ciência e tecnologia e na criação de institutos politécnicos. Além disso, a Universidade Nacional de Timor-Leste recebeu 8,69 milhões de US dólares para melhorar o ensino, a investigação e a aprendizagem em todas as disciplinas, incluindo agricultura, ciências da saúde e engenharia.
- 2.60.** Este investimento abrangente em educação e investigação visa equipar a força de trabalho de Timor-Leste com as competências e conhecimentos necessários para impulsionar o crescimento económico sustentável e o progresso social, promovendo em última análise uma população mais educada e qualificada preparada para os desafios futuros.

Serviços de saúde

- 2.61.** O Governo colocou ênfase significativa no fortalecimento de seu setor de saúde no ano orçamental de 2025, com um orçamento alocado de aproximadamente **US\$ 100,0 milhões**. Uma parte significativa desse investimento, US\$ 59,7 milhões, é direcionada ao Ministério da Saúde, com foco na melhoria e expansão dos serviços de saúde em todo o país. As principais prioridades incluem a prestação de cuidados de saúde integrais, com 20,9 milhões de US dólares destinados a serviços essenciais nas unidades de cuidados de saúde primários. Estes serviços abrangem cuidados curativos e preventivos, saúde materna e neonatal, imunização e tratamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Além disso, US\$ 6,2 milhões são dedicados a serviços de nutrição, especificamente no combate à desnutrição, enquanto os investimentos em serviços médicos de emergência, saúde mental e programas de saúde reprodutiva aumentam ainda mais a capacidade do sistema de saúde.
- 2.62.** O desenvolvimento de infraestruturas continua a ser crucial para expandir o acesso aos cuidados de saúde. O Governo destinou 7,6 milhões de US dólares do Funda das Infraestruturas para a construção de novos postos de saúde e centros de saúde comunitários (CHC) em municípios como Aileu, Baucau, Lautém, Manatuto, entre outros. Um dos projetos emblemáticos é a construção do edifício da Unidade de Terapia Intensiva e Pediátrica (UTI) do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV), com US\$ 2,8 milhões alocados. Além disso, US\$ 2 milhões são alocados para a construção e reabilitação de instalações de saúde nos 13 municípios do país, garantindo que os cidadãos, especialmente em áreas remotas, tenham melhor acesso a serviços de saúde de qualidade.
- 2.63.** Um componente crítico da estratégia de saúde é a gestão de produtos farmacêuticos e médicos, que recebeu US\$ 14,2 milhões por meio do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM). Este financiamento apoia a aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos e suprimentos médicos essenciais, garantindo que as instalações de saúde estejam totalmente equipadas. A gestão da cadeia de frio, a garantia de qualidade e o apoio logístico garantirão que os medicamentos e produtos médicos permaneçam acessíveis e eficazes em todas as regiões.
- 2.64.** Para aumentar ainda mais a resiliência dos cuidados de saúde, o Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica recebeu mais de US\$ 2 milhões. Este financiamento destina-se a reforçar as capacidades de resposta a emergências do país, incluindo o equipamento dos serviços de ambulância terrestre, marítima e aérea. Estes investimentos garantem que os serviços médicos de emergência de Timor-Leste estão bem preparados para responder a acidentes, desastres e situações médicas urgentes, reforçando a segurança da saúde pública e a resiliência geral.

Água, Saneamento e Higiene

- 2.65.** No ano orçamental de 2025, o Governo comprometeu um total de **US\$ 26 milhões** para iniciativas de Água, Saneamento e Higiene em vários municípios, com foco no desenvolvimento e manutenção de infraestruturas. Estes investimentos visam melhorar o bem-estar dos cidadãos, particularmente em comunidades carentes, melhorando o acesso a água potável e infraestruturas de saneamento.
- 2.66.** As maiores contribuições provêm do Funda das Infraestruturas (3,8 milhões de US dólares), do Ministério das Obras Públicas (10,3 milhões de US dólares, incluindo uma transferência de 10 milhões de US dólares para a BTL, E.P.) e do Millennium Challenge Account Timor-Leste (5 milhões de US dólares).
- 2.67.** Projetos significativos no âmbito do Funda das Infraestruturas incluem a construção e manutenção de sistemas de água potável em municípios-chave como Baucau, Lautém e Viqueque, que historicamente enfrentam escassez de água e desafios de saneamento. Essas iniciativas abrangem a expansão do abastecimento de água, o desenvolvimento de infraestrutura de saneamento e projetos de drenagem urbana destinados a mitigar inundações e melhorar a gestão de resíduos. A BTL, E.P., implementará programas de âmbito nacional que priorizem a prestação equitativa de água potável e serviços de saneamento, garantindo que tanto as áreas rurais como urbanas beneficiem destes serviços essenciais.
- 2.68.** Estas iniciativas fazem parte de um esforço mais amplo para promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, reduzir os riscos para a saúde pública e proteger o ambiente, especialmente em centros urbanos densamente povoados como Díli e os municípios circundantes.

Desenvolvimento Rural e Urbano

- 2.69.** No ano orçamental de 2025, o Governo de Timor-Leste alocou um total de **10,6 milhões de US dólares** para o programa de Desenvolvimento Rural e Urbano, destacando o seu compromisso em melhorar as condições de vida, melhorar as infraestruturas e promover o crescimento inclusivo em áreas rurais e urbanas.
- 2.70.** A maior parte deste orçamento, 4,28 milhões de US dólares, provém do Fundo das Infraestruturas, que apoia uma série de projetos-chave destinados a melhorar o ordenamento do território municipal e a gestão de resíduos sólidos. Nomeadamente, foram dedicados 2,1 milhões de US dólares à conceção, construção e remediação de operações de aterros, garantindo uma gestão sustentável de resíduos em Liquiça. Além disso, US\$ 691.000 são alocados para programas de reassentamento e limpeza de locais, que são cruciais para o desenvolvimento contínuo de áreas rurais e urbanas, facilitando o crescimento de moradias e instalações públicas.
- 2.71.** O Ministério das Obras Públicas, com uma dotação de 2,56 milhões de US dólares, liderará uma série de projetos que contribuem tanto para o embelezamento como para a funcionalidade dos espaços urbanos. Estes incluem a construção e reabilitação de jardins públicos, corredores verdes e monumentos vitais, como o Monumento Presidente Nicolau Lobato.
- 2.72.** O Secretário de Estado das Cooperativas, com um orçamento de 2,54 milhões de US dólares, desempenhará um papel fundamental na promoção da resiliência económica através da consolidação e estabelecimento de cooperativas em todo o país. Isso inclui o projeto, a construção e a supervisão das instalações do centro cooperativo comunitário, com US\$ 865.000 alocados para esses esforços. Além disso, US\$ 1 milhão foi destinado para apoiar a produção cooperativa integrada, o que fortalecerá a capacidade dos produtores locais e contribuirá para o desenvolvimento económico sustentável.
- 2.73.** Estes investimentos refletem o foco do Governo na melhoria das condições de vida, na melhoria das infraestruturas urbanas e rurais e na promoção do crescimento económico através do desenvolvimento cooperativo, contribuindo, em última análise, para um Timor-Leste mais inclusivo e resiliente.

Descentralização e Desenvolvimento Local: Investimento nos Municípios

- 2.74. Compromisso com a Descentralização:** O Governo continuará a concentrar-se e a priorizar as políticas de descentralização. Após pouco mais de um ano de mandato, várias ações, incluindo a melhoria do quadro regulamentar da descentralização, já foram implementadas para apoiar o processo de descentralização.
- 2.75.** Os principais objetivos da descentralização são fortalecer a presença das instituições estatais em todo o país, criar oportunidades de participação democrática, melhorar a qualidade e a quantidade de bens e serviços públicos e fomentar o desenvolvimento do setor privado para reduzir a pobreza e promover o crescimento económico.
- 2.76.** A estratégia de descentralização de Timor-Leste está a ser implementada em três fases: descentralização administrativa, descentralização administrativa institucional e descentralização administrativa territorial.
- 2.77.** Atualmente, o país encontra-se na segunda fase (descentralização administrativa institucional), centrando-se no aprofundamento da autonomia das Autoridades Municipais, reforçando a sua capacidade de gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos, e permitindo-lhes gerar receitas.
- 2.78.** As competências setoriais delegadas nos municípios mantêm-se em conformidade com o artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/2023, de 23 de novembro. Foram delegadas aos municípios as seguintes competências: educação; saúde; segurança alimentar; obras públicas e transportes; água, saneamento e meio ambiente; agricultura; gestão do mercado e do turismo; ação social; proteção civil; gestão de catástrofes naturais; serviços de registo, notariado e cadastro; apoio às ONG e organizações comunitárias.

- 2.79.** O estabelecimento de 12 Autoridades Municipais em Timor-Leste representa um passo crítico nos esforços em curso para criar uma base para a futura governação local que responda às necessidades e utilize um sistema de administração pública participativo.
- 2.80.** Reconhecendo a geografia única da Ilha de Ataúro, o Governo decidiu criar a Autoridade Administrativa de Ataúro. Esta entidade foi criada como pessoa coletiva de direito público que define a sua organização fundamental e assenta num modelo que acompanha de perto algumas das soluções normativas já implementadas noutras administrações territoriais (Decreto-Lei n.º 82/2023, de 23 de novembro).
- 2.81.** Para aumentar a eficiência e o impacto dos investimentos públicos no desenvolvimento local, o Ministério da Administração Estatal delegou competências adicionais no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS) a todos os municípios, incluindo a Autoridade Administrativa de Ataúro.
- 2.82.** Recentemente, o Governo aumentou a autonomia dos municípios, capacitando-os para gerir fundos públicos, executar projetos de infraestruturas básicas e prestar serviços sociais. Este nível mais profundo de descentralização visa promover o crescimento inclusivo e permitir que os Governos locais respondam de forma mais eficaz às necessidades únicas das suas comunidades.
- 2.83.** Esta abordagem também garante que as decisões relativas à prestação de serviços e ao desenvolvimento reflitam melhor as necessidades locais, contribuindo para uma distribuição mais reativa e equitativa dos recursos por todos os municípios.
- 2.84.** Para apoiar ainda mais essa visão, US\$ 123,6 milhões foram alocados para gastos municipais em 2025, financiando projetos de infraestrutura local e capacitando os municípios para melhor atender às suas populações. Segue-se uma comparação das dotações orçamentais totais para cada município nos últimos três anos:

Tabela 11: Comparação das dotações orçamentais totais por município (2023-2025)

#	Município	Orçamento de retificação 2023 (\$)	Orçamento Original 2024 (\$)	Orçamento 2025 (\$)	Variação % (Retificação 2023 vs. Orçamento 2025)	% Mudança (2024 vs. 2025)
1	AM Aileu	4.509.206	4.305.506	7.523.864	67%	75%
2	AM Ainaro	4.894.112	4.354.025	7.879.212	61%	81%
3	AA Ataúro	2.257.645	2.102.571	2.550.389	13%	21%
4	AM Baucau	7.564.824	9.456.741	12.437.747	64%	32%
5	AM Bobonaro	6.733.806	9.270.244	11.308.414	68%	22%
6	AM Covalima	5.738.515	7.256.651	8.293.634	45%	14%
7	AM Díli	13.362.483	16.169.783	19.234.005	44%	19%
8	AM Ermera	7.417.275	8.828.787	12.871.246	74%	46%
9	AM Lautém	5.826.107	7.628.912	8.691.721	49%	14%
10	AM Liquiçá	4.942.552	6.401.407	7.570.984	53%	18%
11	AM Manatuto	5.727.621	6.808.247	7.534.700	32%	11%
12	AM Manufahi	5.167.358	6.401.792	7.701.471	49%	20%

#	Município	Orçamento de retificação 2023 (\$)	Orçamento Original 2024 (\$)	Orçamento 2025 (\$)	Variação % (Retificação 2023 vs. Orçamento 2025)	% Mudança (2024 vs. 2025)
13	AM Viqueque	6.925.794	6.701.423	10.026.540	45%	50%
Total		81.067.298	95.686.089	123.623.927	52%	29%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

2.85. O orçamento total registou um aumento substancial no período de 2023 a 2025. Em 2023, o orçamento foi de US\$ 81.067.298, que aumentou para US\$ 95.686.089 em 2024 e aumentou ainda mais para US\$ 123.623.937 em 2025. Isto representa um aumento de 52% do Orçamento de 2023 para o Orçamento de 2025. O aumento de 29% do Orçamento de 2024 para o Orçamento de 2025 indica uma tendência consistente de aumento das dotações orçamentais para os municípios.

2.86. Entre os municípios, AM Ermera tem o maior crescimento nas dotações orçamentais, com um aumento de 74% no orçamento de 2023 para 2025. Seguido de perto por AM Bobonaro e AM Aileu que tiveram aumentos significativos de 68% e 67%, respetivamente. O aumento do orçamento reforça a priorização das dotações orçamentais para esses municípios.

2.87. Por outro lado, alguns municípios apresentaram taxas de crescimento mais baixas. A AA Ataúro tem o menor aumento, com apenas 13% de aumento no orçamento de 2023 para 2025. As AM Manatuto e AM Covalima também apresentaram aumentos relativamente modestos de 32% e 45%, respetivamente.

2.88. Analisando as variações homólogas, a AM Ainaro destaca-se com o maior aumento orçamental de 2024 para 2025, com 81%. Por outro lado, a AM Manatuto tem o menor aumento homólogo, com apenas 11% do orçamento de 2024 e 2025. Estas variações realçam a natureza dinâmica e reativa das dotações orçamentais nos diferentes municípios.

2.89. Para impulsionar a atividade económica e apoiar potenciais oportunidades de crescimento económico futuro, o Governo criou há dois anos o *Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro (FEDA)*. Ao melhorar infraestruturas como transportes, estradas, pontes e sistemas de comunicação, e ao investir em educação, formação e saúde, o Governo pretende promover o crescimento económico levando a um maior turismo, melhores oportunidades de emprego e uma melhor qualidade de vida para a população de Ataúro.

Tabela 12: Comparação das dotações orçamentais totais do FEDA

Entidade	Orçamento retificativo 2023	Orçamento original para 2024	Orçamento 2025	Variação % (Retificação 2023 vs. Orçamento 2025)	% Mudança (2024 vs. 2025)
Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro (FEDA)	3.400.000	2.723.605	2.988.058	-12%	10%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

2.90. O FEDA sofreu alterações notáveis nas suas dotações orçamentais ao longo dos últimos anos. Em 2023, o orçamento foi fixado em US\$ 3.400.000 e no orçamento para 2025 foram atribuídos US\$ 2.988.058. No entanto, para o ano de 2024, o orçamento assistiu a uma redução, caindo para US \$

2.723.605. Esta dotação orçamental reflete o compromisso do Governo em assegurar a continuidade e conclusão das atividades de projeto aprovadas para o desenvolvimento de Ataúro.

- 2.91.** Olhando para 2025, o Orçamento do Estado mostra um ligeiro aumento, atingindo \$2.988.058. Isso representa um aumento de 10% em relação ao orçamento original de 2024, indicando um foco renovado em iniciativas de desenvolvimento para Ataúro.

Fortalecimento da Governação Subnacional e Alinhamento de Programas

- 2.92.** Após o refinamento bem-sucedido da estrutura dos programas a nível central, os municípios e a RAEOA adaptaram os seus planos anuais de 2025 para se alinharem com os programas nacionais dos principais ministérios centrais, incluindo os de agricultura, educação, saúde e turismo. Este alinhamento promove uma maior coerência entre os Governos central e local, garantindo a execução contínua de políticas e programas em todo o país. A tabela abaixo contém a dotação orçamental de 2025 nos municípios com base nos programas.

Tabela 13: Dotação Orçamental 2025 nos Municípios com base em programas (US\$)

Não	Programas	Aileu	Ainara	Ataúro	Baucau	Bobonaro	Covalima	Dili	Ermera	Lautém	Liquiçá	Manatuto	Manufahi	Viqueque	Total
1	Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	2.332.155	1.595.379	665.000	4.495.324	3.823.962	2.747.929	2.120.317	4.061.102	2.183.709	2.323.914	2.074.552	2.136.768	3.128.366	33,688,477
2	Programa 026: Estradas e Pontes	103.517	395.136	22.485	121.634	118.685	87.061	434.573	128.041	105.743	91.225	18.444	172.943	202.571	2,002,058
3	Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	-	-	-	-	-	153.473	-	396.731	-	-	-	-	550,204
4	Programa 366: Segurança Nacional	77.732	113.438	6.500	64.405	74.260	111.965	103.879	102.824	58.620	73.428	54.645	40.240	88.436	970,372
5	Programa 392: Acesso à Justiça	47.446	37.694	7.152	49.358	49.125	56.991	-	61.614	50.611	39.605	8.340	34.266	79.190	521,392
6	Programa 502: Transportes	-	-	-	-	9.577	-	40.000	5.943	13.220	-	-	-	-	68,740
7	Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2.292.093	2.656.538	1.005.274	3.489.466	3.225.343	2.318.105	3.005.443	3.168.023	2.361.580	2.249.553	4.036.782	2.535.673	3.812.911	36,156,784
8	Programa 520: Educação Pré-escolar	118.335	302.823	43.509	135.656	519.356	315.245	560.794	180.013	262.107	148.429	91.801	414.020	507.344	3,599,432
9	Programa 521: Educação Básica	1.604.041	1.911.730	308.015	2.911.904	2.074.841	1.685.201	6.630.415	3.944.969	2.041.828	1.729.161	1.002.215	1.224.547	1.079.501	28,148,368
10	Programa 523: Educação Recorrente	100	25.392	23.730	1.237	19.271	1.000	63.830	15.200	-	17.680	-	-	-	167,440
11	Programa 528: Atenção Primária à Saúde	252.243	107.290	82.190	325.896	302.409	225.464	759.916	445.572	295.314	248.243	36.000	378.052	227.863	3,686,452
12	Programa 798: Água e Saneamento	142.357	160.583	215.453	143.692	308.690	188.729	4.229.898	229.101	156.080	149.487	39.866	129.866	142.897	6,236,699
13	Programa 805: Saúde	-	78.421	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,421
14	Programa 980: Inclusão Social	108.914	55.502	64.175	118.417	111.770	133.156	172.685	86.032	89.320	102.741	91.350	81.789	110.316	1,326,167
15	Programa 982: Turismo	2.000	60.205	106.906	41.453	7.832	44.785	5.000	30.861	50.437	47.471	1.666	107.226	65.355	571,197

Não	Programas	Aileu	Ainaro	Ataúro	Baucau	Bobonaro	Covalima	Díli	Ermera	Lautém	Liquiá	Manatuto	Manufahi	Viqueque	Total
16	Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	62.050	10.000	-	2.650	28.439	11.682	648.459	36.941	-	1.565	19.000	-	4.900	825,686
17	Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	368.381	347.237	-	528.855	620.874	355.029	301.323	313.817	625.671	341.582	60.039	446.081	553.070	4,861,959
18	Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	12.500	18.844	-	7.800	13.980	11.292	4.000	3.100	750	6.900	-	-	19.820	98,986
19	Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	-	3.000	-	-	-	-	-	58.093	-	-	-	-	4.000	65,093
Total		7,523,864	7,879,212	2,550,389	12,437,747	11,308,414	8,293,634	19,234,005	12,871,246	8,691,721	7,570,984	7,534,700	7,701,471	10,026,540	123,623,927

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

- 2.93.** Em média, cada município destinou o seu orçamento para aproximadamente 15 programas. Isto indica uma ampla distribuição de fundos em várias iniciativas, refletindo a função ou áreas de prestação de serviços delegadas aos municípios e destacando as diversas necessidades e prioridades de desenvolvimento local.
- 2.94.** Díli, a movimentada capital, destaca-se com alocações significativas na maioria dos programas, que podem ser atribuídas à sua maior população. Por exemplo, Díli recebeu o maior orçamento para o seu Programa de Educação Básica, com mais de 6,6 milhões de US dólares alocados. A maior parte desse montante (quase US\$ 6 milhões) foi direcionada para programas de alimentação escolar e bolsas escolares. Da mesma forma, o programa de Água e Saneamento recebeu um investimento substancial de mais de US\$ 4,2 milhões, ressaltando a importância da disponibilidade de água potável e instalações de saneamento. Este investimento apoiará atividades relacionadas com a proteção das fontes de água potável e dos sistemas de abastecimento, bem como a gestão e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos.
- 2.95.** Em contraste, Ataúro, uma circunscrição menor, muitas vezes recebe a menor alocação para alguns programas. Esta disparidade sugere prioridades diferentes ou talvez uma exigência de uma população mais pequena. Por exemplo, a dotação de Ataúro para o Programa de Descentralização Administrativa e Poder Local, que inclui a implementação do Planeamento Municipal de Desenvolvimento Integrado (PDIM) e do Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS) a nível das aldeias, é de 665.000 US dólares, muito inferior aos 4,5 milhões de US dólares de Baucau, refletindo as suas menores necessidades administrativas.
- 2.96.** Baucau e Manatuto também surgem como os principais beneficiários em alguns programas. Baucau, com sua importância estratégica, recebeu a maior dotação para o Programa de Descentralização Administrativa e Poder Local, com US\$ 4,5 milhões, que inclui a implementação do Planeamento Municipal de Desenvolvimento Integrado (PDIM) e do Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS) ao nível de aldeia. Manatuto, por outro lado, tem alocado mais de US\$ 4 milhões do seu orçamento para o Programa de Operações e Desenvolvimento Institucional, cobrindo principalmente salários e subsídios para líderes comunitários.
- 2.97.** A partir de 2025, Timor-Leste encontra-se numa fase avançada de descentralização, com os municípios a gerirem ativamente programas-chave como os Subsídios Escolares para Escolas Básicas e o Programa Nacional para o Desenvolvimento de Sucos (PNDS). Esses programas são fundamentais para melhorar o acesso à educação, o bem-estar infantil e a infraestrutura local, ao mesmo tempo em que apoiam o desenvolvimento económico em nível de base.
- 2.98.** Vários programas-chave receberam dotações orçamentais substanciais para fortalecer o desenvolvimento local, nomeadamente:
- 2.99. Programa de Alimentação Escolar:** Um total de US\$ 22,52 milhões será alocado para fornecer refeições nutritivas aos alunos da educação infantil e básica. Esta iniciativa é crucial para melhorar as taxas de frequência e retenção dos estudantes, particularmente nas zonas rurais, onde a segurança alimentar continua a ser um desafio significativo. Ao abordar o bem-estar infantil e o nível de escolaridade, o programa alinha-se com a estratégia mais ampla do Governo para melhorar o bem-estar das populações. Além disso, promove a igualdade ao priorizar o apoio às crianças mais vulneráveis, incluindo meninos, meninas e pessoas com deficiência, garantindo que ninguém seja deixado para trás.
- 2.100. Programa de Subsídios Escolares:** Com uma alocação de US\$ 6,14 milhões, o Programa de Subsídios Escolares apoiará as necessidades operacionais das escolas de educação pré-escolar e básica, incluindo manutenção, suprimentos e atividades extracurriculares. Este programa garante que as escolas tenham os recursos necessários para melhorar a qualidade da educação e melhor atender às necessidades das crianças nas suas comunidades.
- 2.101. Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS):** O PNDS receberá US\$ 14,96 milhões para melhorar a infraestrutura local, incluindo estradas rurais, pontes, sistemas de água e instalações

sanitárias. Este programa capacita as comunidades a identificar e implementar projetos que impactam diretamente o seu dia-a-dia, promovendo uma maior participação local no planejamento do desenvolvimento e na tomada de decisões. Ao modernizar as infraestruturas básicas em zonas mal servidas, o PNDS desempenha um papel fundamental na garantia de que os serviços essenciais são prestados de forma eficaz, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas das pessoas que vivem em zonas rurais.

Tabela 14: Dotação orçamental para 2025 para programas-chave a nível municipal

N.º	Município	Programa de Alimentação Escolar				Bolsas Escolares		PNDS
		Número de alunos do Pré-Escolar 2025	Orçamento Total Pré-Escolar (US\$)	Número de alunos do Ensino Básico 2025	Orçamento Total Educação Básica (US\$)	Orçamento Total Pré-Escolar (US\$)	Orçamento Total Educação Básica (US\$)	Orçamento total Infraestruturas e operacionais (US\$)
1	AM Aileu	1.349	108.217	13.676	1.097.089	10.118	273.523	918,902
2	AM Ainaro	2.017	160.957	18.802	1.500.400	38.874	401.852	629,224
3	AA Ataúro	496	39.789	2.289	183.624	3.720	45.780	216,807
4	AM Baucau	1.970	121.271	32.627	2.054.791	14.385	652.280	2,432,412
5	AM Bobonaro	2.865	208.955	27.329	1.574.381	17.468	500.460	1,817,330
6	AM Covalima	1.778	110.520	16.026	1.278.029	16.002	384.624	1,045,713
7	AM Díli	6.393	512.846	59.076	4.739.077	47.948	1.181.520	740,955
8	AM Ermera	2.383	154.504	37.265	2.942.480	14.445	745.300	2,221,969
9	AM Lautém	2.988	239.697	17.986	1.442.837	22.410	359.720	1,002,641
10	AM Liquiçá	2.118	132.544	18.835	1.178.694	15.885	376.700	853,616
11	AM Manatuto	1.354	79.615	11.941	702.131	12.186	286.584	1,087,652
12	AM Manufahi	2.206	134.346	14.895	907.288	16.545	297.960	908,552
13	AM Viqueque	2.538	95.936	21.682	819.580	17.132	390.276	1,082,030
Total		30,455	2.099.197	292.429	20.420.401	247.118	5.896.579	14.957.803

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

2.102. Planeamento Integrado de Desenvolvimento Municipal (PDIM): O PDIM foi criado para priorizar investimentos em nível municipal por meio dos Planos Municipais de Investimentos. Enfatiza a participação das comunidades locais na identificação e implementação de projetos de desenvolvimento que respondam às suas reais necessidades e prioridades. Com uma dotação de 13,26 milhões de US dólares, os municípios implementarão investimentos significativos em infraestruturas, tais como a construção e reabilitação de instalações de saúde e educação, habitação para pessoal de saúde e professores, edifícios públicos (incluindo edifícios administrativos), reabilitação de pequenos sistemas de irrigação, construção de mercados municipais e projetos de água e saneamento. Estas melhorias são cruciais para melhorar a conectividade e o acesso a serviços essenciais.

2.103. Reforçar o Suco: Melhorar a oferta de bens e serviços públicos aos cidadãos é um dos objetivos da descentralização. Esta melhoria deve ser acompanhada pelo fortalecimento das organizações comunitárias (sucu), fornecendo recursos financeiros para 434 sucus, excluindo 18 sucus na RAEOA. Para conseguir isso, os municípios alocaram US \$ 11,82 milhões para subsidiar 8.246 membros do conselho de suco ou líderes comunitários (excluindo 261 na RAEOA) e apoiar a administração de sucus em 434 sucus (excluindo 18 sucus na RAEOA).

Tabela 15: Dotação orçamental 2025 para o PDIM e apoio ao Suco

N.º	Município	PDIM	Apoio ao Suco	
		Construção, reabilitação e retenção (US\$)	Subsídios para líderes comunitários (US\$)	Orçamento total: Administração de sucos
1	AM Aileu	958.240	595.720	258,241
2	AM Ainaro	924.023	645.536	32,100
3	AM Ataúro	485.023	107.600	15,985
4	AM Baucau	1.407.212	1.075.470	89,400
5	AM Bobonaro	1.285.782	1.144.190	95,100
6	AM Covalima	846.874	804.280	60,390
7	AM Díli	859.554	879.440	65,153
8	AM Ermera	1.303.211	1.449.640	113,484
9	AM Lautém	953.093	734.059	72,180
10	AM Liquiçá	976.151	654.300	48,749
11	AM Manatuto	928.900	715.850	58,553
12	AM Manufahi	937.102	809.766	57,756
13	AM Viqueque	1.391.577	1.146.491	86,657
Total		13,256,742	10.762.342	1.053.748

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

2.104. Analisar a alocação orçamental per capita para os municípios é essencial para promover a distribuição equitativa de recursos, a utilização eficiente dos fundos, a transparência e a melhoria da prestação de serviços. Esta análise é particularmente importante no contexto do processo de descentralização, uma vez que habilita as autoridades municipais a gerir os recursos de forma eficaz. A tabela abaixo apresenta a dotação orçamental per capita de 2025 para os municípios.

Tabela 16: Dotação orçamental per capita para 2025 para os municípios

N.º	Municípios	Orçamento total, incluindo Capital de desenvolvimento / CD (US\$)	Orçamento total excluindo Capital de desenvolvimento / CD (US\$)	Projeção Populacional 2025	Orçamento per capita incluindo CD (US\$)	Orçamento per capita excluindo CD(US\$)
1	AM Aileu	7.523.864	6.565.624	57.404	131,07	114.38
2	AM Ainaro	7.879.212	6.955.189	74.637	105,57	93.19
3	AA Ataúro	2.550.389	939.473	10.714	238,04	87.69
4	AM Baucau	12.437.747	11.030.535	140.902	88,27	78.29
5	AM Bobonaro	11.308.414	10.022.632	112.542	100,48	89.06
6	AM Covalima	8.293.634	7.446.760	77.335	107,24	96.29
7	AM Díli	19.234.005	18.374.451	344.719	55,80	53.30
8	AM Ermera	12.871.246	11.568.035	149.032	86,37	77.62
9	AM Lautém	8.691.721	7.738.628	73.655	118,01	105.07
10	AM Liquiçá	7.570.984	6.594.833	88.749	85,31	74.31
11	AM Manatuto	7.534.700	6.605.800	53.386	141,14	123.74
12	AM Manufahi	7.701.471	6.764.369	63.697	120,91	106.20

N.º	Municípios	Orçamento total, incluindo Capital de desenvolvimento / CD (US\$)	Orçamento total excluindo Capital de desenvolvimento / CD (US\$)	Projeção Populacional 2025	Orçamento per capita incluindo CD (US\$)	Orçamento per capita excluindo CD(US\$)
13	AM Viqueque	10.026.540	8.634.963	83.730	119,75	103.13
Total		123.623.927	109.241.292	1.330.502	92.92	82,11

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

- 2.105.** Ataúro, um município mais pequeno, destaca-se com a maior dotação orçamental per capita, no valor de \$238,04 com projetos de capital de desenvolvimento incluídos. Este investimento substancial reflete o compromisso do Governo em melhorar as infraestruturas e os serviços em áreas menos povoadas, garantindo que mesmo as comunidades mais pequenas recebam a atenção adequada. Sem capital de desenvolvimento, a alocação per capita de Ataúro cai significativamente para US\$ 87,69, indicando o papel crítico desses projetos na promoção do desenvolvimento local.
- 2.106.** Em contraste, Díli, a movimentada capital, tem a menor dotação orçamental per capita, com 55,81 dólares com capital de desenvolvimento e 53,31 dólares sem capital de desenvolvimento. Apesar de sua grande população de 344.719 habitantes, a alocação per capita é relativamente baixa, sugerindo que a infraestrutura e os recursos existentes estão sendo utilizados de forma eficiente. A menor dotação per capita em Díli pode também refletir a disponibilidade e utilização de investimento privado para apoiar o seu desenvolvimento.
- 2.107.** Manatuto e Aileu também recebem altas alocações per capita, com US\$ 141,12 e US\$ 131,07, respetivamente, quando o capital de desenvolvimento é incluído. Esses números caem para US\$ 123,75 e US\$ 114,38 sem capital de desenvolvimento, ainda indicando um forte foco nesses municípios.
- 2.108.** Por outro lado, Baucau e Ermera, apesar de terem populações significativas, recebem alocações per capita mais baixas. A alocação de Baucau é de US\$ 88,27 com capital de desenvolvimento e US\$ 78,29 sem, enquanto a de Ermera é de US\$ 86,39 com e US\$ 77,63 sem.
- 2.109.** Lautém, Liquiçá e Viqueque apresentam alocações per capita moderadas, refletindo uma abordagem equilibrada do desenvolvimento. A Lautém, por exemplo, recebe US\$ 118,00 per capita com capital de desenvolvimento e US\$ 105,06 sem, indicando um investimento constante em sua infraestrutura e serviços.

Investimento na RAEOA

- 2.110.** Com base na Lei n.º 3/2014, foi concedido à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) um estatuto único e autonomia orçamental para impulsionar o desenvolvimento regional em Timor-Leste.
- 2.111.** A autoridade RAEOA serve como uma ferramenta para a gestão económica, com o Governo Central a delegar várias funções, incluindo educação, saúde, agricultura, gestão de terras e propriedades. Esta delegação habilita a RAEOA a tomar decisões independentes em relação a investimentos, políticas, regulamentos e ordens executivas.
- 2.112.** Para garantir o desenvolvimento inclusivo, a RAEOA prioriza atividades socioeconómicas que melhorem a qualidade de vida de seus moradores. O Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA (FED RAEOA) foi criado para apoiar esses esforços, financiando projetos em áreas como estradas, pontes, eletricidade e aeroportos.

2.113. Em 2025, a Autoridade RAEOA recebeu uma dotação orçamental de 36 milhões de US dólares, enquanto o FED RAEOA recebeu 26,18 milhões de US dólares. A tabela seguinte compara as dotações orçamentais totais para a Autoridade RAEOA e o FED RAEOA nos últimos três anos.

Tabela 17: Comparação das dotações orçamentais totais da RAEOA e do FED RAEOA

N.º	RAEOA	Orçamento de Retificação 2023 (US\$)	Orçamento Original 2024 (US\$)	Orçamento 2025 (US\$)	Varição % (Retificação 2023 vs Orçamento 2025)	% Mudança (2024 vs. 2025)
1	Autoridade RAEOA	53.262.112	40.000.000	36,001,473	-32%	-10%
2	FED RAEOA	30.500.000	20.000.000	26,179,527	-14%	31%
Total		83,762,112	60.000.000	62.181.000	-26%	4%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, dezembro de 2024

2.114. Autoridade RAEOA: O orçamento da Autoridade RAEOA sofreu um declínio significativo de 2023 a 2025. Em 2023, o orçamento retificado foi de US\$ 53.262.112. No entanto, este valor foi reduzido para US \$ 40.000.000 no orçamento original de 2024, marcando uma diminuição substancial. A tendência de queda continuou em 2025, com a proposta de orçamento caindo ainda mais para US\$ 36.001.473.

2.115. Globalmente, tal representa uma diminuição de 32,4 % do orçamento retificado de 2023 para a proposta de 2025 e uma diminuição de 10 % do orçamento original de 2024 para a proposta de 2025. Estas reduções podem refletir uma mudança estratégica por parte do IX Governo em resposta à mudança de prioridades.

2.116. FED RAEOA: Em contraste, a trajetória orçamental do FED RAEOA é um pouco diferente. O orçamento de 2023 era de US\$ 30.500.000, que foi reduzido para US\$ 20.000.000 no orçamento de 2024. No entanto, ao contrário do FED, a proposta de orçamento da RAEOA para 2025 mostra um aumento para US \$ 26.179.527.

2.117. No geral, isto representa uma diminuição de 14,2% do orçamento de 2023 para a proposta de 2025, mas um aumento significativo de 30,9% do orçamento de 2024 para a proposta de 2025. O aumento em 2025 pode indicar um maior foco em projetos de desenvolvimento no âmbito do FED RAEOA, potencialmente com o objetivo de impulsionar o crescimento económico ou o desenvolvimento de infraestruturas, como estradas e pontes.

Medidas de política orçamental

2.118. O Orçamento Geral do Estado para o ano de 2025 inclui um conjunto de medidas de política orçamental cuidadosamente concebidas que asseguram a sustentabilidade das finanças públicas, ao mesmo tempo que dão resposta às necessidades atuais e imediatas de Timor-Leste. Estas medidas estão estruturadas em categorias permanentes e temporárias para diferenciar entre compromissos a longo prazo e intervenções pontuais a curto prazo com implicações orçamentais.

a) Medidas permanentes de política orçamental

2.119. Para assegurar a estabilidade orçamental a longo prazo e a continuidade dos serviços públicos, o Governo implementou várias medidas permanentes de política orçamental. Estas medidas são cruciais para manter os serviços essenciais e apoiar as populações vulneráveis. É importante salientar que o aumento das dotações nestas áreas tem implicações orçamentais substanciais para o exercício de 2025, com impacto direto no teto global do Orçamento Geral do Estado. As principais dotações permanentes incluem:

- US\$ 7,07 milhões são destinados ao Programa Bolsa da Mãe, uma iniciativa de transferência de rendimento condicional que apoia mães vulneráveis, promovendo a equidade de gênero e a redução da pobreza. Além disso, US\$ 2,86 milhões são dedicados a um subsídio condicional de saúde e nutrição para mulheres grávidas e crianças, melhorando os resultados de saúde materna e infantil.
- Foram alocados US\$ 23,7 milhões para o fornecimento de merenda escolar nos níveis pré-escolar e fundamental, marcando um aumento de US\$ 2,5 milhões em relação à alocação de US\$ 21,2 milhões do ano orçamental de 2024. Este programa é projetado para garantir que os alunos em todo o país recebam refeições nutritivas, com o duplo objetivo de melhorar a saúde dos alunos e melhorar os resultados educacionais. O aumento do financiamento reflete também um investimento crescente na segurança social, contribuindo para o aumento global das exigências orçamentais para o exercício de 2025.
- 124,3 milhões de US dólares, um aumento de 37,6 milhões de US dólares em relação aos 86,7 milhões de US dólares no exercício de 2024, são transferidos para o Orçamento da Segurança Social, refletindo a expansão do sistema de segurança social e o seu crescente impacto no Orçamento Geral do Estado.
- US\$ 310,8 milhões, um aumento de US\$ 10,8 milhões em relação aos US\$ 300,0 milhões no ano orçamental de 2024, são alocados para projetos no Funda das Infraestruturas, demonstrando o compromisso contínuo do Governo com o desenvolvimento de infraestrutura e as pressões orçamentais associadas.
- US\$ 190,0 milhões, um aumento de US\$ 98,0 milhões em relação aos US\$ 92,0 milhões no ano orçamental de 2024, foram alocados para a provisão de pagamento aos veteranos (incluindo o segundo registo em 2009) e seu tratamento médico, destacando a responsabilidade orçamental de apoiar os veteranos.
- US\$ 14,0 milhões, um aumento de US\$ 4,1 milhões em relação aos US\$ 9,9 milhões no ano orçamental de 2024, são alocados para bolsas de estudo da FDCH, destacando o foco do Governo no desenvolvimento do capital humano, ao mesmo tempo em que reforça o orçamento da educação.
- Foram reservados 42,6 milhões de US dólares para a Reserva de Contingência, destinada a cobrir catástrofes naturais imprevistas e choques económicos, abordando os riscos financeiros colocados pela vulnerabilidade de Timor-Leste a tais eventos.
- US\$ 15 milhões foram alocados como subsídio anual à Conferência Episcopal, garantindo apoio financeiro contínuo às principais instituições religiosas.
- US\$ 1,0 milhão foi alocado para instituições religiosas não católicas, garantindo a inclusão no apoio religioso em diversas comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para as necessidades orçamentais gerais.
- US\$ 1,1 milhão foi reservado para bolsas de estudo para os Filhos de Combatentes e Mártires da Libertação Nacional, reconhecendo as contribuições de seus pais para a independência da Nação, com um compromisso orçamental notável.

2.120. Os aumentos substanciais nas alocações, particularmente para benefícios dos veteranos, segurança social, educação e projetos de infraestrutura, evidenciam a prioridade do Estado em atender às necessidades imediatas e futuras. Estas dotações permanentes visam não só reforçar o bem-estar social e melhorar a prestação de serviços públicos, mas também têm implicações orçamentais significativas, influenciando diretamente o teto global do Orçamento Geral do Estado.

b) Medidas temporárias de política orçamental

2.121. Para além das medidas permanentes, o orçamento para 2025 introduz várias medidas temporárias de política orçamental destinadas a dar resposta às prioridades nacionais imediatas sem criar obrigações financeiras a longo prazo. Estas dotações pontuais centram-se no reforço institucional e na resposta a necessidades urgentes de infraestruturas e desenvolvimento. Algumas destas medidas tiveram um impacto significativo no teto do orçamento total para 2025. As principais dotações temporárias incluem:

- 5 milhões de US dólares para a capitalização do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), um passo crucial para reforçar a estabilidade e resiliência do setor financeiro do país, assegurando uma gestão económica sustentável.
- US\$10 milhões para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), fornecendo apoio crítico para a infraestrutura e o desenvolvimento local na Região.
- 4,2 milhões de US dólares alocados para a compra de novos veículos para os membros do Parlamento Nacional, refletindo o esforço do Governo para melhorar as operações legislativas.
- US\$ 35,5 milhões para o pagamento de salários de funcionários municipais, representando um aumento de US\$ 11,5 milhões em relação à alocação de US\$ 24,0 milhões do ano orçamental de 2024. Este aumento deve-se à implementação do Decreto-Lei n.º 84/2023, destacando o empenho do Governo em assegurar uma compensação justa e o reforço de capacidades a nível local.
- US\$ 18 milhões alocados para liquidar dívidas da EDTL, E.P., do período de 2023 e anteriores, refletindo o compromisso do Governo em estabilizar o setor de energia.
- 10 milhões de US dólares para a liquidação de dívidas hospitalares para tratamento no estrangeiro, garantindo que os cidadãos que receberam cuidados médicos no estrangeiro são apoiados financeiramente e que as obrigações pendentes são liquidadas.
- Um aumento notável de US\$ 2,1 milhões para a prestação de tratamento de saúde no exterior, passando de US\$ 6,0 milhões no ano orçamental de 2024 para US\$ 8,1 milhões no ano orçamental de 2025. Esta situação reflete a procura crescente de serviços internacionais de tratamento médico.
- US\$ 1,5 milhões para o recrutamento de especialistas em saúde para o HNGV e os 4 Hospitais de Referência, mantendo a mesma dotação orçamental do ano orçamental de 2024, apoiando melhorias no sistema de saúde do país.
- Um aumento significativo no orçamento para a compra de medicamentos e reagentes, subindo de US\$ 5,8 milhões no ano orçamental de 2024 para US\$ 14,0 milhões no ano orçamental de 2025, marcando um aumento de US\$ 8,1 milhões com o objetivo de fortalecer a cadeia de suprimentos de saúde.
- O orçamento para a formação de professores duplica de US\$ 0,7 milhão no ano de 2024 para US\$ 1,4 milhões no ano de 2025, sinalizando a ênfase do Governo na melhoria da qualidade da educação.
- O subsídio para as Escolas CAFE e o programa Pró-Português registou um ligeiro aumento de 0,3 milhões de US dólares, passando de 2,4 milhões de US dólares no ano orçamental de 2024 para 2,7 milhões de US dólares no exercício de 2025, apoiando ainda mais as iniciativas educativas.
- 0,80 milhões de US dólares para o Censo Demográfico e de Saúde de Timor-Leste 2025, que é essencial para a recolha de dados atualizados para orientar as políticas nacionais de saúde e garantir uma distribuição equitativa de recursos.

- 0,30 milhões de US dólares para o Censo às Forças de Trabalho de Timor-Leste 2025, uma iniciativa fundamental para monitorizar as tendências de emprego e informar as políticas do mercado de trabalho.
- 0,25 milhões de US dólares de apoio financeiro à Aero Dili, para apoiar o desenvolvimento do setor da aviação, acompanhado por um financiamento adicional de 0,6 milhões de US dólares do FED-RAEOA.
- 5 milhões de US dólares para o estabelecimento de uma autoridade de gestão de fibra ótica, vital para supervisionar a expansão da infraestrutura digital de Timor-Leste e melhorar a conectividade em todo o país.
- US\$ 0,7 milhão para a emissão de títulos de propriedade, facilitando a propriedade segura da terra e impulsionando a estabilidade económica.
- US\$ 0,5 milhão para a produção de impressões de passaportes com equipamentos específicos para passaportes, aumentando a segurança da identidade nacional.
- US\$ 0,3 milhão para a compra de veículos de ambulância, apoiando serviços de saúde em áreas remotas e melhorando as capacidades de resposta a emergências.

2.122. Estas medidas temporárias foram cuidadosamente concebidas para dar resposta a necessidades prementes de desenvolvimento, incluindo cuidados de saúde, infraestruturas, educação e resiliência económica. Várias medidas fundamentais, como o aumento do financiamento dos salários municipais, a compra de medicamentos e reagentes e a liquidação das dívidas da EDTL, tiveram um impacto significativo no teto do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2025, refletindo as prioridades estratégicas do Governo para enfrentar os desafios imediatos, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade orçamental a longo prazo.

Subvenções às Empresas Públicas

2.123. O Governo de Timor-Leste continua a apoiar as principais empresas públicas através de subsídios estratégicos, garantindo a prestação de serviços essenciais enquanto trabalha para a sustentabilidade financeira a longo prazo. Para o exercício de 2025, foram atribuídos os seguintes subsídios, tendo vários registado aumentos significativos que têm impacto no teto total do Orçamento Geral do Estado:

- US\$ 166,5 milhões foram alocados à EDTL, E.P. para garantir o fornecimento contínuo de eletricidade em todo o país. Isso representa um aumento de US\$ 18,0 milhões em comparação com os US\$ 148,5 milhões alocados no ano orçamental de 2024, refletindo o compromisso contínuo do Governo em melhorar e expandir a infraestrutura de energia.
- Foram atribuídos 16 milhões de US dólares à TIMOR GAP, E.P., a companhia petrolífera nacional, apoiando o seu papel crítico na exploração e produção de energia, um setor-chave para o desenvolvimento nacional e crescimento económico de Timor-Leste.
- US\$ 4,5 milhões serão destinados à Companhia Murak-Rai, E.P., que contribui para os esforços de diversificação económica, reduzindo a dependência do país das receitas do petróleo através da expansão para outros setores económicos.
- US\$ 4,5 milhões estão destinados à Autoridade Nacional de Minerais (ANM), responsável por regular e fiscalizar os recursos minerais em Timor-Leste, garantindo uma gestão adequada e sustentabilidade no setor.
- São atribuídos 10 milhões de US dólares à BTL, E.P., para apoiar a expansão da infraestrutura digital em todo o país, crucial para melhorar a conectividade de Timor-Leste e impulsionar a agenda de transformação digital do país.

- Serão destinados US\$ 1,8 milhões à ANATL, E.P., fortalecendo as operações da Autoridade Nacional de Aviação Civil. Deste montante, 0,8 milhões de US dólares destinam-se especificamente a apoiar a operacionalização dos aeroportos de Baucau, Suai e RAEOA, melhorando a infraestrutura de aviação e a conectividade em Timor-Leste.
- São atribuídos 2.4 milhões de US dólares à RTTL, E.P., apoiando serviços públicos de radiodifusão para melhorar o acesso à informação e aos serviços de comunicação social em Timor-Leste.

2.124. Estes subsídios são fundamentais para garantir que as empresas públicas possam continuar a prestar serviços vitais, reforçando simultaneamente a sua capacidade operacional. O Governo realizará avaliações periódicas do desempenho financeiro e da sustentabilidade dessas empresas.

Novos desenvolvimentos na GFP

2.125. As reformas da GFP são essenciais para manter a disciplina orçamental e assegurar que os recursos públicos de Timor-Leste são utilizados de forma eficiente para maximizar o seu impacto. O orçamento de 2025 reflete o empenho do Governo em reforçar o quadro da GFP, abordando tanto as ineficiências sistémicas como os novos desafios na gestão das finanças públicas.

2.126. No início de 2023, foi adotada uma estratégia de reforma da GFP com a duração de 5 anos. Foi construído a partir de lacunas identificadas mais recentemente através de consultas internas com profissionais de GFP no país e em várias avaliações de GFP, incluindo a *Public Expenditure Review* (PER) de 2021 e a *Public Expenditure and Financial Accountability assessment* (PEFA) de 2019.

2.127. Durante o segundo semestre de 2023, foi retomada uma análise sumária da situação das reformas, que identificou que ainda há muitos aspetos do sistema de GFP que podem ser melhorados, incluindo as recentes reformas empreendidas em 2022 e antes. Consequentemente, foi estruturado um roteiro revisto para a reforma da GFP a partir da estratégia de reforma anterior e incluído no âmbito do Plano Estratégico de 5 anos do MdF.

2.128. O Plano Estratégico de 5 anos do MdF complementa a determinação do Governo de Timor-Leste em fortalecer a Gestão das Finanças Públicas a todos os níveis de Governo. Assegurará uma utilização eficiente, eficaz e responsável dos recursos públicos como base para uma melhor prestação de serviços, em consonância com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED), bem como com as prioridades do IX Governo Constitucional.

a) Principais desenvolvimentos na GFP para o exercício de 2025

2.129. Melhorar a gestão do risco orçamental. Para se proteger contra choques futuros e garantir o desenvolvimento sustentável, o Governo está empenhado numa gestão eficaz do risco orçamental. Isto inclui o reforço dos controlos sobre novas medidas orçamentais permanentes, como descrito anteriormente, e o aumento da Reserva de Contingência para 42,6 milhões de US dólares, garantindo que Timor-Leste está mais bem preparado para catástrofes naturais ou recessões económicas.

2.130. O Governo também melhorou ainda mais a informação sobre o risco orçamental, que é evidenciada por uma declaração de risco fiscal mais detalhada e pela publicação de informação financeira para as empresas públicas no anexo do presente documento.

2.131. Alteração ao Decreto-Lei do Aprovisionamento e dos Contratos Públicos. Através de uma alteração ao Decreto-Lei do Aprovisionamento e dos Contratos Públicos, o MdF procurará criar um regime com regras claras e flexíveis que respondam a todas as necessidades de contratação pública, evitando abusos processuais e a proliferação de regimes especiais, ao mesmo tempo que reforça as empresas nacionais, aumenta a transparência e responsabilização das entidades responsáveis pela contratação pública e encurta os prazos processuais.

2.132. Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental. O Governo procurará reforçar ainda mais os quadros jurídicos existentes e assegurar que o ciclo orçamental (ou seja, o ciclo de planeamento, fixação de limites orçamentais e negociações orçamentais) se alinhe melhor com as melhores práticas internacionais. Um exemplo de uma proposta de revisão é a simplificação e o reforço do processo de

planeamento através da introdução de uma declaração de estratégia orçamental a apresentar pelo Governo ao Parlamento Nacional. Este documento é vital para o planeamento orçamental, uma vez que define objetivos e prioridades orçamentais a médio prazo, afetação de recursos, gestão de riscos, análise de despesas e receitas e tetos orçamentais.

- 2.133. Automação e Digitalização do Sistema Financeiro.** Em 2025, o Governo vai acelerar a transformação digital da gestão financeira através da atualização de todos os módulos-chave do Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira (IFMIS). Isso melhorará o rastreamento em tempo real dos gastos públicos, melhorará o controlo orçamental e reduzirá as ineficiências, minimizando os riscos de corrupção.
- 2.134.** Um aspeto fulcral desta transformação digital é a integração do *Timor-Leste's Fiscal Intelligence System* (TiFIS), uma plataforma abrangente de *Business Analytics* alimentada pelo Power BI. O TiFIS consolida dados de várias fontes, como o PRFV (Contas, Compras, Contratos, Folha de Pagamento), o DBFTL, os Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). Tal melhorará o acesso aos dados e permitirá que os decisores tenham um melhor acesso às principais métricas orçamentais e financeiras.
- 2.135.** As principais funcionalidades do TiFIS incluem relatórios de desempenho financeiro para administrações centrais e gerais, visualizações multidimensionais em tempo real, indicadores PEFA automatizados e relatórios financeiros mensais em dimensões críticas. O sistema também apresenta previsão anual e plurianual, gestão de compras e contratos e acompanhamento de desempenho não financeiro.
- 2.136.** Ao permitir a geração de relatórios personalizados a pedido, o Ministério das Finanças pode-se concentrar de forma mais eficaz nas políticas e no desempenho ao alocar recursos por meio do processo orçamental anual. As ferramentas financeiras digitais também modernizarão os processos de contratação, garantindo uma licitação mais transparente e competitiva para os contratos públicos. Isto é particularmente relevante para os projetos de infraestruturas, em que a transparência pode reduzir os custos e aumentar a relação custo-benefício.
- 2.137. Capacitação e Descentralização da Gestão Financeira.** Uma reforma fundamental em 2025 centra-se no reforço das capacidades a nível subnacional, como parte da agenda de descentralização mais ampla. Os municípios estão a receber formação para assumirem uma maior responsabilidade na gestão dos fundos públicos, garantindo que as autoridades locais podem gerir os orçamentos com o mesmo rigor e responsabilidade que as agências da administração central.
- 2.138.** Além disso, novas políticas de descentralização fiscal estão a ser introduzidas para dar aos municípios mais flexibilidade na alocação de orçamentos para programas locais prioritários. Tal permitirá aos líderes locais responder rapidamente às necessidades da comunidade e melhorar a eficiência global da prestação de serviços públicos a nível local.
- 2.139. Melhoria das práticas de gestão da dívida.** O Governo continuou a comprometer-se a contrair empréstimos apenas a partir de empréstimos concessionais para financiar o orçamento de 2025. Prevê-se igualmente que o rácio dívida/PIB diminua no médio prazo. A referida reforma da lei de enquadramento orçamental procurará também racionalizar a disciplina da dívida pública, reduzir o número de entidades autorizadas a contrair empréstimos e impor a consulta prévia ao Ministério das Finanças antes de contrair dívida pública. Tal melhorará a disciplina orçamental e a gestão da dívida a longo prazo.
- 2.140. Parcerias público-privadas (PPP).** Reconhecendo a necessidade de um maior envolvimento do sector privado em projetos de infraestruturas de grande escala, o Governo introduziu novos regulamentos para as Parcerias Público-Privadas (PPP). Estes quadros destinam-se a atrair investimento privado, mantendo simultaneamente a supervisão pública, particularmente em setores como a energia, os transportes e as telecomunicações. Ao alavancar a experiência e os recursos do setor privado, espera-se que as PPP melhorem a execução dos projetos e, ao mesmo tempo, reduzam os encargos financeiros para o Governo.

2.141.

b) Melhorar o orçamento por programas

- 2.142.** À medida que Timor-Leste continua a evoluir nos seus processos de gestão fiscal, o Orçamento Geral do Estado para 2025 coloca uma forte ênfase na melhoria do orçamento por programas e no avanço dos sistemas de gestão das finanças públicas (GFP).
- 2.143.** Essas reformas visam impulsionar a eficiência, a transparência e a prestação de contas na alocação, monitoramento e gasto de fundos públicos, garantindo que os recursos estejam focados nas mais altas prioridades do país e alinhados com seus objetivos de desenvolvimento sustentável.
- 2.144.** O orçamento por programas serve como uma ferramenta crítica para vincular os gastos públicos aos objetivos estratégicos do Governo, afastando-se do orçamento tradicional de itens de linha para uma abordagem mais orientada para resultados. Ao centrar-se em resultados específicos e resultados mensuráveis, esta iniciativa garante que os recursos financeiros são gastos de forma eficiente e eficaz.
- 2.145.** O orçamento de 2025 incorpora objetivos explícitos, metas precisas e mecanismos abrangentes de monitorização e avaliação, promovendo a avaliação contínua e a melhoria da relação entre planeamento e orçamentação.
- 2.146.** No exercício de 2025, o Governo reforçou a sua abordagem ao orçamento por programas, garantindo que as despesas de cada ministério e município estão vinculadas a objetivos claramente definidos e resultados mensuráveis. As principais iniciativas para 2025 incluem:

1) Planeamento orientado para os resultados

- 2.147.** O orçamento de 2025 prioriza o planeamento orientado a resultados, exigindo que cada ministério defina indicadores-chave de desempenho (KPIs) para os principais programas, a fim de garantir que os gastos públicos entreguem resultados tangíveis para os cidadãos.
- 2.148.** Para conseguir isso, o Governo conduziu um refinamento completo da estrutura de programas entre os principais ministérios, agências autónomas e municípios, alinhando-os com as prioridades nacionais e os objetivos organizacionais. Por exemplo, o Ministério da Saúde estabeleceu metas específicas para reduzir as taxas de mortalidade infantil e melhorar os serviços de saúde materna, refletindo diretamente a melhoria dos resultados dos cuidados de saúde.
- 2.149.** Como parte desta reforma, foram realizadas sessões de capacitação em 2024 para funcionários de 13 municípios e ministérios-chave, garantindo que eles tenham uma sólida compreensão dos princípios do orçamento baseado em programas (PBB). Essas sessões aprimoraram os recursos da equipa para planear, implementar e monitorar programas com base em métricas de desempenho claras, melhorando a prestação de serviços e a prestação de contas.

2) Maior responsabilização e transparência

- 2.150.** A integração do orçamento por programas criou um sistema em que o orçamento de cada ministério é revisto em alinhamento com os resultados esperados, permitindo um melhor acompanhamento do desempenho do programa. Essa abordagem ajuda a identificar iniciativas com baixo desempenho logo no início da sessão do Comité de Revisão Orçamental, permitindo a realocação de fundos para programas de alto impacto.
- 2.151.** No centro deste esforço estão os quatro marcadores orçamentais: o marcador de género, o marcador de criança, o marcador nutricional e o marcador climático. Esses marcadores refletem o compromisso do Governo em abordar questões transversais críticas, como igualdade de género, inclusão social, nutrição e adaptação às mudanças climáticas. Ao marcar as dotações orçamentais para estas áreas, o Governo pode monitorizar eficazmente o progresso e garantir que os recursos são utilizados para cumprir os compromissos nacionais e internacionais.
- 2.152.** Para complementar este sistema, os relatórios trimestrais de avaliação do desempenho estão a ser aperfeiçoados para melhorar o quadro de acompanhamento e avaliação (M&E). O Ministério das Finanças está a reforçar a matriz de M&E, garantindo um acompanhamento mais robusto do

desempenho dos programas através destes marcadores orçamentais. Isso permite que ministérios e municípios avaliem o progresso com mais precisão, apoiando a tomada de decisões informadas e permitindo ajustes oportunos para maximizar o impacto.

3) Programas focados no cidadão

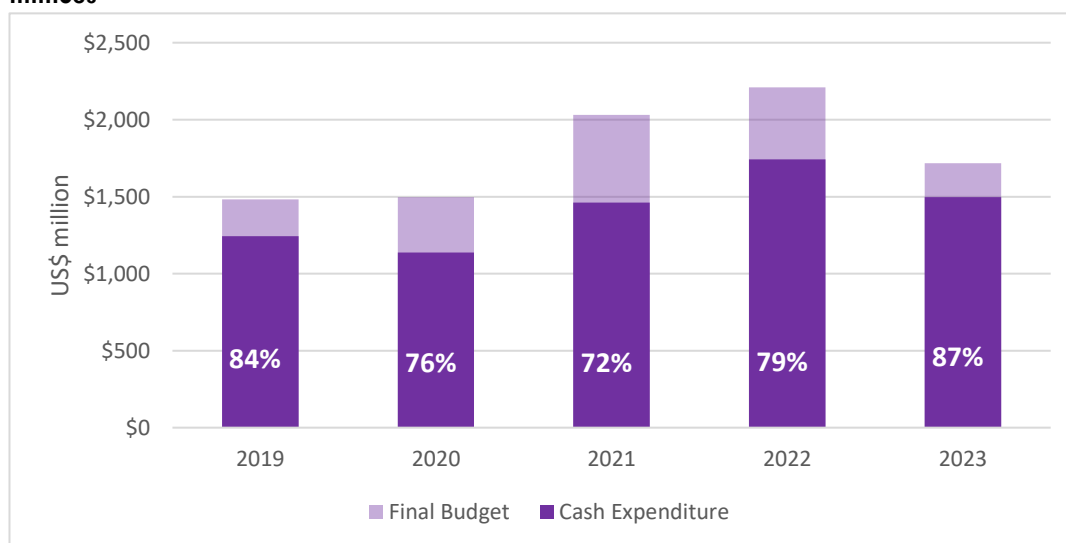
- 2.153.** A mudança para o orçamento por programas também introduziu uma abordagem mais centrada no cidadão para a prestação de serviços, garantindo que os recursos sejam direcionados para iniciativas que melhorem o bem-estar dos cidadãos timorenses.
- 2.154.** Esta abordagem ficou patente nas consultas ao Orçamento Geral do Estado para 2025, que abrangeram 13 municípios e envolveram a participação dos cidadãos na definição das prioridades nacionais. Estas consultas incidiram em domínios como a saúde, a educação, a agricultura e as obras públicas (incluindo a água e o saneamento). Foram conduzidas pelo Ministério das Finanças em colaboração com o Ministério da Administração Estatal e as autoridades municipais.
- 2.155.** Através de uma abordagem participativa que envolveu os Conselhos Consultivos Locais, o Governo assegurou que as comunidades locais desempenhassem um papel direto na definição das políticas e planos de ação nacionais. Este compromisso promove o desenvolvimento inclusivo, alinhando o orçamento com as necessidades e prioridades reais dos cidadãos, garantindo que os investimentos públicos conduzam a melhorias tangíveis na qualidade de vida e apoiem o desenvolvimento sustentável em todo o país.
- 2.156.** O ano orçamental de 2025 representa um momento crucial na evolução dos sistemas de GFP de Timor-Leste. O Governo está a garantir que os fundos públicos são geridos de forma mais eficiente, transparente e eficaz através da integração do orçamento por programas, ferramentas digitais de gestão financeira e políticas de descentralização reforçadas. Estas reformas destinam-se não só a melhorar a afetação de recursos, mas também a reforçar a disciplina orçamental, assegurando que o país se mantém numa trajetória de crescimento sustentável, preparando-se simultaneamente para os desafios futuros.
- 2.157.** As melhorias na GFP e no orçamento por programas também promoverão uma maior confiança e responsabilização entre o Governo, os cidadãos e os parceiros internacionais. Timor-Leste está a reforçar o seu compromisso com uma gestão orçamental prudente, melhorando a prestação de serviços e avançando nos objetivos gerais de desenvolvimento do país através do reforço das práticas de gestão financeira.

3. Política orçamental

Desempenho orçamental

3.1. O gráfico abaixo mostra a execução global do orçamento entre 2019 e 2023. Todas as Gráficos abaixo mostram os números do orçamento e da execução da Administração Central e da RAEOA, o que inclui a transferência do Estado para o Orçamento da Segurança Social. Os valores finais do orçamento abaixo mostram os orçamentos após quaisquer ajustes ou retificação. Entre 2019 e 2022, o orçamento anual final aumentou 49%, passando de US\$ 1,5 mil milhões para US\$ 2,2 mil milhões. Após o Orçamento Retificativo de 2023, o orçamento aprovado foi reduzido para US\$ 1,7 mil milhões. Posteriormente, 2023 registou uma melhoria substancial na execução orçamental de 79% para 87%.

Gráfico 10: Orçamento final e despesas 2019-2023 (Administração Central e RAEOA), US\$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.2. A tabela seguinte apresenta os números principais dos orçamentos de 2019 a 2023, tais como as dotações originais e finais, as despesas de tesouraria e as obrigações e autorizações pendentes. Entre 2019 e 2023, os compromissos pendentes foram, em média, de US\$ 39,7 milhões, da mesma forma, a média das obrigações pendentes de fim de ano foi de US\$ 80,2 milhões.

Tabela 18: Números do Orçamento Global 2019-2023, US\$ Milhões

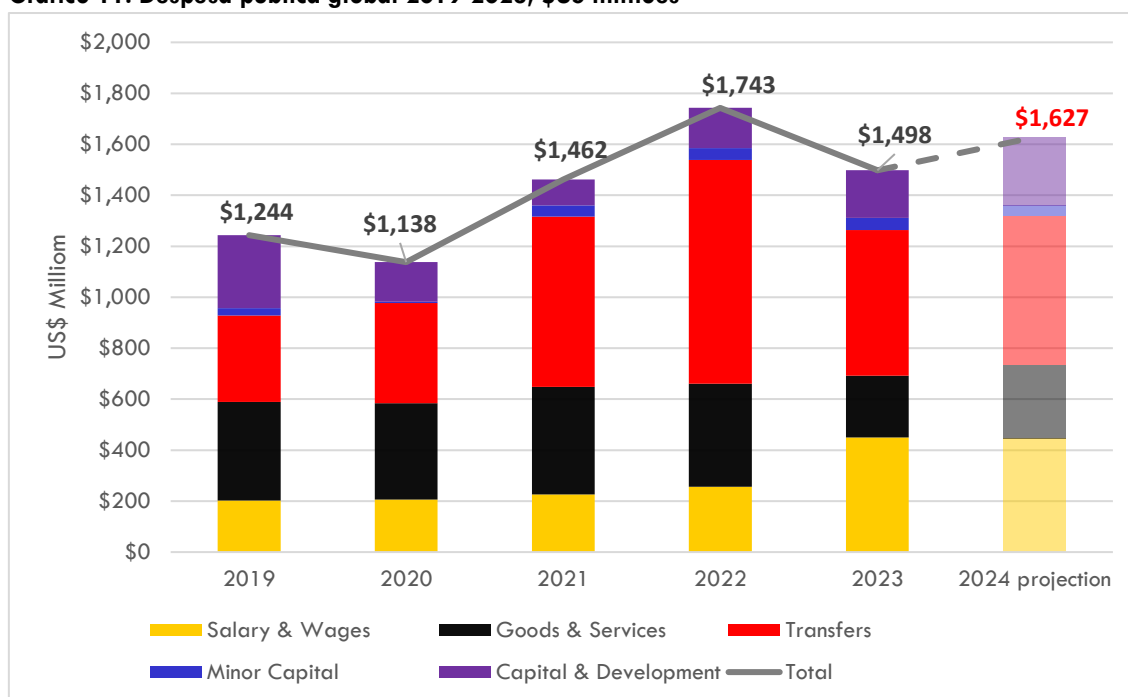
	2019	2020	2021	2022	2023
Orçamento Original	\$1.482	\$1.497	\$1.895	\$1.885	\$1.920
Orçamento final	\$1.482	\$1.497	\$2.030	\$2.211	\$1.717
Despesas de caixa	\$1.244	\$1.138	\$1.462	\$1.743	\$1.498
Autorizações pendentes	\$33	\$34	\$54	\$45	\$34
Obrigações pendentes	\$67	\$114	\$84	\$90	\$46

	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Execução⁵ %	84%	76%	72%	79%	87%
Contratos Não Executados⁶ %	2,4%	2,6%	3,4%	2,4%	2,1%
Taxa de pagamento pendente⁷ %	5,1%	9,1%	5,4%	4,9%	3,0%

Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.3. A despesa pública anual aumentou 20% em 2023 em relação a 2019. Tal está, grosso modo, em consonância com o aumento médio da inflação medida pelo IPC durante o mesmo período (21%). Após um declínio devido ao impasse político e à baixa execução no início da pandemia de COVID-19 em 2020, as despesas tiveram aumentos substanciais de 29% e 19% em 2021 e 2022, respetivamente. Tal deveu-se principalmente ao aumento das despesas com transferências. A maior despesa do Governo no último quinquénio foi em 2022, com US\$ 1,74 mil milhões. A despesa diminuiu em 2023 na sequência dos esforços de racionalização da despesa por parte do novo Governo. Prevê-se que a despesa pública aumente 9% em 2024, o que é superior à inflação e ao crescimento demográfico⁸ combinados.

Gráfico 11: Despesa pública global 2019-2023, \$US milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

⁵ Taxa de Execução = Despesas de Caixa/Orçamento Final

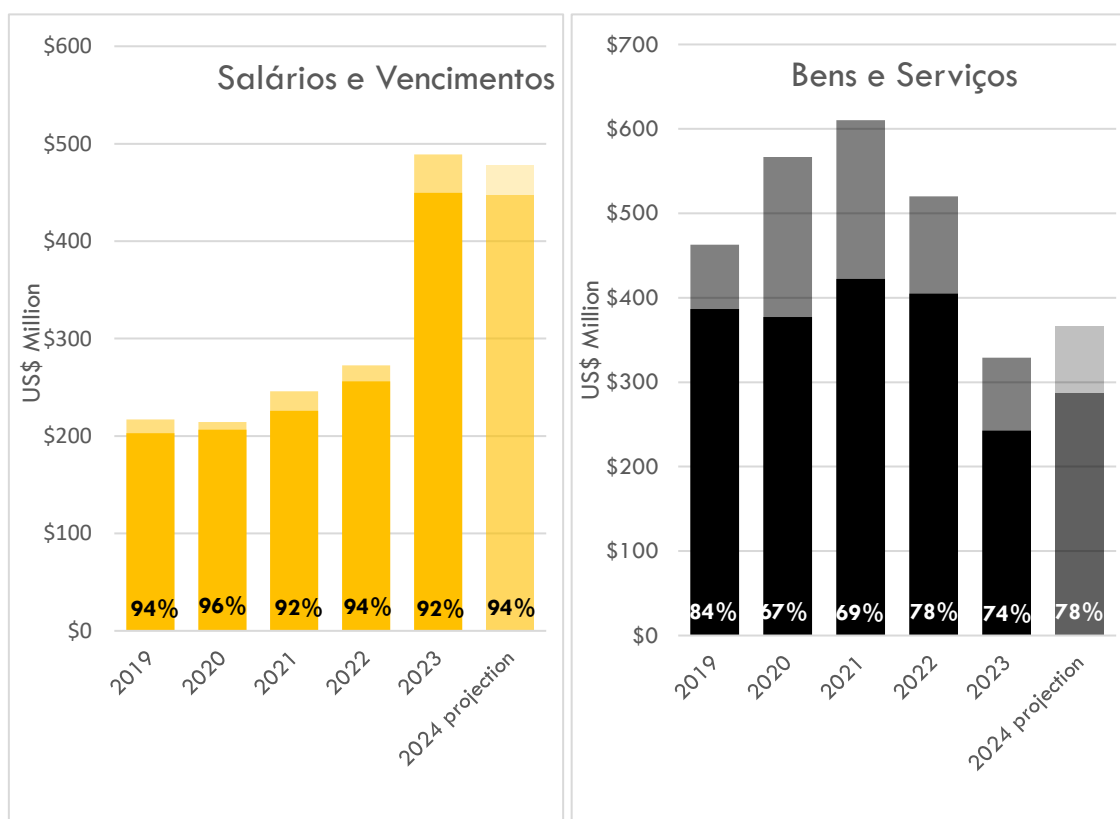
⁶ Contratos Não Executados = Autorizações Pendentes/ (Despesas em Caixa + Autorizações Pendentes + Obrigações Pendentes)

⁷ Taxa de Pagamento Pendente = Obrigações Pendentes/ (Despesas em Caixa + Obrigações Pendentes)

⁸ O último censo estima um crescimento populacional médio de 1,8% ao ano e uma inflação de 3%

- 3.4.** Como se pode ver no gráfico acima, a despesa nos últimos cinco anos tem sido dominada pela despesa recorrente, nomeadamente, a despesa com Vencimentos e Salários, Bens e Serviços e Transferências). As despesas correntes representaram 75% da despesa total em 2019 e aumentaram gradualmente para 90% em 2021, onde apenas 10% da despesa total foi em capital. Em 2023, a participação nas despesas de capital aumentou para 16% (de 12% em 2022), à medida que o IX Governo constitucional tentava dar prioridade ao desenvolvimento e crescimento económico.
- 3.5.** Analisando mais detalhadamente as despesas correntes, os gráficos abaixo mostram uma taxa de execução relativamente estável para Salários e Vencimento. Por outro lado, as taxas de execução de Bens e Serviços registaram variações significativas nos últimos cinco anos. Os gráficos também mostram um grande declínio nas despesas com Bens e Serviços em 2023, ao mesmo tempo em que as despesas com Salários e Vencimentos aumentam de US\$ 272 milhões para US\$ 489 milhões.
- 3.6.** Tal deve-se, em parte, às novas contratações no âmbito do novo Governo, enquanto as despesas com bens e serviços foram reduzidas no âmbito dos esforços de consolidação orçamental no âmbito do novo Governo. No entanto, o principal impulsionador disso é a reclassificação de categorias económicas que resultou em vários itens de Bens e Serviços e Transferências sendo reclassificados para a Categoria Salário e Salários. Antes de 2023, as despesas com Consultores Nacionais e Internacionais Gráficoavam na Categoria de Bens e Serviços. A partir de 2023 esta despesa passou para a Categoria de Salários e Vencimentos. Vários itens relacionados a viagens e subsídios dos funcionários também foram transferidos para a Categoria Salários e Vencimentos de Bens e Serviços em 2023. Por fim, antes de 2023, a contribuição do Estado como empregador para o Fundo de Segurança Social estava inscrita na categoria de transferência. Este passou para a categoria de Salários e Vencimentos em 2023.

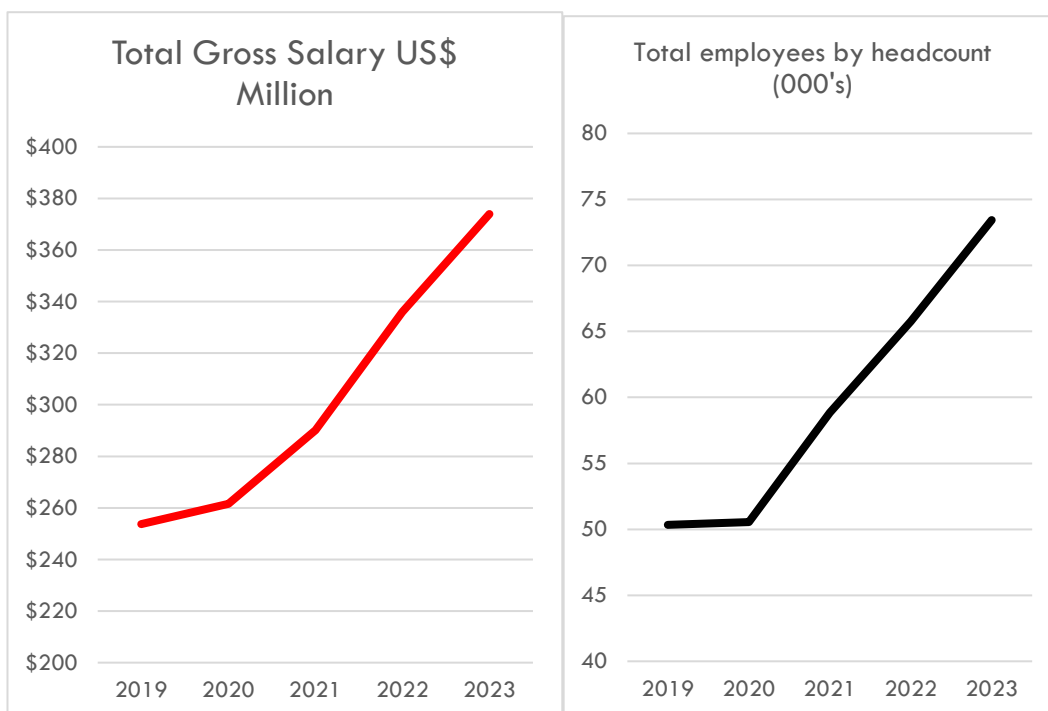
Gráfico 12: Orçamento e Execução de Salários e Bens e Serviços, US\$ Milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.7. Devido ao facto de não existir um mapeamento claro ao nível dos itens e das rubricas das categorias antigas para as novas, não é possível analisar os dados históricos anteriores a 2022 ao abrigo da nova classificação. Portanto, para analisar adequadamente as razões por detrás dos gastos salariais, é importante avaliar os dados do sistema *Payroll*. Os dados do *Payroll* fornecem uma contagem do número total de funcionários que trabalham para a Administração Central e a RAEOA e seus salários brutos totais, excluindo subsídios variáveis, como passagens aéreas e diárias. Excluem-se os trabalhadores de entidades extraorçamentais, como as empresas públicas. Os gráficos abaixo apresentam a despesa total com salários e o número total de funcionários públicos de acordo com os dados do *Payroll* de 2019-2023.

Gráfico 13: Dados do *Payroll* sobre despesas e contagem de funcionários

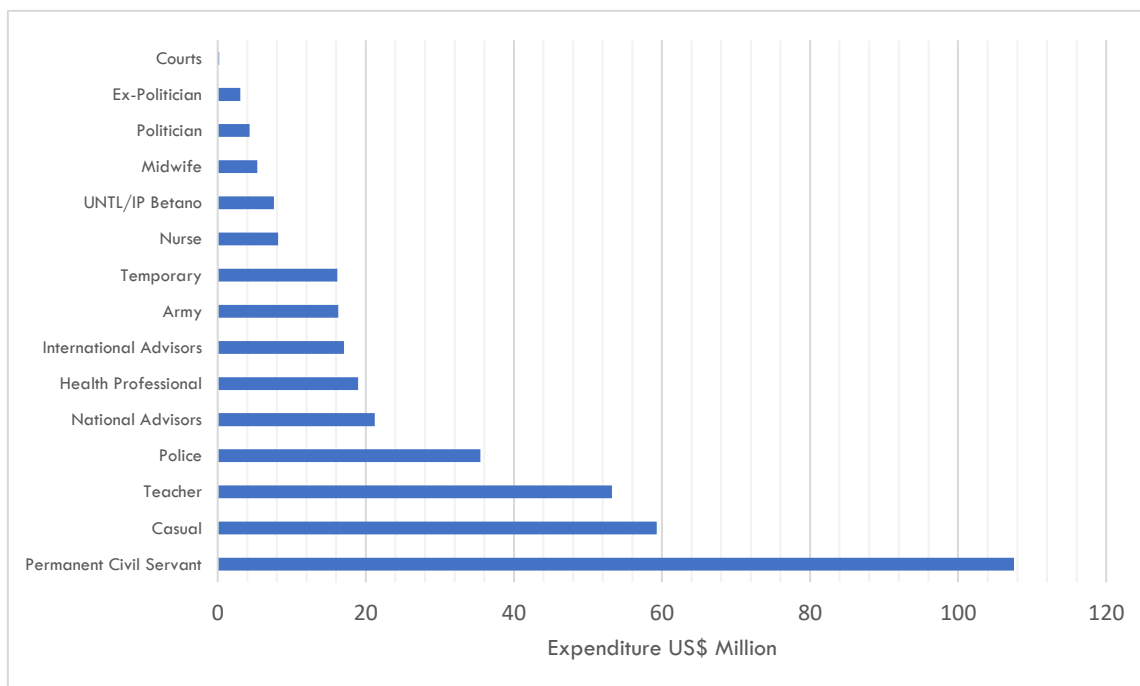


Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.8. O primeiro gráfico mostra que as despesas salariais tiveram um aumento de 47% de 2019 para 2023. O maior aumento foi em 2022, onde as despesas aumentaram 16%. O gráfico à direita mostra que o aumento salarial foi impulsionado pelas contratações, com o número de funcionários de acordo com os dados da folha de pagamento subindo 46% entre 2019 e 2023. O maior período de contratações ocorreu em 2021, onde o número de funcionários aumentou 16%.

3.9. Como mostra o gráfico abaixo, a maior despesa com funcionários públicos em 2023 foi com funcionários públicos permanentes, que representaram 29% da despesa salarial total em 2023. As contratações ocasionais e temporárias representaram 20% da folha de pagamento, 6% das despesas destinaram-se a conselheiros nacionais e 5% a conselheiros internacionais.

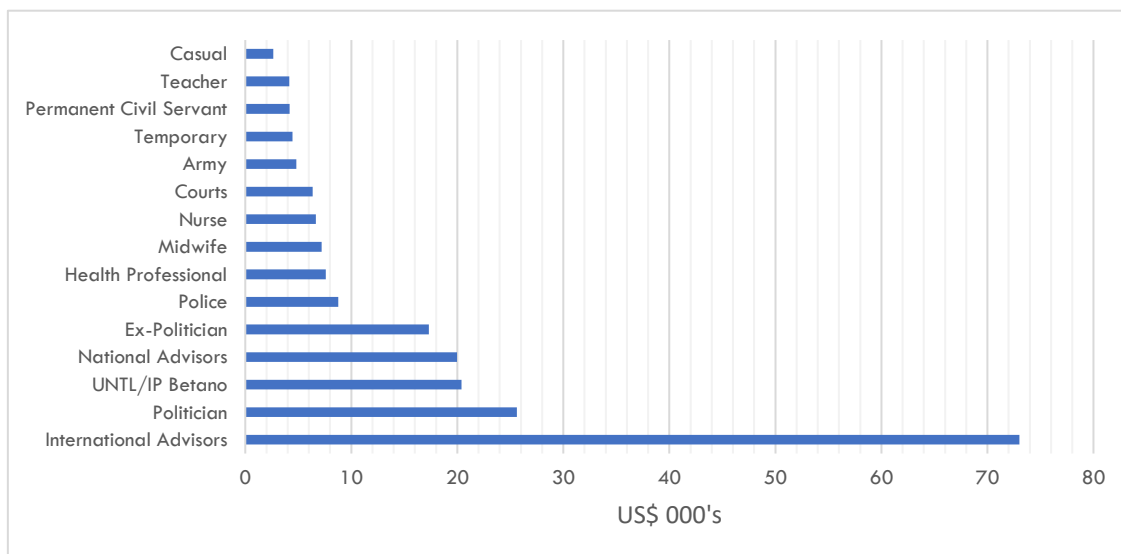
Gráfico 14: Despesa salarial total por tipo de funcionário público, US\$m



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.10. Os salários médios anuais da maioria dos funcionários públicos em 2023 foram inferiores a US\$ 10.000 por ano. Os funcionários públicos permanentes, que representam a maior despesa salarial, ganhavam cerca de 4000 US dólares por ano, em média. Os Assessores Internacionais ganhavam em média US\$ 73.000 por ano, enquanto os Assessores Nacionais ganhavam em média US\$ 20.000 por ano. Os empregados em categorias que ganham menos de US\$ 10.000 por ano, em média, representavam 86% do total das despesas salariais. Isso significa que retirar funcionários com salários altos não será suficiente para reduzir as despesas salariais.

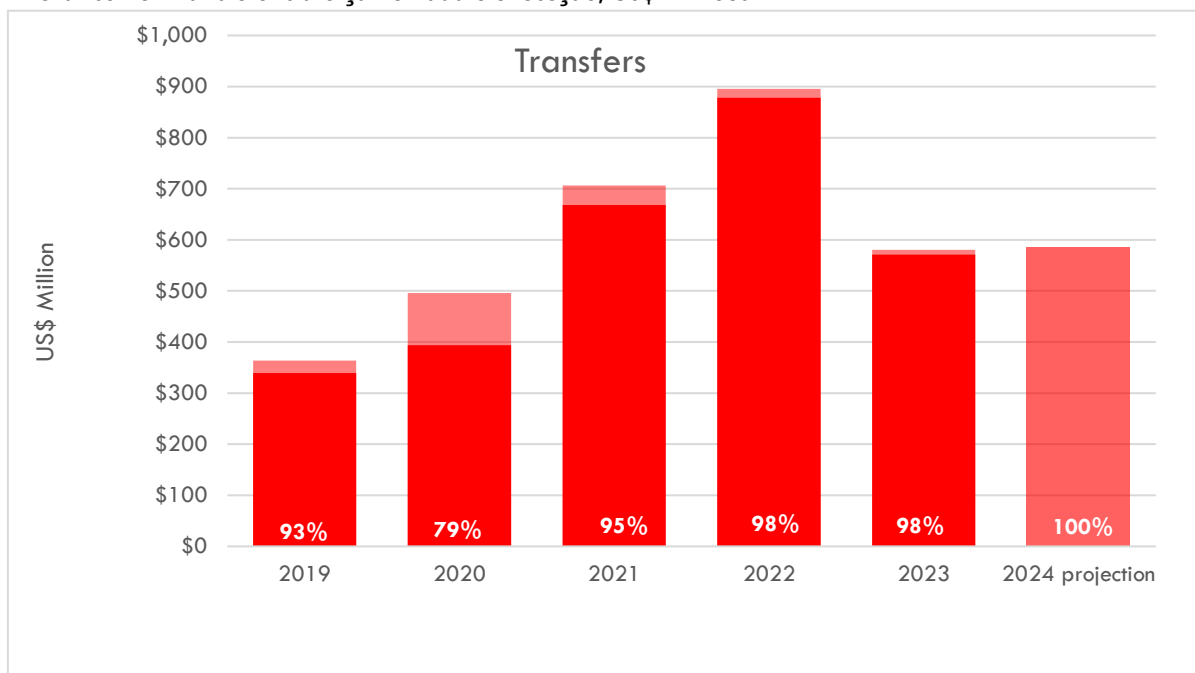
Gráfico 15: Salário médio por tipo de funcionário público, US\$(000's)



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.11. As transferências geralmente tiveram alta execução nos últimos cinco anos, exceto em 2020, onde a execução foi impactada pelo início da pandemia de COVID-19. As despesas com transferências aumentaram 97% entre 2019 e 2021 e mais 31% em 2022. Estes aumentos deveram-se principalmente a programas assistenciais durante a pandemia e a transferências para entidades públicas (em resultado da criação da EDTL e da Bee-TL em 2020). O orçamento retificativo de 2023 registou uma grande queda nas despesas com transferências e as despesas com transferências em 2024 deverão aumentar ligeiramente abaixo da taxa de inflação.

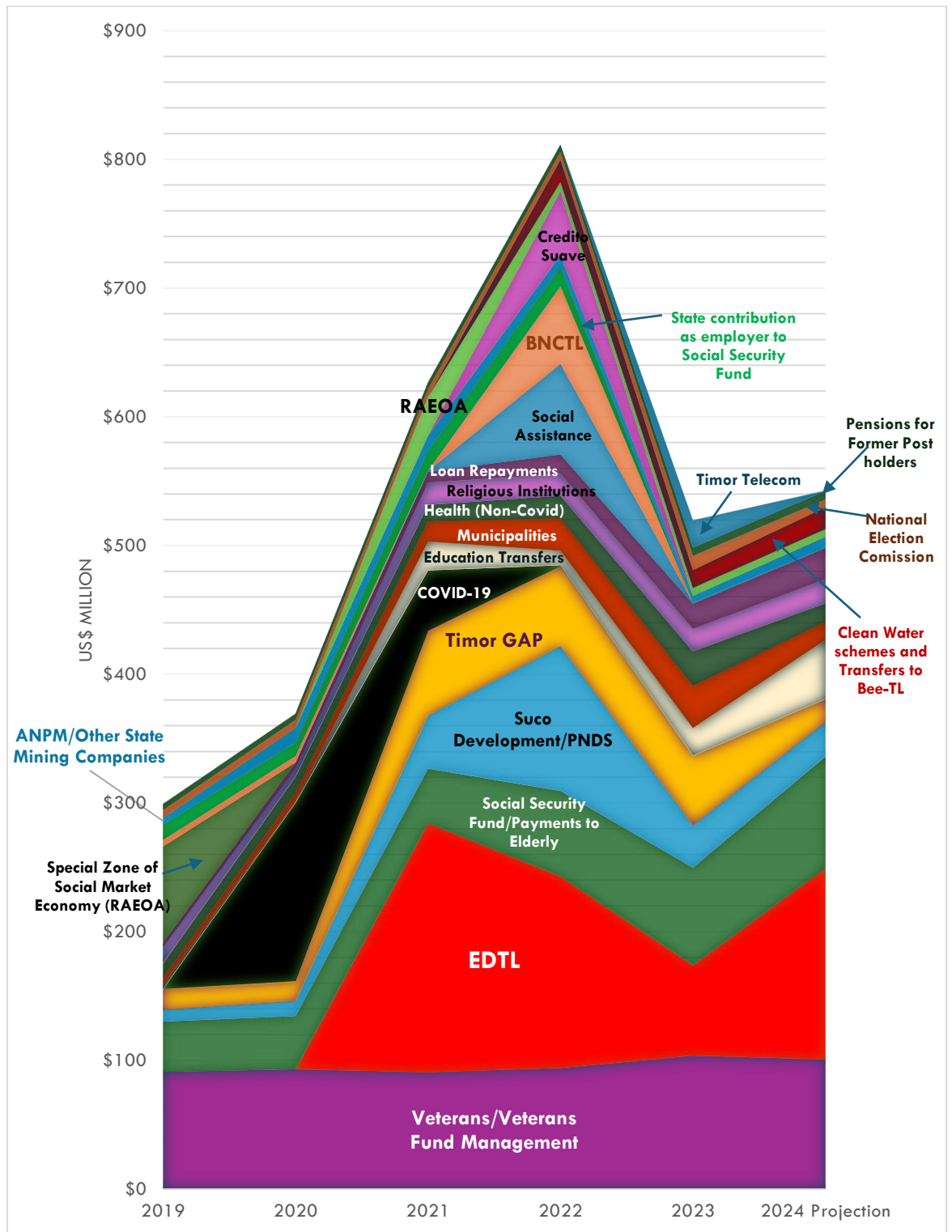
Gráfico 16: Transferência orçamentada e execução, US\$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.12. O gráfico abaixo ajuda a explicar os principais impulsionadores das despesas com transferência. O gráfico mostra as principais transferências de 2019 a 2024, representando cerca de 90% das despesas de transferência a cada ano.

Gráfico 17: Despesas relativas a 90% das transferências anuais

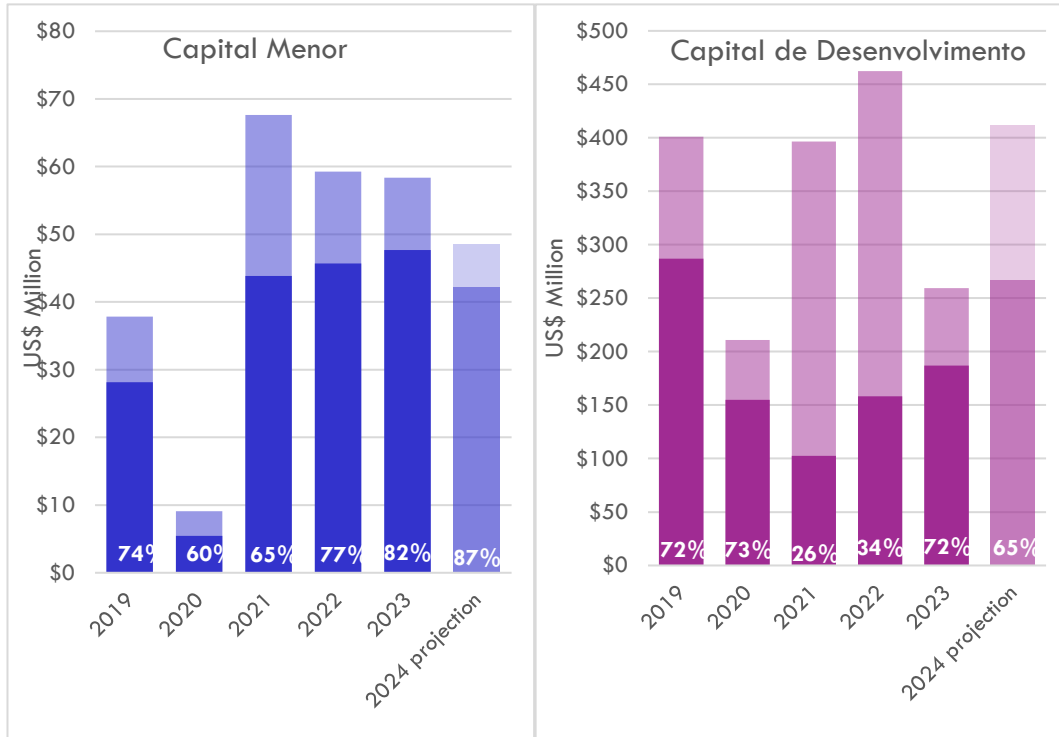


Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.13. As despesas e execução em Capital de Desenvolvimento e Capital Menor são mostradas abaixo. O Capital de Desenvolvimento apresenta as taxas de execução mais fracas e variáveis de todas as

categorias entre 2019 e 2023. Isso sugere fraquezas no planejamento de projetos e nos processos de provisionamento.

Gráfico 18: Orçamento e execução das despesas de capital, \$US milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2024

3.14. A tabela seguinte apresenta uma panorâmica do desempenho orçamental em 2024 a partir de 15 de setembro de 2024. A tabela também fornece uma projeção para execução por classificação económica até 31 de dezembro. As previsões de execução para 2024 são informadas por uma combinação de padrões históricos e uma visão geral dos contratos pendentes e não executados. Esta abordagem provou ser bastante precisa no passado. Por exemplo, a execução final para 2023 foi apenas 2 pontos percentuais superior à projeção da proposta de orçamento para 2024.

Tabela 19: Orçamento e despesas, efetivos e previstos em 15 de setembro, \$US milhões

Categoria Económica	OGE original 24	OGE 24 atual a partir de 15 de setembro	Compromisso a partir de 15 de setembro	Obrigações a partir de 15 de setembro	Despesas de Caixa Efetivas 15 de setembro	Previsão de Despesas de Caixa 31 de dezembro	Taxa de execução a partir de 15 de setembro	Taxa de execução prevista 31 de dezembro
Salário & Vencimentos	470	478	1	2	273	447	57%	94%
Bens e Serviços	384	367	31	46	142	287	39%	78%
Transferências	590	584	18	5	464	584	79%	100%
Capital Menor	35	49	17	14	11	42	22%	87%
Capital de Desenvolvimento	411	412	40	59	104	267	25%	65%
Total	1,890	1,890	107	127	994	1,627	53%	86%

Fonte: Ministério das Finanças, *Em 15 de setembro de 2024

Estratégia orçamental para 2025

3.15. A tabela abaixo mostra o orçamento para 2024 e 2025 categorizado por classificação económica. Esta classificação categoriza as despesas públicas com base na sua finalidade económica e consiste em despesas correntes e de capital. As despesas correntes cobrem os custos operacionais diários, incluindo salários e vencimentos de funcionários públicos, aquisição de bens e serviços e pagamentos de transferência, como benefícios sociais e benefícios de veteranos. As despesas de capital são afetadas a investimentos a longo prazo, tais como projetos de infraestruturas e aquisição de equipamento (capital menor).

Tabela 20: Comparando Orçamento 2024 e Orçamento 2025 por Classificação Económica, US\$ Milhões

Classificação Económica	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025	Variação percentual
Salário & Vencimentos	470,1	490,4	4,3%
Bens e Serviços	384,0	414,8	8%
Transferências	589,7	757,6	28,5%
Capital Menor	35,2	22,6	-36,0%
Capital de Desenvolvimento	411,0	439,8	7,0%
Total	1890,0	2125,2	12,4%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.16. A tabela abaixo mostra o orçamento para 2024 e 2025 com base na classificação COFOG. Esta tabela organiza as despesas públicas por funções específicas, promovendo a transparência e a responsabilização das finanças públicas. Adicionalmente, a COFOG facilita a análise comparativa das dotações orçamentais ao longo do tempo ou entre regiões, melhorando a eficiência dos recursos e permitindo uma monitorização e avaliação eficazes dos programas governamentais.

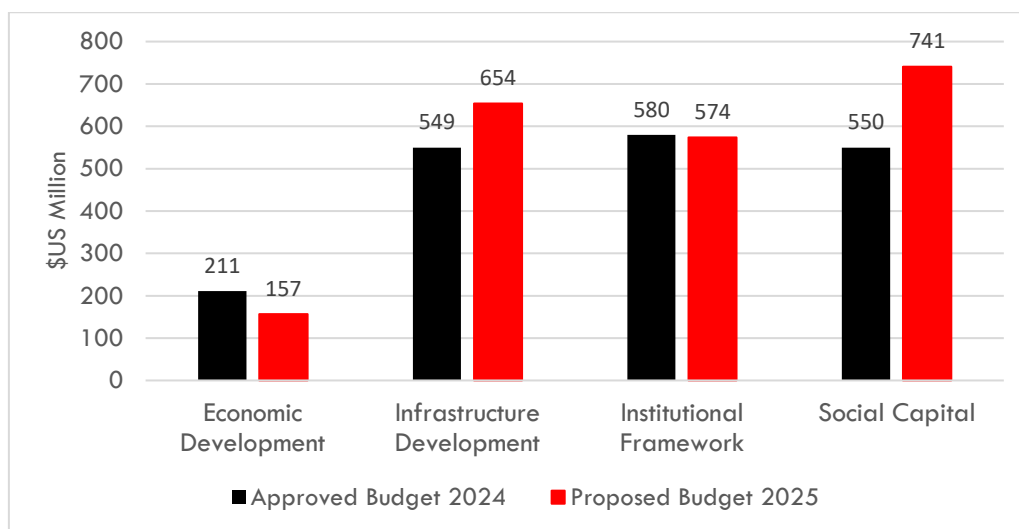
Tabela 21: Orçamento 2024 e 2025 pela COFOG

Categoria COFOG	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025	Variação percentual
Defesa	34,9	24,8	-28,9%
Assuntos Económicos	788,2	693,9	-12,0%
Formação Académica	140,9	164,3	16,6%
Proteção do ambiente	0,4	6,8	1642,2%
Serviços Públicos Gerais	462,9	602,0	30,0%
Saúde	66,2	100,0	51,1%
Habituação e Comodidades Comunitárias	45,2	68,6	51,7%
Ordem Pública e Segurança	55,4	90,3	63,1%
Recreação, Cultura e Religião	9,4	31,0	231,3%
Proteção social	286,5	343,3	19,8%
Total	1.890,0	2.125,2	12,4%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.17. O gráfico e a tabela abaixo ilustram a dotação orçamental do Governo de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011-2030⁹.

Gráfico 19: Orçamento de 2024 e Orçamento de 2025 por SDP, US\$ milhões



Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

⁹ <https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf>

Tabela 22: Orçamento 2024 e Orçamento 2025 por SDP e Subsetor SDP, US\$ milhões

Plano Estratégico de Desenvolvimento Setor	Subsetor do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025	Variação percentual
Desenvolvimento Económico	Agricultura	43,7	31,2	-29%
	Meio Ambiente	2,5	2,2	-13%
	Petróleo	109,0	60,1	-45%
	Investimento do setor privado	30,4	33,4	10%
	Investimento do setor privado e desenvolvimento rural	10,3	13,3	29%
	Desenvolvimento rural	7,0	6,6	-6%
	Turismo	8,4	9,8	17%
Desenvolvimento de Infraestruturas	Agricultura e Pescas	0,8	13,9	1689%
	Aeroportos	8,5	33,0	288%
	Eletricidade	174,7	182,8	5%
	Finanças	3,0	2,1	-30%
	Execução de Grandes Projetos (Fundos de Infraestruturas)	23,6	4,8	-80%
	Desenvolvimento Institucional	22,2	24,9	12%
	Conceção e Supervisão de Novos Projetos	0,2	0,4	93%
	Edifício Público	18,6	9,4	-49%
	Estradas e Pontes	171,2	302,3	77%
	Portos Marítimos	4,5	5,0	10%
	Segurança e Defesa	0,0	0,0	N/A
	Telecomunicações	38,8	10,2	-74%
	Transporte	1,7	0,8	-53%
	Desenvolvimento Urbano e Rural	54,2	37,9	-30%
	Água e Saneamento	27,3	26,4	-3%
Quadro institucional	Defesa	49,5	51,5	4%
	Negócios Estrangeiros	25,0	25,9	4%
	Justiça	33,9	33,1	-3%
	Agência Nacional de Desenvolvimento e Agência de Política Económica e Investimento (Fundos de Infraestruturas)	0,9	0,6	-34%
	Gestão do Setor Público e Boa Governação	400,4	395,1	-1%
	Segurança	70,0	67,5	-4%
Social Capital	Cultura e Património	11,0	30,8	179%
	Educação e Formação	190,0	196,8	4%
	Saúde	67,5	115,3	71%
	Inclusão Social	281,0	398,1	42%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.18. A tabela a seguir mostra a dotação orçamental com base nas metas dos ODS. As metas dos ODS são 17 objetivos globais definidos pelas Nações Unidas para enfrentar desafios como a pobreza e as alterações climáticas.

Tabela 23: Orçamento 2024 e Orçamento 2025 por ODS, US\$ milhões

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Orçamento aprovado para 2024	Proposta de Orçamento 2025	Variação percentual
Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em toda a parte	0,0	2,0	N/A
Objetivo 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	40,4	40,0	-1%
Objetivo 3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	67,6	114,6	69%
Objetivo 4. Assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	190,1	195,0	3%
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas	251,5	389,6	55%
Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos	27,2	22,8	-16%
Objetivo 7. Garantir o acesso a energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos	155,1	171,7	11%
Objetivo 8. Promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	93,8	93,7	0%
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	261,4	194,7	-26%
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	165,6	192,9	17%
Objetivo 12. Assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção	8,9	68,4	667%
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos [b]	2,5	2,2	-12%
Objetivo 14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	0,0	1,8	N/A
Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e inverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade	0,2	0,1	-26%
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	625,5	630,5	1%
Objetivo 17. Reforçar os meios de execução e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável	0,1	5,1	3367%
Total	1890,0	2125,2	12%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças *O orçamento não inclui uma dotação para o ODS 10 (reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países).

Transparência e Responsabilização Orçamental

3.19. O Governo continua a demonstrar o seu empenho na transparência e responsabilização orçamentais, tal como evidenciado pelos seus esforços para promover a boa governação e uma gestão orçamental responsável, que visam melhorar o processo orçamental no âmbito da gestão das finanças públicas.

3.20. Esses esforços garantem que as finanças públicas sejam geridas com verdadeira integridade, o que significa que os cidadãos terão acesso a informações detalhadas sobre os gastos e despesas do

Governo e que os recursos da nação serão usados de forma eficaz e eficiente para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das pessoas.

3.21. Os quatro marcadores orçamentais, nomeadamente Género, criança, nutrição e clima para o ano de 2025, continuam a representar uma mudança significativa no compromisso do Governo com a boa governação, transparência e gestão orçamental responsável, ao mesmo tempo que abordam questões transversais que contribuem para o crescimento económico e o desenvolvimento nacional.

3.22. Esses marcadores orçamentários são ferramentas essenciais que o Governo usa para identificar propostas orçamentais alocadas a questões transversais, acompanhar a execução orçamental e o progresso do desempenho e garantir que o Governo seja responsável por seus compromissos nacionais e internacionais destinados a alcançar a igualdade de género, a inclusão social, a nutrição e a adaptação às mudanças climáticas. Os quatro marcadores detalhados são os seguintes:

a) Marcador de género

3.23. Para o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2025, o Marcador de Género tem sido aplicado ao nível da atividade, utilizando critérios rigorosos para garantir a recolha de dados e informações precisas. Tal permite um acompanhamento eficaz da execução orçamental e dos progressos em termos de desempenho relacionados com as iniciativas em matéria de igualdade de género.

3.24. O Marcador de Género é uma ferramenta obrigatória para monitoramento e prestação de contas, utilizada pelo Governo para identificar propostas orçamentais que alocam e gastam fundos especificamente destinados a promover a igualdade de género, empoderar mulheres e meninas, apoiar pessoas com deficiência e atender às necessidades de grupos marginalizados. Isto aplica-se tanto às intervenções diretas como indiretas.

3.25. O objetivo do Marcador de Género é acompanhar sistematicamente a parte do Orçamento Geral do Estado dedicada ao avanço da igualdade de género, garantindo que o Governo cumpre os seus compromissos para corrigir as disparidades existentes nestas áreas.

3.26. Como parte da preparação do Orçamento Geral do Estado, todas as entidades governamentais são obrigadas a integrar a análise de género no seu programa, subprogramas e planeamento de atividades. Trata-se de um aspeto fundamental da orçamentação sensível ao género, assegurando que as considerações de género são incorporadas em todo o processo orçamental.

3.27. A análise de género envolve uma avaliação socioeconómica detalhada, gerando dados e perceções essenciais para incorporar uma perspetiva de género em políticas, planos, programas e projetos. Identifica disparidades entre homens e mulheres em termos de posições sociais, acesso a recursos, oportunidades, restrições e poder de decisão. Esta análise informa e orienta medidas políticas, programáticas e de intervenção para abordar as desigualdades e responder às necessidades específicas de mulheres, homens, raparigas, rapazes e grupos vulneráveis.

3.28. Após a conclusão da análise de género, cada entidade deve classificar as suas atividades de acordo com a categoria de Marcador de Género adequada. Esta classificação garante que o grau em que os objetivos de igualdade entre homens e mulheres estão a ser abordados é claramente identificado e pode ser acompanhado ao longo de todo o ciclo orçamental.

3.29. A Secretaria de Estado da Igualdade (SEI) é responsável pela coordenação e apoio técnico às entidades governamentais durante o processo de classificação. Logo que as entidades tenham concluído suas classificações de Marcador de Género, o SEI e o Ministério das Finanças reveem conjuntamente essas classificações para garantir precisão e consistência. Esta revisão refletir-se-á nos planos anuais do Governo e na produção final do Livro do Orçamento Geral do Estado para 2025.

3.30. O sistema de marcadores de género consiste em três marcadores distintos, cada um concebido para permitir uma avaliação abrangente das dotações orçamentais em termos da sua capacidade de resposta ao género e alinhamento com o compromisso do Governo de promover a igualdade de género e reduzir as disparidades. Para mais pormenores, ver abaixo a definição de cada marcador:

N.º	Marcador	Definição
1	Principal (P)	Esta categoria indica que o principal resultado esperado da atividade é reduzir a desigualdade de género e promover a inclusão social (contribuição direta).
2	Significativo (S)	Esta categoria indica que a atividade foi concebida após a realização de uma análise de género para ter um impacto positivo no programa e subprograma do ministério, contribuindo para a igualdade de género e inclusão social, capacitando mulheres e raparigas e apoiando grupos vulneráveis e marginalizados (estratégia de integração da perspetiva de género).
3	Não direcionado (NT)	Esta categoria indica que a atividade é concebida sem análise de género para abordar as necessidades e preocupações de grupos vulneráveis e marginalizados.

3.31. A tabela abaixo demonstra a distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2025 por Marcador de Género.

Tabela 24: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador de Género

Marcador de género	Alocação (US\$)
Principal (P)	241.698.885
Significativo (S)	192.390.951

Nota: ver Elementos informativos para listas de atividades e entidades de execução identificadas para o marcador de género
Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), dezembro de 2024

3.32. Como indicado acima, um total de **US\$ 241,7 milhões** foi alocado para atividades classificadas como "Principais" no Marcador de Género, significando que a igualdade de género é o principal objetivo dessas atividades. As três principais alocações nesta categoria são direcionadas para programas de proteção social, serviços de saúde reprodutiva e a implementação de políticas de género, refletindo o compromisso do Governo em abordar as disparidades de género nessas áreas críticas. Estes investimentos centram-se em proporcionar às mulheres e raparigas um acesso equitativo a recursos e oportunidades, garantindo simultaneamente a sua segurança e bem-estar através de serviços de apoio específicos.

3.33. Além disso, **US\$ 192,4 milhões** foram destinados a atividades classificadas como "Significativas", onde a igualdade de género é importante, embora não seja o objetivo principal, segundo a estratégia de integração de género. As três principais alocações nesta categoria incluem projetos de água e saneamento, programas de empoderamento económico e empoderamento dos jovens, demonstrando uma integração mais ampla das perspetivas de género em diversos setores. Estas iniciativas ajudam a garantir que as considerações de género são incorporadas na conceção e implementação de programas, reduzindo as disparidades e promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

3.34. Apesar destes progressos, continua a haver uma margem significativa para melhorias, uma vez que uma parte considerável do financiamento público ainda não integra plenamente as perspetivas de género. É importante reconhecer que a igualdade de género continua a ser um objetivo primário ou significativo em muitas atividades governamentais, particularmente em setores de enfoque social,

como a proteção social, a educação, o desporto, a nutrição, a saúde e a água e saneamento. Além disso, os principais sectores, como as infraestruturas, o desenvolvimento económico e a agricultura, também oferecem oportunidades para integrar considerações de género. Juntos, esses setores oferecem oportunidades substanciais para avançar ainda mais na igualdade de género e atender às necessidades específicas de grupos marginalizados.

b) Marcador de Orçamento Nutricional (NBT)

- 3.35.** O Governo continua firmemente comprometido com a institucionalização do Marcador Orçamental Nutricional (NBT) no âmbito de seu sistema de planeamento e orçamento. Isto reflete a prioridade nacional de melhorar a nutrição como um elemento crítico da saúde pública e do desenvolvimento sustentável.
- 3.36.** O principal objetivo do NBT é identificar, categorizar e atribuir sistematicamente os gastos relacionados à nutrição dentro do sistema de gestão financeira pública. Isso permite uma compreensão precisa de como os recursos públicos estão sendo utilizados para lidar com a desnutrição.
- 3.37.** Esta iniciativa permite a estimativa, monitorização contínua e acompanhamento completo de despesas nutricionais vitais em várias entidades governamentais. Facilita uma análise abrangente da composição da dotação no âmbito do Orçamento Geral do Estado, visando especificamente intervenções destinadas a erradicar a subnutrição e o atraso de crescimento na população.
- 3.38.** Para o ciclo de planeamento e orçamento do ano orçamental de 2025, o NBT será implementado em duas categorias distintas no nível de atividade:

N.º	Marcador	Definição
1	Intervenções Nutricionais Específicas (NE)	Esta categoria aplica-se a atividades que abordam as causas imediatas da desnutrição e deficiências no desenvolvimento fisiológico da população. Exemplos incluem o fornecimento de suplementos de vitamina A, eliminação de parasitas e diversificação alimentar para mães grávidas.
2	Intervenções sensíveis à nutrição (NS)	Esta categoria refere-se a atividades que abordam as causas subjacentes da subnutrição, como a melhoria da agricultura e da segurança alimentar, a proteção social, o desenvolvimento e a educação na primeira infância, o saneamento e a higiene da água.

- 3.39.** Em 2025, a aplicação de marcadores orçamentais nutricionais foi alargada para abranger um vasto leque de entidades, incluindo o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pescas, Pecuária e Florestas, Ministério das Obras Públicas, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, Secretaria de Estado da Igualdade, Unidade de Missão para o Combate ao Stunting, e os 13 Municípios e a RAEOA. Essas entidades desempenham papéis fundamentais na implementação de iniciativas para combater a desnutrição.
- 3.40.** Como parte dos seus Planos de Ação Anuais para 2025, estas entidades estão mandatadas para realizar um processo abrangente de análise, planeamento e orçamentação para intervenções relacionadas com nutrição. Cada atividade deve ser claramente categorizada como nutricionalmente específica (NE) ou nutricionalmente sensível (NS).
- 3.41.** Este passo crítico sublinha o compromisso do Governo em combater a subnutrição, concentrando-se particularmente no combate ao *stunting* em Timor-Leste. É um componente vital da agenda de desenvolvimento mais ampla, reafirmando a dedicação do Governo em melhorar a saúde nutricional e o bem-estar da população como um aspeto central do progresso nacional.
- 3.42.** Como ilustrado na tabela abaixo, **US\$ 11,6 milhões** foram alocados para intervenções Nutricionais Específicas (NE), que abordam diretamente as causas imediatas da desnutrição e deficiências no

desenvolvimento fisiológico. O maior investimento dentro desta categoria é em programas de nutrição materno-infantil, com foco no fornecimento de suplementos essenciais de micronutrientes, como vitamina A, ferro e ácido fólico para reduzir a desnutrição e apoiar o desenvolvimento na primeira infância. A segunda maior alocação vai para programas de alimentação terapêutica, visando crianças que sofrem de desnutrição aguda grave através da distribuição de Alimentos Terapêuticos Prontos para Uso (RUTF). O terceiro grande investimento é dedicado à promoção e serviços de apoio ao aleitamento materno exclusivo, que incluem suplementação vitamínica e diversificação alimentar para gestantes e crianças (0-12 anos), juntamente com campanhas educativas e a criação de grupos de apoio à amamentação com o objetivo de melhorar a nutrição infantil e os resultados de saúde.

3.43. Além disso, uma parcela significativa de **US\$ 36,1 milhões** foi alocada para intervenções sensíveis à nutrição (NS), que abordam as causas subjacentes mais amplas da desnutrição. O maior investimento nesta categoria é direcionado para programas de desenvolvimento agrícola, promovendo o cultivo de culturas ricas em nutrientes, como frutas, verduras e legumes, juntamente com a pecuária em pequena escala para diversificar as dietas e aumentar a segurança alimentar. A segunda maior dotação apoia programas de alimentação escolar, garantindo que as crianças recebam refeições nutritivas, que não só melhoram a sua saúde, mas também aumentam a sua capacidade de aprendizagem. Por último, foi feito um investimento fundamental em iniciativas de água, saneamento e higiene, destinadas a melhorar o acesso à água potável e às instalações sanitárias, que desempenham um papel crucial na prevenção de doenças transmitidas pela água e na melhoria da saúde e nutrição da comunidade em geral.

Tabela 25: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Nutricional

Marcador nutricional	Alocação (US\$)
Intervenções Nutricionais Específicas (NE)	11.610.880
Intervenções sensíveis à nutrição (NS)	36.162.204

Nota: Consulte Elementos Informativos para listas de atividades e entidades implementadoras identificadas para o Marcador de Orçamento Nutricional

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), Dezembro de 2024

c) Marcador de criança

3.44. Para facilitar a identificação eficaz e o acompanhamento contínuo das atividades orçamentadas destinadas a promover e salvaguardar os direitos das crianças, foi integrado um marcador de criança no sistema de planeamento, monitorização e avaliação online do Governo, conhecido como Dalan Ba Futuru Timor-Leste (DBFT).

3.45. Esta integração é uma componente fundamental do quadro global de **Gestão das Finanças Públicas**, sublinhando o compromisso inabalável do Governo em priorizar o bem-estar e os direitos das crianças nas suas políticas orçamentais.

3.46. Esta importante iniciativa envolve todas as entidades governamentais que recebem dotações do Orçamento Geral do Estado, garantindo a transparência e responsabilização através da identificação clara das atividades e respetivas dotações orçamentais que são especificamente adaptadas para promover e proteger os direitos das crianças dos 0 aos 17 anos.

3.47. O Marcador da Criança consiste em três categorias distintas, cada uma concebida para avaliar até que ponto os direitos das crianças são priorizados ao nível da atividade. Estas categorias servem de guia crucial para garantir que os recursos orçamentais são eficazmente atribuídos para promover o bem-estar e os direitos das crianças:

N.º	Marcador	Definição
1	Específico (E)	Esta categoria aplica-se a atividades que visam especificamente abordar os direitos das crianças (sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação).

N.º	Marcador	Definição
2	Prorrogado (A)	A categoria «alargada (A)» aplica-se a atividades que fornecem bens e serviços que beneficiam diretamente as pessoas, incluindo as crianças.
3	Indireto (I)	Esta categoria refere-se a atividades que apenas têm uma contribuição indireta para o desenvolvimento e bem-estar das crianças.

3.48. Conforme descrito na tabela abaixo, um total de **US\$155,6 milhões** foi alocado para intervenções específicas para crianças (E), que abordam diretamente as necessidades e os direitos das crianças. Desse total, os três principais programas que recebem as maiores alocações são os serviços de Educação Básica, refletindo o forte compromisso do Governo em melhorar a qualidade educacional e garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades essenciais de aprendizagem. Seguem-se os programas de alimentação escolar, que enfatizam o papel crucial da nutrição na melhoria dos resultados de aprendizagem e na satisfação das necessidades alimentares das crianças. Por último, a iniciativa relativa aos serviços de proteção de menores garante a segurança e o bem-estar das crianças, em especial das que correm o risco de abuso, negligência ou exploração.

3.49. Além disso, **US\$ 520,1 milhões** foram alocados para intervenções prolongadas por crianças (A), que abordam fatores mais amplos que contribuem para o bem-estar das crianças. Desse total, o maior investimento dentro dessa categoria é destinado a programas de proteção social, como o programa Bolsa da Mãe, que oferece transferências de renda condicionais para apoiar famílias vulneráveis e melhorar as condições gerais de vida das crianças. A segunda maior alocação é direcionada para serviços de saúde materno-infantil, com foco no fornecimento de acesso a cuidados de saúde essenciais para mães e crianças, melhorando assim os resultados físicos, emocionais e de desenvolvimento. Finalmente, foi feito um investimento significativo em iniciativas de Água, Saneamento e Higiene, que desempenham um papel crítico na prevenção de doenças e na promoção de um ambiente de vida saudável, essencial para o bem-estar geral das crianças.

Tabela 26: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Infantil

Marcador de criança	Alocação (US\$)
Específico (E)	155.615.478
Prorrogado (A)	520.141.012

Nota: Ver Elementos Informativos para listas de atividades e entidades implementadoras identificadas para o Marcador Criança Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), dezembro de 2024

d) Marcador do Orçamento Climático

3.50. O Governo continua empenhado em integrar o sistema de Marcador do Orçamento Climático no quadro de gestão das finanças públicas. Esta iniciativa estratégica visa garantir que o país está preparado para enfrentar e mitigar eficazmente os impactos complexos das alterações climáticas.

3.51. O Marcador serve como uma ferramenta vital para identificar, categorizar, avaliar e marcar sistematicamente as alocações orçamentais relacionadas com a mitigação das mudanças climáticas, resiliência climática e uso sustentável dos recursos naturais dentro do sistema financeiro do Governo.

3.52. Esta iniciativa facilita a estimativa, o acompanhamento e o acompanhamento metódico das despesas relacionadas com o clima, ao mesmo tempo que promove a transparência e a responsabilização nestas áreas cruciais.

3.53. Em 2025, o escopo do Marcador do Orçamento Climático expandiu-se para além das três principais entidades governamentais iniciais – o Ministério de Obras Públicas (MOP), o Ministério do Turismo e Ambiente (MTA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas (MAPPF). Esta expansão inclui agora as Autoridades de Proteção Civil, 13 Municípios e a RAEOA, garantindo uma implementação mais ampla do marcador do orçamento climático em vários níveis governamentais.

3.54.No âmbito do Marcador, estão integrados dois marcadores distintos no sistema de planeamento e orçamentação do Governo para o exercício de 2025, aplicados ao nível da atividade:

N.º	Marcador	Definição
1	Altamente relevante (H)	Esta categoria aplica-se a atividades com um objetivo principal claro de produzir resultados específicos que melhorem a resiliência às alterações climáticas ou contribuam para a atenuação das alterações climáticas e a utilização sustentável dos recursos naturais. Entre os exemplos contam-se as despesas destinadas a reduzir o risco de catástrofes naturais, a apoiar a transição energética e a prevenir a sobre-exploração dos recursos marítimos.
2	Meio relevante (M)	Esta categoria aplica-se a atividades com objetivos secundários relacionados com o reforço da resiliência às alterações climáticas ou a contribuição para a atenuação das alterações climáticas e a utilização sustentável dos recursos naturais. Um exemplo seriam as atividades de extensão de irrigação, que, embora implementadas para melhorar os meios de subsistência, também resultam em maior proteção contra secas.

3.55.Como parte do processo de planeamento abrangente para o Plano de Ação Anual de 2025, estas entidades são obrigadas a realizar uma análise aprofundada das suas atividades para determinar em que medida estão alinhadas com a resiliência climática e a mitigação das alterações climáticas. Esta análise assegurará que as suas atividades respondam eficazmente aos desafios colocados pelas alterações climáticas.

3.56.Esta abordagem proativa demonstra o forte compromisso do Governo com a adaptação e mitigação climática, garantindo que Timor-Leste está bem preparado para enfrentar os desafios prementes das alterações climáticas.

3.57.Conforme descrito na tabela abaixo, **US\$ 226,3 milhões** foram alocados para atividades classificadas como altamente relevantes, que têm um objetivo primário claro de melhorar a resiliência climática, mitigar as mudanças climáticas ou promover o uso sustentável dos recursos naturais. Enquanto isso, **US\$ 115,7 milhões** foram alocados para atividades categorizadas como Meio Relevante, que contribuem para esses objetivos como benefícios secundários.

3.58.Os maiores investimentos para atividades classificadas como Altamente Relevantes incluem a expansão da infraestrutura de energia renovável, o apoio à transição do país para fontes de energia sustentáveis e a redução das emissões de carbono. O segundo maior investimento concentra-se em programas de redução do risco de desastres, destinados a aumentar a resiliência da comunidade a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra. O terceiro grande investimento visa a reflorestação e os esforços de conservação da biodiversidade, garantindo a preservação de ecossistemas críticos para a resiliência climática.

3.59.Enquanto isso, para atividades categorizadas como Meio Relevante, o principal investimento é direcionado para a modernização agrícola e sistemas de irrigação, que melhoram a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, aumentam a resiliência a secas e outros desafios relacionados ao clima. A segunda maior dotação apoia o planeamento urbano e o desenvolvimento de infraestruturas, incorporando uma conceção inteligente em termos climáticos para gerir melhor o calor, as inundações e outros impactos ambientais urbanos. Por último, foram feitos investimentos significativos em iniciativas de gestão e reciclagem de resíduos, contribuindo para reduzir a degradação ambiental e apoiar a gestão sustentável dos recursos.

Tabela 27: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por marcador climático

Marcador climático	Alocação (US\$)
Altamente relevante (H)	226.337.188
Média relevância (M)	115.702.074

Nota: Consulte Elementos Informativos para listas de atividades e entidades implementadoras identificadas para o Marcador Climático
Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), dezembro de 2024

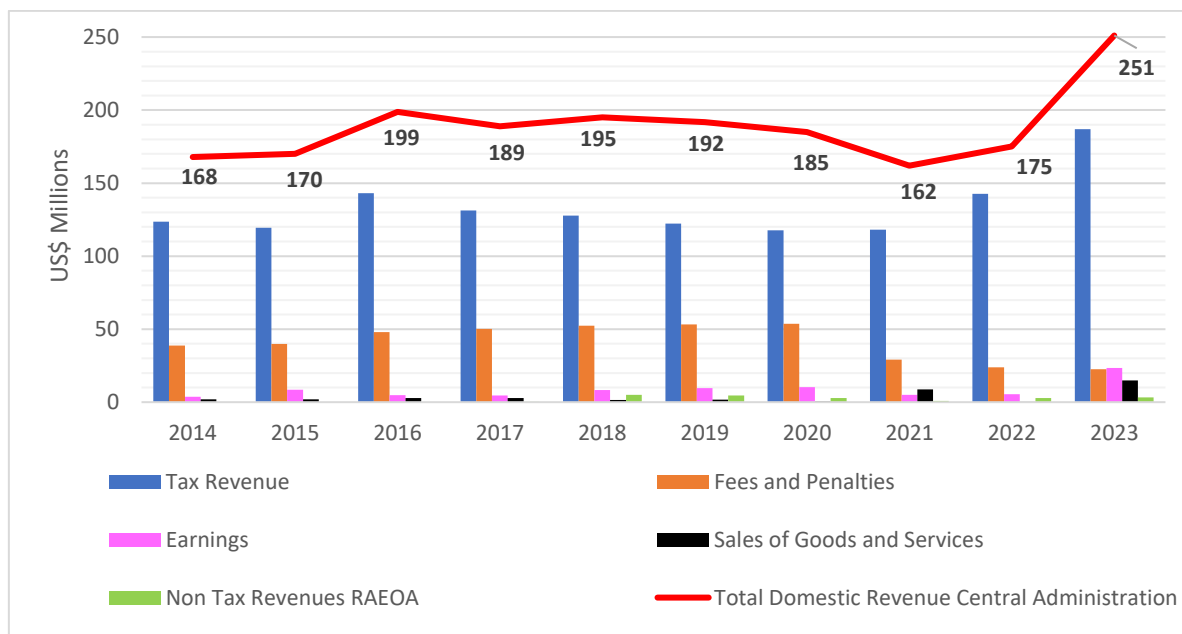
4. Receitas e Financiamento

Receitas Domésticas

- 4.1. As Receitas Domésticas em Timor-Leste compreendem receitas fiscais e não fiscais que são cobradas pela Administração Central e pela RAEOA. Os impostos cobrados pela RAEOA são entregues à Administração Central, enquanto as receitas não fiscais cobradas pela RAEOA são retidas pela RAEOA.
- 4.2. Os impostos são discriminados em Impostos Diretos e Indiretos. As receitas não fiscais são compostas por Lucros, Taxas e Penalidades e Vendas de Bens e Serviços. Estas são repartidas do seguinte modo:
- **Os impostos diretos** incluem os impostos sobre os rendimentos salariais e não salariais.
 - **Os impostos indiretos** incluem direitos de importação, impostos sobre vendas, imposto seletivo de consumo e impostos sobre serviços.
 - **Os rendimentos** incluem rendas de alugueres de propriedades do Governo e receitas de juros.
 - **Taxas e Penalidades** que compreendem várias taxas e encargos administrativos, tais como: taxas sobre jogos sociais, estacionamento, passaporte, visto e taxas de transporte, bem como penalidades como transporte e penalidades relacionadas com o tribunal. A lista completa das taxas e penalidades previstas para cobrança em 2025 é fornecida nas tabelas orçamentais.
 - **Vendas de Bens e Serviços**, incluindo vendas de formulários e publicações, leilões de carros e vendas de bens e serviços de entidades públicas como o Museu da Resistência e o Instituto do Bambu. Uma lista completa dos bens e serviços previstos para venda em 2025 é fornecida nas tabelas orçamentais.
- 4.3. Como mostra o gráfico abaixo, na última década, as Receitas Domésticas não seguiram um padrão de crescimento consistente. Subiram consistentemente até 2016. O aumento é atribuído principalmente a três grandes rubricas de receitas fiscais, o imposto seletivo de consumo, a retenção na fonte de imposto e o imposto sobre o rendimento. Em seguida, diminuíram moderadamente de 2017 para 2021. As receitas diminuíram em 2021 devido ao efeito combinado da pandemia e ao facto de as empresas de água e eletricidade (Be'e TL e EDTL) se terem tornado empresas públicas. As receitas tiveram seu ponto mais baixo durante a pandemia, em US\$ 162 milhões em 2021.
- 4.4. À medida que a economia se recuperava após a pandemia, assistiu-se a um aumento moderado na arrecadação de receitas. O maior contributo para este aumento deveu-se a um aumento substancial das receitas fiscais, provenientes principalmente do imposto seletivo de consumo, do imposto sobre as vendas e do imposto sobre o rendimento. O aumento do imposto seletivo de consumo resultou da decisão do Governo de introduzir impostos mais elevados sobre o tabaco e o álcool.
- 4.5. As receitas registaram um aumento dramático em 2023, uma vez que as receitas fiscais e não fiscais registaram aumentos significativos. Um aumento de US\$ 5 milhões na arrecadação de impostos sobre vendas foi resultado de um aumento nas importações. Um aumento combinado de US\$ 10,5 milhões na arrecadação de impostos sobre os rendimentos e os salários foi um reflexo dos maiores gastos do Governo com salários e vencimentos, bem como do crescimento do setor privado em 2023. Os direitos de importação registaram um aumento de 117% devido a uma combinação de importações mais elevadas em 2023 e um aumento dos direitos de importação de 2,5% para 5% durante os primeiros 8 meses do ano.

4.6. As receitas não tributárias também tiveram um aumento dramático de US\$ 32 milhões, após um aumento de US\$ 15 milhões nas vendas de bens e serviços e um aumento de US\$ 18 milhões nos lucros. As taxas, multas e outras penalidades tiveram uma queda moderada, em parte devido a atrasos nas renovações de passaportes. O aumento das vendas de bens e serviços deveu-se aos leilões de veículos, às atividades de saúde, às receitas de impressão e às vendas de produtos agrícolas e da pesca. Os lucros tiveram um aumento dramático devido aos US\$ 17 milhões obtidos em receitas de juros devido aos juros obtidos de várias contas escrow. Em anos anteriores, as receitas de juros não ultrapassaram US\$ 1 milhão e o aumento dramático em 2023 é considerado uma anomalia e não reflexo de uma nova tendência.

Gráfico 20: Receitas Domésticas da Administração Central e RAEOA 2014-2023, US\$m



Fonte: Receitas da Administração Central são cálculos da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do Tesouro, Ministério das Finanças. Receitas não fiscais retidas pela RAEOA das Contas Financeiras Consolidadas, Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.7. As receitas domésticas deverão cair para 237 milhões de US dólares em 2024, com base nos últimos dados disponíveis. As previsões de 2024 a 2028 são apresentadas na tabela 28 abaixo. Isto deve-se à queda das receitas fiscais na sequência da redução dos Direitos de Importação e da eliminação no Orçamento Retificativo do Imposto sobre o Açúcar. O orçamento do ano passado previa um aumento das receitas fiscais do tabaco em 2024, na sequência da decisão de reduzir para metade os impostos sobre o tabaco¹⁰. A análise dos primeiros 6 meses de dados da autoridade aduaneira parece mostrar que esta previsão se provará correta. Isto sugere que as receitas fiscais do tabaco caíram em 2023, uma vez que o preço dos cigarros vendidos legalmente subiu acima do preço dos cigarros vendidos no mercado negro. Isto sugere que, para que os futuros aumentos de impostos sejam eficazes, o Governo precisa de reforçar os controlos fronteiriços e reduzir as possibilidades de contrabando. Prevê-se que outras receitas fiscais aumentem em 2024.

4.8. Prevê-se que as receitas não fiscais diminuam em 2024, à medida que os lucros dos juros regressam a um nível tendencial. As vendas de bens e serviços também devem cair com base em dados até

¹⁰ Os direitos de importação foram aumentados de 2,5% para 5% no Orçamento original de 2023, um imposto de US\$ 1 por quilograma também foi introduzido sobre o açúcar e confeitaria e os impostos sobre o tabaco foram aumentados de US\$ 50 por quilograma para US\$ 100 por quilograma. No entanto, estes aumentos foram revertidos no Orçamento Retificativo de 2023.

agosto de 2024. No entanto, como as receitas dos leilões do Governo são imprevisíveis, essas receitas podem subir acima da projeção atual nos próximos meses. O rácio Receitas Domésticas/PIB deverá ser de 12,6% em 2024, uma queda moderada face aos 13,9% de 2023.

4.9. Prevê-se que as receitas fiscais aumentem em 2025 para \$US 212 milhões, um aumento de 10% em relação à projeção para 2024. Em consequência, prevê-se que as Receitas Domésticas em percentagem do PIB aumentem para 13,1%.

4.10. O aumento é impulsionado por grandes aumentos esperados (15%) nos impostos relacionados com as importações, tais como imposto seletivo de consumo, imposto sobre vendas¹¹ e direitos de importação. Tal deve-se ao aumento projetado das importações, na sequência de um grande aumento das transferências relacionadas com o consumo no Orçamento de 2025. Prevê-se que outros impostos aumentem 5%, uma vez que o forte crescimento económico conduz a rendimentos mais elevados e um aumento dos salários públicos conduzirá também a uma maior cobrança de impostos sobre os salários. Os impostos sobre salários e sobre rendimentos serão também impulsionados por uma expansão prevista das atividades mineiras, com potencial para expandir a base tributária. Prevê-se que as receitas não fiscais aumentem em linha com a inflação e o crescimento demográfico. Observam-se tendências semelhantes até 2029, no entanto, na ausência de novas políticas de aumento dos impostos ou da matéria coletável, o rácio entre as Receitas Domésticas e o PIB manter-se-á em torno dos 13%.

4.11. Como já foi referido, as previsões não contemplam eventuais alterações que possam resultar da aprovação do projeto de Lei Tributária (ainda a apresentar ao Parlamento). Estes incluem a potencial adoção do IVA e os impostos progressivos sobre o rendimento. No entanto, antes de qualquer introdução, estas alterações fiscais seriam objeto de uma análise, discussão e debate mais aprofundados.

4.12. Estas previsões dependem igualmente da exatidão das projeções do PIB e, por conseguinte, estão sujeitas às mesmas incertezas. O impacto potencial disso é discutido na seção de risco fiscal e passivos contingentes acima. Para mais pormenores sobre a estimativa, consultar o anexo metodológico.

Tabela 28: Projeções da Receita Interna Real 2024-2029, US\$m

	2023 Atual	Proj 2024	Proj 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029
Receita Interna (Central + RAEOA)	251,1	237,6	258,6	272,2	288,1	305,6	325,0
<i>Receitas Não Fiscais RAEOA</i>	3,2	1,3	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Receitas Domésticas (Administração Central)	247,9	236,3	257,9	271,5	287,3	304,8	324,1
Receitas Fiscais	186,9	192,3	212,0	223,8	237,9	253,4	270,8
<i>Imposto sobre vendas</i>	24,6	26,8	30,9	32,6	34,6	36,9	39,4
<i>Imposto seletivo de consumo</i>	56,0	53,4	61,5	64,9	69,0	73,5	78,5
<i>Direitos de Importação</i>	36,0	23,1	26,6	28,1	29,8	31,8	34,0
<i>Imposto sobre salários</i>	21,4	32,0	33,5	35,3	37,5	40,0	42,7
<i>Imposto sobre o Rendimento</i>	42,3	47,8	50,0	52,8	56,1	59,8	63,9
<i>Imposto sobre Serviços</i>	6,6	9,2	9,6	10,2	10,8	11,5	12,3

¹¹ Enquanto, em teoria, os impostos sobre as vendas são impostos sobre bens e serviços vendidos, em Timor-Leste são cobrados na fronteira e, portanto, a incidência incide em grande parte sobre os bens e serviços importados.

	2023 Atual	Proj 2024	Proj 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029
Receitas não fiscais	61,0	44,1	45,9	47,6	49,5	51,4	53,3
<i>Taxas e Penalidades</i>	22,6	27,8	28,9	30,0	31,2	32,4	33,6
<i>Rendimentos</i>	23,4	7,0	7,3	7,5	7,8	8,1	8,4
<i>Vendas de Bens e Serviços</i>	15,0	9,3	9,7	10,1	10,4	10,8	11,3

Fonte: Cálculos e previsões da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do GRP, Ministério das Finanças.

Fundo Petrolífero

4.13. O Orçamento Geral do Estado é financiado em grande parte pelo Fundo Petrolífero. O montante retirado é dividido entre o montante do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e qualquer levantamento excessivo que o Governo justifique ser do interesse a longo prazo de Timor-Leste.

4.14. O cálculo do RSE requer a projeção do valor do Fundo no início do exercício orçamental, juntamente com o valor presente das receitas futuras do petróleo.

Tabela 29: Estimativas para o Fundo Petrolífero, US\$m

Número	Valor
Início do saldo do Fundo Petrolífero em 2024	18.288,4
Receita estimada de petróleo em 2024	78,2
Rendimentos de investimento estimados em 2024	1.317,8
Estimativa de retiradas do Governo em 2024	-1.377,5
Saldo final estimado em 2024/ saldo inicial em 2025	18.306,8
Valor presente líquido estimado da receita futura de petróleo em 2025	91,5
Riqueza Petrolífera Estimada 2025	18.398,3
RSE 2025 (3% da riqueza petrolífera)	551,9
Retiradas superiores ao RSE	1009,1
Levantamentos orçamentados em 2025	1.561,1*

Nota: * Os valores podem não somar devido a arredondamentos.

Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2024.

4.15. O saldo inicial do Fundo em 1 de janeiro de 2024 foi de US\$ 18.288,4 milhões.

4.16. A receita de petróleo para 2024 é estimada em US\$ 78,2 milhões, com US\$ 70,5 milhões já recebidos até julho. Este valor supera a projeção no Orçamento de 2024 devido ao aumento da produção, embora em volumes mais baixos, e aos preços mais elevados do petróleo e do gás.

4.17. O retorno do investimento do Fundo para 2024 é estimado em 7,5%, gerando uma receita anual esperada de US\$ 1.317,8 milhões. Esta estimativa considera os retornos reais até julho e os retornos projetados para o restante do ano, portanto, o resultado final dependerá dos movimentos do mercado no 4º trimestre. Em 2023, o Fundo obteve um retorno de 9,99%, rendendo US\$ 1.678,7 milhões em receitas de investimento. As ações tiveram um desempenho excepcionalmente bom, entregando retornos de quase 24%, enquanto os ativos de juros fixos na carteira de crescimento retornaram 4,9%. A carteira de liquidez, destinada a cobrir levantamentos nos próximos três anos, ganhou 4,25%.

4.18. Em 2023, os levantamentos efetivos totalizaram US\$ 1.090,0 milhões dos US\$ 1.208,2 milhões aprovados no Orçamento Retificativo. A retirada aprovada para 2024 é de US\$ 1.377,5 milhões. Até julho, US\$ 650 milhões foram transferidos para a conta do Tesouro. Se for totalmente retirado o

valor orçamentado em 2024, o Fundo Petrolífero deverá terminar o ano em 18.306,8 milhões de US dólares. As ações e obrigações terão de ser vendidas em 2025 para complementar o saldo da carteira de liquidez e cobrir o total das projeções de retirada para 2025 a 2027.

- 4.19.** O campo de Bayu-Undan, que iniciou a produção em 2004, continua a produzir gás natural a um ritmo viável, mas baixo. Em setembro de 2024, a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP) prorrogou o Contrato de Partilha de Produção, tendo a TIMOR GAP, E.P., adquirido 16% de participação nos projetos Bayu-Undan. Isso permite que a produção continue até meados de 2026. O valor presente líquido estimado da receita petrolífera para além de 2024 é de US\$ 91,5 milhões.
- 4.20.** Portanto, a riqueza total do petróleo é estimada em US\$ 18.398,3 milhões em 1 de janeiro de 2025, resultando num RSE para 2025 de US\$ 551,9 milhões. São US\$ 49,3 milhões acima da projeção do Orçamento de 2024. Esta estimativa não tem em conta as receitas potenciais do projeto *Greater Sunrise* nem as atividades de exploração em curso nas áreas exclusivas *on-shore* e *offshore* de Timor-Leste.
- 4.21.** A riqueza petrolífera estimada aumentou em 2025 em relação a 2024 como resultado de entradas reais maiores do que o esperado, retiradas menores do que o esperado e maior projeção dos rendimentos de investimento. No entanto, espera-se que o valor do Fundo diminua no futuro. As entradas limitadas de petróleo de Bayu-Undan terminam em meados de 2026, enquanto as retiradas devem exceder o retorno do investimento e ficar acima do nível RSE.
- 4.22.** Os levantamentos para financiar o Orçamento de 2025 estão projetados em US\$ 1.561,1 milhões ou 8,5% da riqueza petrolífera estimada no início do ano, excedendo o RSE de 2025 em US\$ 1.009,1 milhões.
- 4.23.** As retiradas excedentárias são coerentes com a política de antecipação do Governo, uma vez que estas retiradas estão a ser utilizadas para financiar infraestruturas essenciais e capital humano, o que é necessário para o crescimento a longo prazo.
- 4.24.** Os elementos informativos da proposta de orçamento descrevem as principais informações sobre o Fundo Petrolífero e fornecem informações pormenorizadas sobre o cálculo do RSE e os pressupostos subjacentes.

Empréstimos e PPP

Empréstimos

- 4.25.** Atualmente, o Governo ainda depende de empréstimos externos para fazer face às suas necessidades de financiamento. Conforme estabelecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e regulado pela Lei n.º 13/2011 do regime da dívida pública, o objetivo primordial da contração de empréstimos concessionais deve estar relacionado com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do país. As condições dos empréstimos estão descritas abaixo:

Tabela 30: Condições dos empréstimos

Credor	Moeda	Empréstimo aprovado US\$m	Período de carência (anos)	Período de Amortização Original (anos)	Ano Completo	Taxa de juro ano orçamental de 2024
BAD	EUA, DSE	615.65	5	20	2048	4,16%
BM	EUA, DSE	295.20	8	20	2062	2,58%
JICA	JPY	68.72	10	20	2042	0,60%
AIFFP	EUA	45	5	20	2048	N/A

Credor	Moeda	Empréstimo aprovado US\$m	Período de carência (anos)	Período de Amortização Original (anos)	Ano Completo	Taxa de juro ano orçamental de 2024
Total		1.024,57				

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.26. Dado o peso substancial e as elevadas taxas de juro globais, a taxa de empréstimo do BAD deverá subir para 4,16%, com a taxa de juro da carteira a atingir 3,33% em 2024. Embora este valor ainda seja inferior ao retorno de 4,37% do Fundo Petrolífero, exige que o Governo se concentre em garantir mais empréstimos a taxa fixa para manter os pagamentos futuros da dívida sustentáveis.

Tabela 31: Custo dos empréstimos contraídos vs. retorno do PF

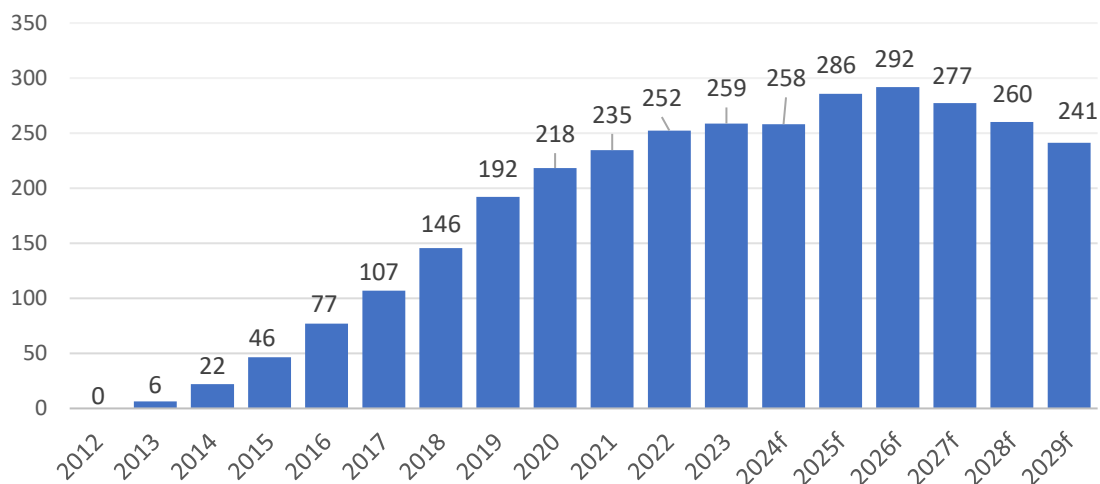
Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024f
Custo do empréstimo (taxa efetiva)	2,34%	2,03%	1,50%	1,56%	3,25%	3,33%
Retorno histórico d FP (anual desde a criação)	4,45%	4,81%	4,90%	3,95%	4,27%	4,37%

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.27. Alguns dos contratos de empréstimo mencionados acima estão sob revisão de *due diligence*, o que pode atrasar o seu desembolso. Como resultado, as previsões existentes sugerem que o *stock* da dívida externa atingirá o seu nível mais elevado em 2026, antes de começar a diminuir. O Governo está também a estudar o reembolso antecipado, o que também pode contribuir para uma nova diminuição do *stock* da dívida.

4.28. Até o final do ano orçamental de 2024, estima-se que a dívida externa permaneça estável em cerca de US\$ 258 milhões. Uma pequena diminuição de 2023 para 2024 deve-se a maiores reembolsos de capital, que excedem cerca de US\$ 16 milhões em desembolsos do BAD e do Banco Mundial para projetos em andamento. Além disso, espera-se que os juros e outras taxas aumentem de US\$ 8,3 milhões em 2023 para US\$ 8,60 milhões até o final de 2024, à medida que esses projetos se aproximam da conclusão. A dívida a estes credores continua a ser relativamente pequena em comparação com a dívida total do Governo.

Gráfico 21: Stock de dívida externa, US\$m



Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.29. Em 2025, prevê-se que o desembolso permaneça relativamente estável devido à conclusão da maioria dos projetos. Um desembolso moderado de empréstimos de US\$ 45 milhões é projetado para esse ano, elevando o stock total estimado da dívida para US\$ 285,59 milhões até o final de 2025. Durante o ano de 2025, o Governo fica autorizado a contratar ou emitir dívida pública no montante máximo de US\$ 850 milhões, com o prazo máximo de 40 anos.

4.30. Os rácios da dívida do país registaram um aumento marginal nos últimos quatro anos. No entanto, a partir de 2023, registou-se uma ligeira diminuição destes rácios, refletindo uma queda no desembolso de empréstimos.

Tabela 32: Indicadores da Dívida Externa para o período 2019-2029, % do PIB e Receitas

	2019	2020	2021	2022	2023	2024f	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f
Total da Dívida Externa em relação ao PIB	11,4%	13,8%	15,0%	15,1%	14,4%	13,7%	14,5%	14,1%	12,6%	11,1%	9,6%
Total do Serviço da Dívida à Receita	3,8%	4,2%	6,1%	9,4%	9,1%	10,5%	10,2%	9,9%	12,6%	12,9%	12,2%
Total da dívida externa	192,2	218,4	234,6	252,9	258,7	258,2	285,6	291,7	278,8	251,0	219,1
Serviço da Dívida	7,2	7,8	9,8	16,4	22,9	25,0	26,3	26,9	36,2	39,5	39,8
PIB (nominal) m	1.688	1.581	1.563	1.676	1.802	1.880	1.968	2.077	2.208	2.352	2.513
Receitas (RSE + Receitas Domésticas)	721	729	710	729	741	760	811	800	790	775	756

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024.

4.31. Dívida externa em relação ao PIB – O montante da dívida externa em relação ao PIB continua abaixo do limiar de 30% fixado pelos quadros de sustentabilidade da dívida para os países de baixo rendimento com um risco moderado de incumprimento. Embora tenha aumentado de 11,4% em 2019 para 15,1% em 2022, prevê-se que os rácios dívida/PIB diminuam no médio prazo, em resultado de uma queda projetada dos desembolsos. Em 2024, prevê-se que os rácios dívida/PIB seja de 13,7%.

4.32. Serviço da Dívida em relação às Receitas – O rácio serviço da dívida total/receitas deverá aumentar de 3,8% em 2019 para 12,20% em 2029, prevendo-se o valor mais elevado em 2028. Apesar da trajetória ascendente, os valores mantêm-se abaixo do valor de referência de 14%.

Tabela 33: Previsões do Serviço da Dívida, US\$m

Credor	Serviço da Dívida	2023	2024f	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f
BAD	Capital	8,84	9,61	13,48	14,76	24,78	28,75	28,90
	Juros	3,38	7,66	6,89	6,30	5,71	5,11	3,83
	Taxas	0,10	-	-	-	-	-	-
BM	Capital	2,19	2,71	2,73	2,73	2,73	2,73	3,58
	Juros	1,19	1,26	1,56	1,54	1,46	1,39	1,28
	Taxas	0,10	-	-	-	-	-	-
JICA	Capital	2,34	1,38	1,39	1,39	1,39	1,39	3,58
	Juros	0,29	0,15	0,21	0,20	0,19	0,18	1,28
	Taxas	0,01	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024.

Estado de Projetos

4.33. Os custos dos projetos financiados por empréstimos concessionais são principalmente retirados de três fontes diferentes: empréstimos, Fundo das Infraestruturas e doações. A tabela indica que o custo total de investimento do total de projetos financiados por empréstimos de 2012 a 2024 é estimado em US\$ 596.427.690,19, dos quais US\$ 436.549.931,29 são financiados por empréstimos, US\$ 156.945.354,43 pelo Funda das Infraestruturas e US\$ 2.932.404,47 por doações.

4.34. A tabela mostra ainda que o maior componente do custo do investimento são as obras civis, que representam US\$ 522.483.282,48 ou 87,6% do total. As obras civis são financiadas principalmente por empréstimos (71,1%) e pelo Funda das Infraestruturas (28,4%), com uma pequena contribuição de doações (0,6%). O segundo maior componente é a supervisão, que custa US\$ 51.676.661,14 ou 8,7% do total. A supervisão é inteiramente financiada por empréstimos. A terceira componente é outra, que inclui despesas como a reinstalação e a capitalização. Esse componente custa US\$ 22.267.746,57 ou 3,7% do total e é financiado por empréstimos (61,8%) e pelo Funda das Infraestruturas (38,2%).

Tabela 34: Custos totais de investimento, US\$

Categoria Orçamental	Total (US\$)	Empréstimos (USD)	Fundo das infraestruturas (USD)	Doações (USD)
Obras Civis	522.483.282,48	371.105.523,58	148.445.354,43	2.932.404,47
Supervisão	51.676.661,14	51.676.661,14	N/A	N/A
Outros	22.267.746,57	13.767.746,57	8.500.000,00	N/A
Total	596.427.690,19	436.549.931,29	156.945.354,43	2.932.404,47

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.35. Além disso, a desagregação do setor revela que o setor rodoviário é responsável pela maior parte dos financiamentos e dos contratos, seguido dos setores aeroportuário e energético. A tabela indica igualmente que a maioria dos projetos rodoviários foi concluída ou está prestes a ser concluída, enquanto o aeroporto e os projetos energéticos ainda estão a ser analisados. Dois projetos rodoviários atualmente em construção são os percursos de Baucau a Viqueque e o projeto *Timor-Leste Branch Road*.

Tabela 35: Repartição por sectores

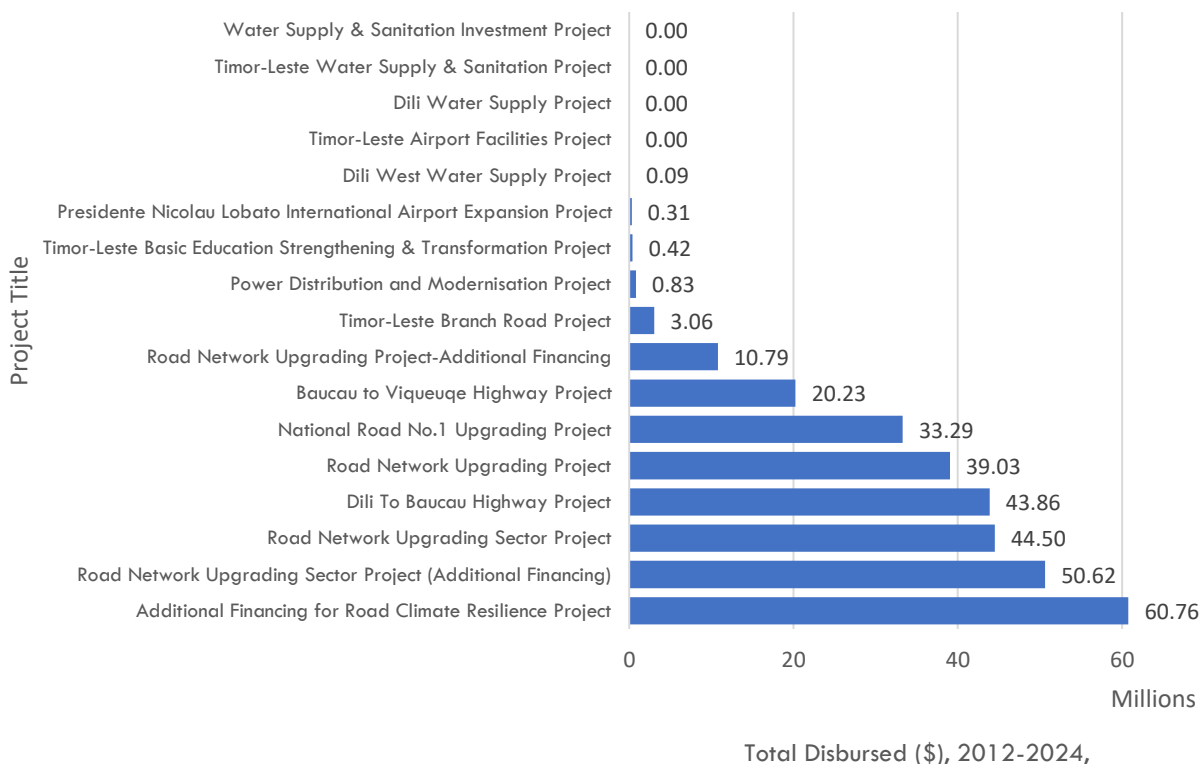
Setor	Orçamento total (US\$)	Número de Contratos de Obras Civis	Número de contratos de supervisão	Número de Projetos Concluídos
Estrada	496.435.584,23	16	7	14
Aeroporto	93.000.000,00	1	1	Em revisão
Energia	6.992.105,96	1	1	Em revisão
Total	596.427.690,19	18	10	

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2024

4.36. Como mostra o gráfico a seguir, os projetos com maior taxa de desembolso são a expansão da rede viária. Estes projetos contribuíram para melhorar a conectividade e as condições de vida do país, tanto para a população urbana como rural. Por outro lado, os projetos com menor taxa de desembolso são o abastecimento de água e saneamento, o desenvolvimento do setor da educação, os projetos aeroportuários e energéticos. É importante ressaltar que, embora acordos de financiamento entre o

Governo e instituições financeiras internacionais tenham sido executados, esses projetos estão atualmente em revisão.

Gráfico 22: Desembolso do projeto, US\$ milhões



Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2024

Aceleração do pagamento da dívida

4.37. O Governo de Timor-Leste está a considerar a opção de reembolsos antecipados da dívida como uma componente fundamental da sua política orçamental para o ano de 2025. Este movimento estratégico visa reforçar ainda mais a estabilidade económica do país e a confiança dos investidores. O pagamento antecipado da dívida oferece vários benefícios à economia de Timor-Leste. Em primeiro lugar, assegura a estabilidade económica, reduzindo a dependência do financiamento externo e minimizando o risco de incumprimento. Em segundo lugar, o reembolso antecipado da dívida permite a Timor-Leste tirar partido das elevadas taxas de juro prolongadas do mercado, poupando despesas de juros significativas a longo prazo. Tal traduz-se num perfil de dívida mais favorável, contribuindo, em última análise, para um desenvolvimento económico sustentável.

4.38. Em consonância com estas considerações, o Governo notificou proativamente as principais agências de crédito, nomeadamente a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), sobre os seus planos para acelerar o reembolso da dívida. Em resposta, foi afirmado que existem atualmente seis contratos de empréstimo que são elegíveis para o pagamento antecipado da dívida.

4.39. O Orçamento de 2025 apresenta uma abordagem inovadora para o financiamento das principais instalações de desenvolvimento de infraestruturas petrolíferas. A proposta do Governo ao Parlamento para um novo limite máximo de empréstimos de 850 milhões de US dólares visa facilitar as

negociações com potenciais credores, abrindo portas ao financiamento destas iniciativas cruciais. Com um rácio dívida/PIB relativamente baixo de 13,7%, este plano responsável de contração de empréstimos assegura que os níveis da dívida se mantêm sustentáveis a médio prazo. Ao investir neste setor estratégico, o Governo pretende gerar novas ou adicionais fontes de rendimento para o Estado a médio e longo prazo, garantindo ainda mais a estabilidade financeira e o desenvolvimento de Timor-Leste.

Parcerias público-privadas

- 4.40.** Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPP) referem-se a acordos de longo prazo em que o setor privado constrói ativos de infraestrutura e presta serviços que tradicionalmente são prestados pelo Estado. A propriedade do ativo de infraestrutura continua nas mãos do Governo e o setor privado tem de o transferir de volta em boas condições no final do contrato.
- 4.41.** O Decreto-Lei n.º 8/2014 estipula a constituição de uma Unidade de PPP (PPPU) no âmbito do Ministério das Finanças para assumir as tarefas de gestão e implementação do Ciclo de Projetos de PPP em coordenação com os ministérios de linha e o Conselho de Administração do Funda das Infraestruturas (CAFI). Um papel importante da PPPU é promover e criar um ambiente para atrair investimento direto estrangeiro (IDE) através da modalidade PPP, procurando ao mesmo tempo formas de incentivar a participação do setor privado local em projetos de PPP através da prossecução de políticas que permitam o desenvolvimento de PPP de pequena e média escala.
- 4.42.** Atualmente, um projeto de PPP encontra-se em fase de Implementação e Operação (PPP Porto da Baía de Tibar), um está em fase de Viabilidade (Habitação Acessível) e três em fase de Iniciação (Lagoa Seloï Kraik, Termas de Marobo ou Praia de Valusere/Jaco). A situação mais recente destes projetos é apresentada abaixo.
- 4.43.** A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo a conceção, construção, financiamento, operação e transferência (DBFOT sigla Inglês) das infra-estrutura portuária. O projeto foi adjudicado a um consórcio constituído pela Bolloré Africa Logistics e pela SDV Timor-Leste através de um concurso público internacional que constituiu a Timor Port SA (TPSA) como Concessionária.
- 4.44.** O contrato de concessão foi assinado em 3 de junho de 2016 entre o GoTL e a Concessionária (TPSA) e a concessão de 30 anos incluía um período de construção de três anos que começou em 30 de agosto de 2018. O período de construção foi concluído em 29 de abril de 2023 com a emissão do Certificado de Conclusão do Engenheiro Independente para o Projeto Portuário da Baía de Tibar. O único trabalho restante é a construção da zona azul. O Concedente solicitou à TPSA a instalação de um scanner de importação e de um abrigo para o scanner móvel de exportação como uma variação do Acordo de Concessão, embora estejam em curso pequenos trabalhos de equilíbrio, o scanner de importação e o abrigo já foram colocados em funcionamento em maio de 2024.
- 4.45.** A data de início dos serviços caiu em 30 de setembro de 2022 (início antecipado). Desde então, até 30 de abril de 2024, 316 navios fizeram escala no Porto de Tibar Bay durante os primeiros 23 meses de operações. Durante este período, o porto de Tibar Bay movimentou 142.000 TEU de contentores e 459.240 mtons de carga fracionada, excluindo vários veículos. Em abril de 2024, a Meratus e a ANL Darwin Trader descarregaram 106 e 61 contentores, o que constituiu o primeiro transbordo a partir do porto de Tibar Bay. Entretanto, as receitas totais diretas do Concedente durante o período ascenderam a US\$2.485.042,90.
- 4.46.** A PPP de Habitação Acessível encontra-se em fase de estudo de viabilidade e estruturação da transação. O projeto beneficiou de serviços de aconselhamento da Corporação Financeira Internacional (SFI) do Grupo Banco Mundial. Em maio de 2024, a IFC apresentou um Relatório de Estruturação de Transações (TSR) atualizado.

4.47. A habitação a preços acessíveis no âmbito de um modelo PPP provou ser bem-sucedida em vários países. Na modalidade de PPP, o Governo é normalmente responsável pelo fornecimento de terrenos e infraestruturas, enquanto um promotor privado assume as responsabilidades da conceção, financiamento e construção do projeto habitacional. Para este projeto, o Governo selecionou um terreno de propriedade do Governo de 20 hectares no Suco Hera, cerca de 14 km a leste de Díli. O privado será responsável pelo projeto, financiamento, construção e venda de unidades habitacionais e certas obrigações de operação e manutenção referentes à infraestrutura de serviços públicos no local e manutenção das áreas comuns. O projeto foi autorizado a avançar para os próximos passos pelo CAFI durante uma reunião em 23 de outubro de 2023. Uma série de discussões de alto nível foram conduzidas com ministros relevantes no primeiro e segundo trimestre de 2024, resultando em mudanças no tamanho do lote da habitação, levando o número total de unidades a serem construídas a cerca de 500 unidades habitacionais.

4.48. O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato é a principal porta de entrada para Timor-Leste, com ligações regulares a Darwin, Denpasar e Singapura. Devido ao seu curto comprimento e largura de pista, no entanto, o aeroporto está atualmente limitado nas suas infraestruturas e capacidade para acomodar aeronaves maiores. O Governo está empenhado em desenvolver o Aeroporto em todos os aspetos e cumprir os requisitos da Organização Internacional de Aviação Civil para normas de segurança e serviço. O projeto está suspenso para decisão final do Governo. No entanto, foi elaborado um orçamento provisório para o exercício de 2025, antecipando os custos administrativos do regime PPP, o que se reflete na tabela abaixo.

4.49. Lagoa Selo Kraik está a ser preparada com o Ministério do Turismo e do Ambiente, onde foram realizadas visitas ao local e estão a decorrer discussões com o Banco Mundial para um estudo de viabilidade de PPP e assistência técnica. Novas iniciativas potenciais (Marobo Hot Spring e/ou Valusere-Jaco) serão reavaliadas tecnicamente com os ministérios relevantes, neste caso, especialmente o Ministério do Turismo e Ambiente.

4.50. A tabela seguinte contém as despesas efetivas do Governo para 2021 a 2023, as despesas estimadas para 2024, a dotação orçamental geral proposta para 2025 e a dotação orçamental estimada para 2026 em diante para projetos PPP.

Tabela 36: Despesas Efetivas (2019 – 2023), Despesas Estimadas (2024), Alocação (2025) e Alocação Estimada (2026-2029), US\$ Milhões

	2021 Atual	2022 Atual	2023 Atual	2024 Est.	2025 Est.	2026 Est.	2027 Est.	2028 Est.	2029 Est.
Orçamento de Fontes Combinadas (DGE + FI)	0,64	0,74	0,44	1,95	4,73	6,72	3,18	2,58	0,68
Dotação Geral do Estado (DGE)									
Projeto IPMU Aeroporto de Díli		0,08	0,27	0,06	0	0	0	0	0
PMU Habitação Acessível				0,18	0	0,13	0,13	0,13	0,13
TP-OMA para TBP				0,34	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato Hybrid PPP (FASA FS & TSR - IFC & Cultural Representation Design Competition)				0	0,01	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0,08	0,27	0,57	0,41	0,53	0,53	0,53	0,53
Fundo das Infraestruturas (FI)									
TBP PPP									
Etapa O&M da PPP do Porto da Baía de Tibar - Levantamento Hidrográfico Independente				0,09	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

	2021 Atual	2022 Atual	2023 Atual	2024 Est.	2025 Est.	2026 Est.	2027 Est.	2028 Est.	2029 Est.
Estágio O&M de PPP do Porto de Tibar Bay - Perito Hidrográfico Independente					0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
SUBTOTAL	0	0	0	0,09	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
PPP de diagnóstico médico									
FS FASA & PT FASA*	0,09	0,66	0	0,34	0,34	0	0	0	0
Pagamento por IM*		0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	0,09	0,66	0	0,34	0,34	0	0	0	0
PPP de Habitação a Preços Acessíveis									
FS FASA & PT FASA*	0,11	0	0,17	0,73	0,28	0,34	0	0	0
Reinstalação – Limpeza do local					2,0	0	0	0	0
Construção (Infra., E&S custo)						5,7	2,5	1,9	0
SUBTOTAL	0,11	0	0,17	0,73	2,28	6,04	2,5	,19	
PPP Turismo									
Turismo e infraestruturas relevantes [PPP – trabalhos preparatórios, conceção e estudos, TSR e preparação do caderno de encargos] - Lagoa Selo Kraik	0,11			0,22	0,22	0	0	0	0
Turismo e infraestruturas relevantes [PPP – trabalhos preparatórios, conceção e estudos, TSR e preparação de cadernos de encargos] - Termas de Marobo					0,22	0	0	0	0
Turismo e infraestruturas relevantes [PPP – trabalhos preparatórios, conceção e estudos, TSR e preparação do caderno de encargos] - Valusere/Jaco Beach					0,22	0	0	0	0
Turismo e infraestruturas relevantes [Site Clearance]					0,33	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0	0	0,22	1,00	0	0,00	0	0

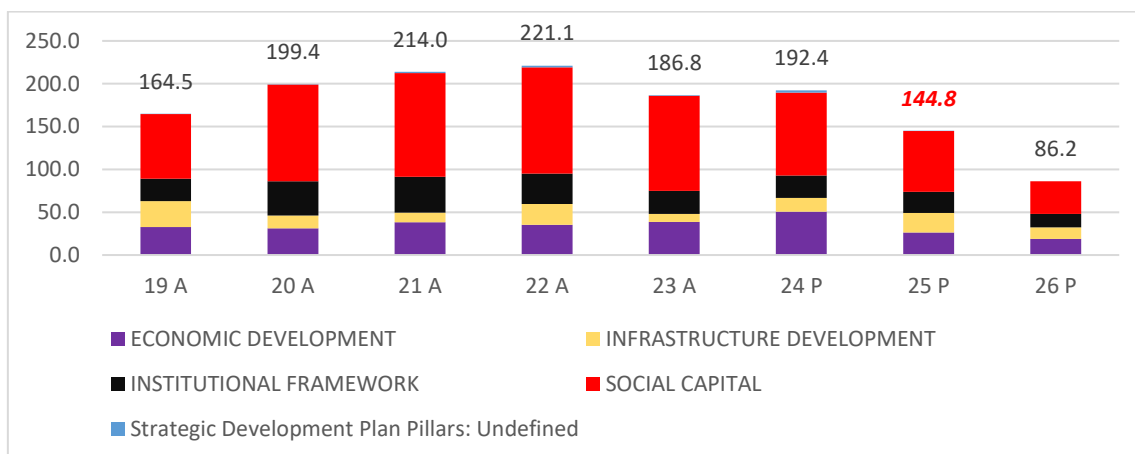
Fonte: Ministério da Fazenda, * FS = Estudo de Viabilidade, FASA = Contrato de Serviço de Assessoria Financeira, PT = Pós-Transação, IE = Engenheiro Independente, IM = Monitoramento Independente, TSR = Relatório de Estruturação de Transações, LACSP = Plano de Apoio à Aquisição de Terras e Remuneração.

Parceiros de Desenvolvimento

Previsões não relacionadas com a concessão de empréstimos

4.51. O gráfico abaixo mostra a evolução dos desembolsos de ajuda ao desenvolvimento não mutuante a partir de 2019. O aumento acentuado do financiamento de 2019 para 2020 reflete o aumento da assistência em consequência da pandemia de COVID-19. A queda acentuada em 2023 é resultado da incerteza nos projetos do Governo e na ajuda ao desenvolvimento após a eleição. Os desembolsos planeados para 2025 são atualmente de US\$ 144,8 milhões. Em 2025, assistir-se-á a uma adesão à tendência da assistência dos doadores que apoia o pilar do capital social, que inclui a educação, a formação e a saúde.

Gráfico 23: Desembolsos reais 2019-2023 e desembolsos planejados 2024-2026, milhões de US\$



Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, relatório gerado em 20 de setembro de 2024. Os dados não incluem os valores do Apoio Orçamental Direto.

4.52. Além disso, vemos um aumento no pilar de infraestrutura, isso reflete o próximo investimento no "Projeto de Melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato". As estimativas para o futuro mostram um declínio acentuado na assistência não mutuante dos parceiros de desenvolvimento, no entanto, dois pontos importantes devem ser observados: (i) historicamente, as despesas futuras indicativas plurianuais dos parceiros de desenvolvimento tendem a ser subavaliadas; ii) o Portal da Transparência da Ajuda recolhe informações ao nível do projeto, o que significa que, se os fundos ainda não tiverem sido afetados a um projeto totalmente concebido, não serão incluídos na análise.

4.53. As tabelas que se seguem apresentam as despesas por fonte de financiamento e por subsetor do PED.

Tabela 37: Desembolsos planejados de parceiros de desenvolvimento por fonte de fundo para 2024, US\$

Fonte dos Fundos	2025 Planeado US\$
Governo da Austrália	55.658.880
Governo do Japão	35.869.633
Agência de Cooperação Internacional da Coreia	8.724.177
Banco Mundial	7.168.974
Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária	5.805.180
União Europeia	5.576.443
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	5.029.465
Fundo de População das Nações Unidas	4.180.000
Programa Mundial de Alimentos	3.909.602
UNICEF	2.738.833
Organização Mundial de Saúde	2.524.500
Programa de Ajuda da Nova Zelândia	2.483.306
Fundo Verde para o Clima	2.146.485
Portugal	1.504.436
Banco Asiático de Desenvolvimento	1.047.000

Fonte dos Fundos	2025 Planeado US\$
Fundo Fiduciário do Fundo Mundial para o Ambiente	341.100
UNESCO	61.600
Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	8.200
TOTAIS	144.777.815

*Os valores não incluem o apoio orçamental direto a fornecer pela Austrália (ver abaixo). Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, setembro de 2024

Tabela 38: Desembolsos planeados por setor e subsetor do PED para 2025, US\$

PED Setor	PED Subsetor	Previsto para 2025
Social Capital	Saúde	30.761.797
	Educação e Formação	24.922.632
	Inclusão Social	11.215.956
	Meio Ambiente	3.866.538
	Cultura e Património	180.383
Subtotal		71.029.496
Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento rural	12.081.702
	Agricultura	12.440.899
	Investimento do setor privado	1.426.895
	Turismo	16.072
	Indefinido	311.548
Subtotal		26.277.117
Desenvolvimento de Infraestruturas	Aeroportos	20.669.980
	Estradas e Pontes	722.795
	Água e Saneamento	878.827
	Portos Marítimos	166.177
	Eletricidade	150.000
	Subsetor indefinido	391.884
Subtotal		22.979.663
Quadro institucional	Gestão do Setor Público e Boa Governação	19.925.009
	Segurança	3.647.466
	Agência Nacional de Investimento e Agência de Política Económica e Investimento	256.468
	Justiça	656.358
Subtotal		24.485.301
Setor PED Indefinido		6.238
TOTAL		144.777.815

Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, 20 de setembro de 2024.

Apoio orçamental direto

4.54. Timor-Leste já recebeu apoio orçamental direto (DBS) da União Europeia, do Governo da Austrália e da Organização Internacional do Trabalho (apoio pontual em 2020). O DBS é considerado como financiamento do Orçamento Geral do Estado para 2025 porque utiliza sistemas do Governo (o dinheiro vai para o Tesouro) e do Orçamento, onde o financiamento é utilizado diretamente pelos ministérios beneficiários.

4.55. Em 2025, apenas a Austrália fará uso deste método de entrega de apoio através de três programas governamentais. Os valores abaixo não estão incluídos no relatório acima, uma vez que serão refletidos em outras áreas da informação orçamental.

Tabela 39: Apoio orçamental direto dos doadores para 2025, US\$m

Doador	Programa do Governo	Montante \$USm
Austrália	Novo Programa de Saúde	5,9
	Programa de Mobilidade Laboral	2,1
	PNDS	1,0
Total		9,0

Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, 20 de setembro de 2024.

Tabela 40: Resumo do apoio dos parceiros de desenvolvimento ao ministério beneficiário 24-26 previsto, US\$m

Ministério beneficiário	Plano 2024	Plano 2025	Plano 2026
Ministério da Saúde	33,8	25,8	14,2
Ministério dos Transportes e Comunicações	6,2	23,2	13,7
Ministério da Educação	17,1	15,5	8,2
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	29,3	15,4	7,0
Ministério da Administração Estatal	8,7	8,1	5,5
Instituição RDTL não especificada	10,1	6,6	2,5
Ministério das Obras Públicas	20,9	6,3	6,1
Ministério do Interior	7,3	5,1	4,3
Ministério das Finanças	3,4	4,6	1,1
Presidência do Conselho de Ministros	5,4	4,4	3,4
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	12,3	4,3	0,7
Ministério do Ensino Superior e da Ciência	5,7	3,7	2,1
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	5,5	3,5	2,8
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	2,1	2,8	1,8
Ministério da Solidariedade e Inclusão Social	3,0	1,9	1,7
Ministério do Comércio e Indústria	1,2	1,2	0,0
Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária	0,8	1,1	1,1
Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	5,2	0,8	0,0
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	0,4	0,4	0,3
Ministério do Turismo e Ambiente	1,6	0,4	0,2
Gabinete do Primeiro-Ministro	1,0	0,2	0,0
Ministério da Justiça	0,7	0,1	0,0
Comissão Nacional de Eleições	0,3	0,0	0,0
Parlamento Nacional	0,5	0,0	0,0
Sector não-governamental	9,7	9,5	9,5
Totais	192,4	144,8	86,2

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, setembro de 2024

Saldos de Caixa

4.56. A receita efetiva total do Orçamento Geral do Estado para 2023 foi de US\$ 1.798,5 milhões, compreendendo Receitas Domésticas de US\$ 239,5 milhões, transferências do Fundo Petrolífero de US\$ 1.090,0 milhões, saldo de final de ano (do Tesouro e da RAEOA) de US\$ 368,4 milhões e empréstimos de US\$ 25,4 milhões.

4.57. Durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2023, um total de US\$ 1.090,0 milhões foi transferido do Fundo Petrolífero para cobrir as necessidades operacionais do Governo. Isso representa 90% da transferência prevista para o ano de 2023 (US\$ 1.208,2 milhões) e está US\$ 599,9 milhões acima do RSE.

4.58. Após contabilizar as despesas de 2023 e outros ajustes patrimoniais, o saldo total de caixa disponível, tanto na Conta do Tesouro quanto na RAEOA-ZEESM, totalizou US\$ 278,8 milhões no final de 2023 (a ser transferido para 2024).

4.59. O Saldo de Caixa mantido em Tesouraria e RAEOA em 31 de dezembro de 2023 é indicado abaixo

Tabela 41: Saldo de caixa da Administração Central e da RAEOA no final de 2023, US\$m

Conta	Valor US\$m
FCTL	68.766
FI	34.273
FDCH	3.088
Fundo COVID-19	6.570
LMs com Autonomia Financeira (11 LMs em 2023)	19.183
Agências Autônomas	41.859
Municípios	10.382
FEDA	2.538
Total Administração Central	186.659
+ Saldo de Caixa (Programa de Alimentação Escolar e PNDS) no Banco Comercial	31.686
RAEOA	92.177
Total Administração Central + RAEOA	310.522

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.60. Até ao final de agosto de 2024, a receita doméstica total arrecadada e depositada no Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e noutras contas do Banco Central de Timor-Leste foi de 133,8 milhões de US dólares, o que representa 69% da estimativa total para o ano de 2024 (de 194,5 milhões de US dólares).

Tabela 42: Saldo de caixa do Governo Central e RAEOA até o final de agosto de 2024, US\$

Conta	Valor
FCTL	1.349
FI	12.197
FDCH	3.632
Fundo COVID-19	432
Entidades autônomas	41.069
LMs	117.836
Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro	2.335
Municípios	19.872
Total Administração Central	198.722
RAEOA	11.361
FEDR	17.828
Total geral	227.911

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.61. Até ao final de julho de 2024, um total de 650,0 milhões de US dólares (47% do total de transferências permitidas em 2024 de 1.377,5 milhões de US dólares) tinha sido transferido do Fundo Petrolífero para a conta do Tesouro para cobrir as necessidades de execução orçamental do Estado.

4.62. Subtraindo as despesas totais das receitas provenientes das transferências do Fundo Petrolífero, o saldo de caixa do final do ano, os empréstimos externos e as Receitas Domésticas, resulta num saldo total de caixa de 227,9 milhões de US dólares no final de agosto de 2024.

4.63. O Tesouro prevê um saldo total de caixa reconciliado para a Administração Central de US\$ 200,0 milhões. Este montante será utilizado para financiar despesas em 2025, tal como descrito na tabela abaixo. A RAEOA prevê que seu saldo de caixa será de US\$ 52,2 milhões até o final do ano. Do saldo de caixa da RAEOA, US\$ 51,5 milhões serão usados para financiar despesas da autoridade.

Financiamento

4.64. A tabela abaixo fornece as fontes de financiamento para a Administração Central e RAEOA para o Orçamento de 2025 e projeções para financiamento em anos futuros.

4.65. A despesa total projetada para os próximos anos está em conformidade com os níveis de despesa necessários para atingir o objetivo de crescimento do Governo. Uma proposta de dotação para estas despesas está disponível na secção Panorama macroeconómico do documento.

Tabela 43: Financiamento da Administração Central e RAEOA 2023-2028, US\$m

Fontes de financiamento	OGE Original 2024	Proposta OGE 2025	Proj. 2026	Proj. 2027	Proj. 2028	Proj. 2029
Total de levantamentos do FP	1.377,5	1.561,1	1.612,8	1.766,5	1.938,9	2.112,3
Rendimento sustentável estimado (RSE)	522,1	551,9	528,1	501,8	469,5	430,6
Levantamentos em excesso	855,5	1.009,1	1.084,7	1.264,7	1.469,4	1.681,7
Receitas Domésticas	194,5	258,6	272,2	288,1	305,6	325,0
Administração Central	192,2	257,9	271,5	287,3	304,8	324,1
Receitas não fiscais da RAEOA	2,3	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Empréstimos	25,0	45,0	25,3	18,2	15,8	15,0
Apoio orçamental direto*	15,2	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
Financiamento do saldo de caixa	277,7	251,5	294,7	257,8	241,2	250,3
Administração Central	220,0	200,0	285,1	252,8	236,2	245,3
RAEOA	57,7	51,5	9,6	5,0	5,0	5,0
Total	1.890,0	2.125,2	2.214,0	2.339,6	2.510,5	2.711,7

Nota:* A projeção do DBS para 2026-2029 assume que o nível do DBS permanecerá constante, mas não se baseia em nenhum acordo. Fonte: Direção Nacional de Política Económica, DNPE Ministério da Fazenda, setembro de 2024.

4.66. A tabela seguinte apresenta as fontes de financiamento do Orçamento da Segurança Social para o Orçamento Geral do Estado para 2025 e as projeções para os anos futuros.

Tabela 44: Financiamento da Segurança Social 2023-2028, US\$m

	Orçamento para 2024	Proposta de Orçamento 2025	2026 (Projeção)	2027 (Projeção)	2028 (Projeção)	2029 (Projeção)
Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	142,6	176,3	200,3	200,6	199,0	199,7
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	55,9	50,5	64,7	65,1	65,1	65,4
<i>Multas e Penalidades</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Rendimentos</i>	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>Transferências da Administração Central</i>	86,7	124,3	133,9	133,8	132,1	132,4
<i>Transferências Recorrentes do Fundo de Reserva da Segurança Social</i>	0,0	0,4	0,6	0,6	0,7	0,8
<i>Transferências de 3º Países</i>	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>Saldo de Caixa</i>	0,0	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0
Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS)	254,8	305,7	376,9	448,5	522,5	599,9
<i>Rendimentos</i>	5,0	12,6	13,2	16,4	20,4	24,9
<i>Transferências Recorrentes do INSS</i>	0,0	2,0	2,5	3,0	3,0	3,0
<i>Transferências de Capital do INSS</i>	49,8	45,2	56,5	53,8	52,5	51,5
<i>Ativos Financeiros</i>	200,0	244,9	303,7	374,4	445,5	519,5
<i>Saldo de Caixa</i>	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Total	397,4	482,0	577,2	649,2	721,5	799,6
Total consolidado	347,6	434,4	517,7	591,8	665,3	744,3

Fonte: Fonte: INSS, setembro de 2024.

I. Anexo 1: Nota metodológica

Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Orçamental

O Ministério das Finanças realiza análises de Sustentabilidade Orçamental para o teto orçamental escolhido em cada ciclo orçamental. Utilizando modelização, o impacto do teto orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste pode ser estimado, especificamente o saldo global do Fundo Petrolífero.

Para produzir a análise, precisamos projetar as despesas, as Receitas Domésticas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Abaixo resumimos os principais dados e pressupostos do modelo que são usados para alcançar isso.

Dados reais

Retirada de petróleo em 2024 - O valor de retirada do Fundo Petrolífero em 2024 é o estabelecido na proposta de orçamento para 2024. O valor da retirada para 2025 também é o estabelecido neste documento. A análise de tendências sugere que a execução orçamental atingirá 86% em 2024. O orçamento pressupõe que esta taxa de execução se mantenha semelhante em 2025. Presume-se que qualquer excedente do financiamento disponível que exceda a execução orçamental será novamente adicionado ao Fundo Petrolífero.

Dados do Fundo Petrolífero – O modelo utiliza dados do Fundo Petrolífero de setembro de 2024. Isso inclui o saldo do Fundo Petrolífero, informações sobre a divisão de ativos do Fundo Petrolífero e informações mais recentes sobre Levantamentos e Rendimento Sustentável Estimado.

Dados sobre empréstimos e apoio orçamental direto – O modelo incorpora previsões de desembolso para empréstimos e apoio orçamental direto mencionados neste documento.

Pressupostos/Projeções

Devido à incerteza de variáveis futuras no modelo, por exemplo, o orçamento de anos futuros, o modelo usa algumas suposições.

Despesa pública - Presume-se que a despesa pública entre 2025 e 2028 aumente em linha com os níveis necessários para cumprir as metas de crescimento económico do Governo (ou seja, a despesa aumenta de 5-8% ao ano). Na parte 1 do presente documento relativa à panorâmica macroeconómica da secção 1 do presente documento é apresentada uma proposta relativa ao nível e à repartição das despesas. Para além de 2028, presume-se que os níveis de despesa aumentem com a inflação a longo prazo e o crescimento da população (cerca de 4% ao ano).

Receitas Domésticas - A menos que especificamente indicado para um cenário individual, o modelo prevê que entre 2024 e 2028 as Receitas Domésticas aumentem em linha com as previsões da Direção Nacional de Política Económica do Ministério das Finanças publicadas neste documento. Os pormenores sobre a forma como estas previsões foram elaboradas estão disponíveis na secção relativa às receitas do anexo metodológico.

Para além de 2028, presume-se que as Receitas Domésticas aumentem em linha com os pressupostos de inflação a longo prazo e de crescimento demográfico¹².

ROI (*return on investment*) do Fundo Petrolífero - O modelo também utiliza pressupostos atualizados sobre a taxa de retorno estimada do Fundo Petrolífero da Unidade do Fundo Petrolífero do Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está segmentado numa carteira de crescimento e numa carteira de liquidez.

¹² Presume-se que o crescimento populacional a longo prazo seja de 2% A inflação a longo prazo também é de 2%.

De acordo com os pressupostos da Unidade do Fundo Petrolífero em novembro de 2023, assumimos que a carteira de crescimento tem um ROI de 4,7%, enquanto a carteira de liquidez assume um ROI de 2,5%. Presume-se que a componente de liquidez do fundo é suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para modelar isto, assumimos que a componente de liquidez de cada ano é três vezes o montante do levantamento.

Empréstimos e Apoio Orçamental Direto para além de 2028 - O modelo não contabiliza as receitas de apoio orçamental direto para além de 2029. Uma vez que o apoio orçamental direto constitui uma parte muito pequena do orçamento do Governo, não é provável que tenha um impacto significativo nos resultados. O desembolso de empréstimos após 2029 é estimado como o desembolso médio entre 2024 e 2029.

Receitas de petróleo – A modelagem assume que nenhum recurso petrolífero adicional é extraído uma vez que as receitas dos campos de petróleo existentes estão totalmente esgotadas.

Método de Previsão da Receita Interna

As previsões de receitas são elaboradas da seguinte forma:

Presume-se que os impostos sobre vendas, os direitos de importação e o imposto seletivo de consumo cresçam em linha com o crescimento das importações. Tal deve-se ao facto de estes impostos serem cobrados na fronteira e não haver alterações na política.

Presume-se que os impostos sobre o rendimento, os salários e os serviços mantêm um rácio constante com o PIB nominal na ausência de alterações da matéria coletável ou da política fiscal.

Por conseguinte, à medida que o PIB e as importações aumentam, aumenta também a cobrança de impostos.

Presume-se que as receitas não fiscais cresçam em linha com o crescimento da população e da inflação.

Previsão do PIB

As previsões do PIB contidas neste documento foram elaboradas utilizando um quadro de modelização macroeconómica desenvolvido através da assistência técnica do Instituto de Formação de Singapura (STI) do FMI e do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC).

O contributo do Governo para o PIB é estimado através da análise da execução da despesa pública em 2024 e da aplicação de tendências históricas de execução à proposta de orçamento do Governo para 2025. Para 2026 a 2029, assumimos que a despesa recorrente do Governo aumenta com o crescimento da população e a inflação e que a despesa de capital aumenta com os montantes e dotações necessários para atingir as metas de crescimento do Governo. Partimos também do princípio de que as taxas de execução do Governo registarão melhorias constantes em resultado das reformas de GFP e do regime de aprovisionamento e contratos públicos mencionadas no presente documento. Em consequência, as dotações orçamentais de médio prazo propostas apresentadas na secção Panorama macroeconómico parecem crescer a ritmos diferentes dos pressupostos acima referidos.

As previsões para o consumo do setor privado e para a atividade de investimento são informadas pela análise das tendências históricas do consumo, investimento, remessas da balança de pagamentos e do crédito ao setor privado. Presume-se que o setor privado registre um forte crescimento consistente de 2026 a 2029, uma vez que assumimos que as pré-condições económicas descritas na secção Perspetivas Macroeconómicas e Estratégia Orçamental deste documento serão cumpridas.

As previsões económicas contidas neste documento visam prever as taxas de crescimento anual do PIB nos próximos cinco anos. Embora isto seja importante para apoiar as decisões de planeamento governamental, deve notar-se que estas previsões dependem de pressupostos e, por conseguinte, incluem um elemento de incerteza. A secção anterior delineava determinadas condições prévias, baseadas em planos

governamentais, que tinham de ser cumpridas para que as previsões a mais longo prazo se realizassem. Fora isso, há mais incertezas.

As principais fontes de incerteza nas previsões orçamentais acima apresentadas são as seguintes:

- Taxas de Execução Orçamental
- Afetação e qualidade das despesas públicas
- Volume de Importações.

As taxas de execução podem variar de ano para ano e estão sujeitas a riscos políticos e económicos. Por exemplo, as despesas executadas foram impactadas em 2017, 2019 e 2020 pela crise política e pela COVID-19 e em 2023 devido à eleição.

As taxas de execução dependerão também da capacidade de absorção dos diferentes ministérios. Este é o montante que os ministérios de linha podem gastar, independentemente do seu orçamento. Por exemplo, os ministérios de linha que veem um grande aumento em seus orçamentos podem não ter a capacidade de executar despesas mais altas devido a limitações de recursos. Se as taxas de execução ficarem abaixo do esperado (as previsões pressupõem que as taxas de execução históricas se mantêm), é provável que as previsões do PIB apresentadas no presente documento sejam sobrestimadas.

Do mesmo modo, as previsões acima apresentadas formulam pressupostos sobre a afetação e a qualidade das despesas. As previsões acima referidas pressupõem que haverá uma grande mudança para as despesas de capital, uma vez que o Governo procura atingir taxas de crescimento mais elevadas. Pressupõe também que esta despesa será gasta em investimentos de elevada qualidade que conduzam a melhorias no stock de capital do país.

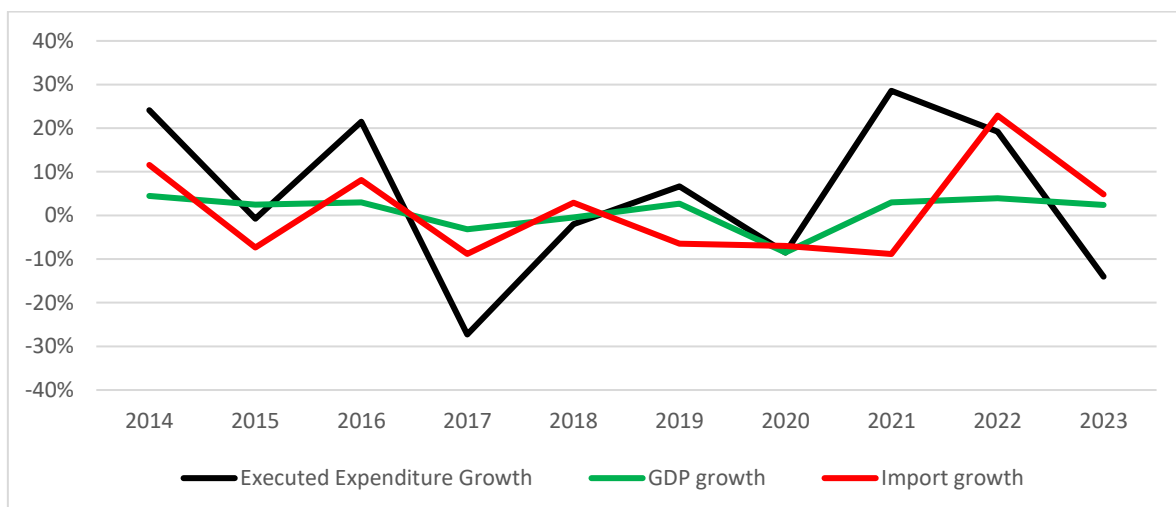
Se, em vez disso, forem atribuídos orçamentos mais elevados a despesas de transferência improdutivas ou a projetos ineficientes, as previsões do PIB não serão atingidas.

Outra grande incerteza prende-se com as importações. Se a despesa pública for particularmente dependente das importações, o que significa que grande parte da nova despesa vai para bens e serviços de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para os próximos anos podem ser reduzidas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo no PIB final.

A combinação da qualidade da despesa pública com o nível das importações significa que o aumento da despesa pública em Timor-Leste não foi correlacionado com um maior crescimento do PIB. No gráfico que se segue, parece existir alguma correlação entre o crescimento da despesa pública e o crescimento das importações.

No entanto, grandes picos no crescimento da despesa pública não estão correlacionados com grandes picos no crescimento económico. Tal poderá dever-se ao facto de os aumentos das despesas públicas não corresponderem necessariamente a melhorias na qualidade das despesas. Ao mesmo tempo, orçamentos mais baixos com despesas mais eficientes e de maior qualidade podem potencialmente levar a um maior crescimento económico e ajudar a preservar o Fundo Petrolífero.

Gráfico 24: Crescimento do PIB em comparação com o crescimento das despesas e importações, %



Fonte: Análise Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2024 com base nos Dados das Contas Nacionais do INETL e Dados Orçamentais, Ministério das Finanças

Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões dos organismos internacionais de referência

Apresenta-se seguidamente uma comparação das previsões do Ministério das Finanças com as previsões de outras instituições. Todas as instituições utilizam pressupostos ou fontes de dados diferentes quando fazem as suas previsões, pelo que existem frequentemente diferenças nas projeções entre instituições. Muitas vezes, o Ministério das Finanças disporá de informações mais atempadas relacionadas com os planos de despesa pública do que outras instituições.

Tabela 45: Previsão da taxa de crescimento do PIB, %

Instituição	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Ministério das Finanças	3.7	4.1	4.4	4.9	5.1	5.4
FMI*	3.5	3.2	3.1	3.0	3.0	3.0
Banco Mundial	3.0	4.0	3.8			
BAD	3.1	3.9				
Instituto Nacional de Estatística (INETL)	3.7					

Fonte: World Economic Outlook do FMI de abril de 2024, *É provável que os números do FMI mudem na atualização de novembro do World Economic Outlook, Relatório Económico de Timor-Leste do Banco Mundial de julho de 2024, Previsões do ADB de setembro de 2024, Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste, INETL

A tabela seguinte apresenta uma comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o exercício orçamental anterior e a evolução real observada.

O crescimento do PIB para 2023 estava inicialmente previsto em 2,2% no ano passado. O crescimento final foi de 2,4%. O crescimento para 2024 estava inicialmente previsto em 4,1%. Nossa previsão revista para

este ano sugere 3,7% devido à execução menor do que o previsto, particularmente nos primeiros 6 meses do ano.

A previsão de crescimento para 2025 foi inicialmente prevista em 4,9% com base nas dotações orçamentais propostas no ano passado, que tinham uma dotação substancialmente mais elevada para despesas de capital. Com base nas dotações orçamentais da proposta de orçamento, prevê-se agora que o crescimento do PIB atinja 4,1% em 2025.

Tabela 46: Previsões macroeconómicas no Relatório da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024 vs. Relatório da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, %

Indicador	Relatório do Orçamento Geral do Estado para 2024			Relatório do Orçamento Geral do Estado para 2025		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Crescimento do PIB %	2.2	4.1	4.9	2.4	3.7	4.1
IPC %	8.4	2.5	2.0	8.4	3.0	2.2

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

II. Anexo 2: Informações financeiras das empresas públicas

Esta seção fornece informações de receitas e despesas, quando disponíveis de EPs. O nível de detalhes fornecido varia de acordo com a empresa pública específica.

Tabela 47: Bee TL, \$US

Operacoes em Continuidade	2021	2022	2023
Receitas	451.805	748.689	1.155.210
Subsidios do Governo e Outros		5.400.454	6.995.483
Custos com Pessoal	(1.199.764)	(3.303.301)	(3.802.311)
Fornecimentos e Servicos externos	(969.348)	(2.791.104)	(3.349.520)
Resultados antes de juros, impostos e depreciacoes	(1.717.307)	54.739	998.862
Gastos/reversoes de depreciacoes e amortizacoes	(16.333)	(99.157)	(643.871)
Resultado Operacional	(1.733.640)	(44.419)	354.991
Juros e rendimentos similares	78.306	172.149	335.038
Juros e gastos similares	-	-	-
Custos de Financiamento liquidos	78.306	172.149	335.038
Ganhos obtidos em associadas liquido de imposto	-	-	-
Resultado antes de Imposto	(1.655.334)	127.730	690.029
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado do ano de operacoes em continuade	(1.655.334)	127.730	690.029
Resultado do ano de operacoes em continuade		-	-
Resultado liquido do periodo	(1.655.334)	127.730	690.029
Outro rendimento Integral		-	-
Rendimento Integral total, liquido de imposto	(1.655.334)	127.730	690.029

Tabela 48: EDTL, \$US

	Exercicio 30/12/2021	Exercicio 31/12/2022	Exercicio 31/12/2023
Operações em Continuidade			
Receitas	41.407.054	47.564.184	53.518.704
Subsidios do Governo	157.933.907	148.653.498	70.000.000
Custo da mercadoria vendida e das materias consumidas	- 79.765.421	- 86.280.104	- 117.203.429
Custos com Pessoal	- 4.918.695	- 6.395.651	- 7.868.827

	Exercicio 30/12/2021	Exercicio 31/12/2022	Exercicio 31/12/2023
Fornecimentos e Serviços externos	- 23.500.741	- 29.233.596	- 44.171.465
Resultados antes de Juros, Impostos e depreciações	91.156.105	74.308.331	- 45.725.017
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	- 1.144.277	- 2.581.100	- 5.251.070
Resultado Operacional	90.011.828	71.727.231	- 50.976.087
Juros e rendimentos similares	110.599	469.710	625.114
Custos de Financiamento líquidos	110.599	469.710	625.114
Resultado antes de Imposto	90.122.427	72.196.941	- 50.350.972
Imposto sobre o rendimento	- 9.012.243	- 7.219.694	-
Resultado do ano de operações em continuidade	81.110.184	64.977.247	- 50.350.972
Rendimento integral total, líquido de Imposto	81.110.184	64.977.247	- 50.350.972
Caixa e Depósitos Bancários	85.012.256	131.702.851	73.669.127

Tabela 49: ANPM, \$US

	2021	2022	2023
Outras Receitas			
Taxas de Serviço de Contrato	320.000	320.000	325.000
Subvenção	8.735.000	8.500.001	8.500.000
Taxas a jusante	1.197.683	1.010.899	946.208
Licenças Downstream - taxas de negociação	117.913	123.417	122.039
Juros	70	1.118	3.935
Outros rendimentos			180.000
Receitas Totais	10.370.666	9.955.435	10.077.182
Despesas			
Custos com funcionários	3.024.473	4.357.393	4.406.929
Geral E Administração	3.957.287	6.570.227	4.820.286
Depreciação e Amortização	4.074.821	287.092	239.955
Despesas com juros	273	689	36
Prejuízo Líquido em Câmbio	1.551	4.316	-17
Total de Despesas	7.391.065	11.219.717	9.467.189
Défice/Excedente do Ano	2.979.601	-1.264.282	609.993

	2021	2022	2023
Saldo de Caixa	88.570.820	383.503.265	55.909.871

Tabela 50: Murak Rai Timor, \$US

Categoria	Montante em 2023
Receitas Totais 2023	2.000.528
<i>Transferência do Governo</i>	2.000.000
<i>Juros Bancários</i>	529
Total de Despesas 2023	66.766
<i>Salário & Salários</i>	53.791
<i>Viagem e Despesa</i>	4.697
<i>Despesas com veículos automóveis</i>	74
<i>Telefone & Comunicações</i>	51
<i>Custos Gerais Diversos</i>	599
<i>Organização/ Direção de Promoção</i>	282
<i>Equipamento Menor</i>	85
<i>Consultores</i>	2.000
<i>Outros Itens de Capital</i>	475
<i>Custos Gerais Diversos</i>	4.370
<i>Impressão e cópia</i>	306
<i>Encargos bancários</i>	37
Lucro Líquido (Perda)	1.933.762
Saldo de Caixa 31 de dezembro de 2023	1.927.296

Tabela 51: Timor Gap, US\$

	Ano encerrado 31 dez'21	Ano encerrado 31 dez'22	Ano encerrado 31 dez'23
Receitas			
Receitas de contratos com clientes	20.665.059	29.055.843	21.565.926
Outros rendimentos	17.411.308	16.921.616	26.458.650
Receitas (A)	38.076.367	45.977.459	48.024.576
Compra de Stock de Combustível	20.034.982	30.258.764	22.071.283
(Aumento)/diminuição do inventário	57.099	(35.628)	3.036
Custos com funcionários	4.249.097	4.498.389	4.744.772
Custo Financeiro	31.705.202	33.041.188	34.500.787
Despesas com imparidade	1.690.632	956.374	1.189.160
Despesas de depreciação e amortização	904.967	893.131	1.064.952
Custo de exploração e avaliação		1.074.800	2.499.549
Outras despesas	5.586.665	9.744.696	19.199.421

	Ano encerrado 31 dez'21	Ano encerrado 31 dez'22	Ano encerrado 31 dez'23
Despesa Total (B)	64.228.644	80.431.714	85.272.960
Lucro Antes da Participação nos Lucros/(Perdas) dos Associados e impostos (C) = (A-B)	(26.152.277)	(34.454.255)	(37.248.384)
Participação nos Lucros/(Perdas) dos Associados (D)		-	(2.250)
Lucro/(Perda) antes de impostos (E)= (C-D)		(34.454.255)	(37.250.634)
Despesa fiscal			
Despesa com imposto de renda	674.992	19	-
Despesa com imposto de renda (anos anteriores)	(452.859)	-	-
Cobrança de impostos diferidos/(Crédito)	35.553	(27.147)	63.339
Despesa Total de Impostos (F)	257.686	(27.128)	63.339
Lucro/(Perda) após impostos (G)= (E-F)	(26.409.963)	(34.427.127)	(37.313.975)
Outros rendimentos abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganhos/(perdas) de remensuração em planos de benefícios definidos (líquidos)	115.715	270.231	(114.367)
Efeito do imposto sobre o rendimento acima referido	(11.572)	(27.023)	11.437
Total de Outros Rendimentos Abrangentes (H)	104.143	243.208	(102.930)
Lucro Integral Total/(Perda) (I)= (G+H)	(26.305.820)	(34.183.919)	(37.416.905)
Total do Lucro/(Perda) atribuível a:			
Timor GAP. E.P	(26.417.049)	(34.427.147)	(37.313.887)
Participação não controladora	7.086	20	(88)
Lucro/(Perda) Total Abrangente atribuível a:			
Timor GAP. E.P	(26.312.906)	(34.183.939)	(37.416.817)
Participação não controladora	7.086	20	(88)
Saldo de Caixa	34.503.510	79.377.491	106.053.463

Tabela 52: BNCTL, US\$

	2021	2022	2023
Operações em Continuidade			
Despesas com juros	14.211.492	21.673.174	40.770.314
Margem financeira	-1.190.059	-2.610.437	-3.473.596
Margem financeira	13.021.433	19.062.737	37.296.718
Receitas de taxas e comissões	4.536.326	5.449.262	5.855.948
Receitas de taxas e comissões	-170.758	-371.092	-626.863
Receitas líquidas de taxas e comissões	4.365.568	5.078.170	5.229.085
outros rendimentos	457.698	429.887	264.989
Receita Operacional Líquida Total	17.844.699	24.570.794	42.790.792
Despesas Operacionais			
Perdas líquidas por imparidade de ativos financeiros	1.330.829	3.648.264	9.586.126
Despesas pessoais	4.847.270	6.516.133	7.558.263
Despesas gerais e administrativas	2.524.620	3.786.362	4.844.586
Depreciação e amortização	1.695.189	2.148.008	1.959.751
Outras despesas	1.389.603	2.339.593	3.235.546
Taxa de amortização dos ativos com direito de utilização	121.117	111.241	148.658
Despesa Operacional Total	11.908.628	18.549.601	27.332.930
Lucro antes do imposto de renda	5.936.071	6.021.193	15.457.862
Receitas fiscais / (despesa)			
Atual	-171.962	-671.332	-1.686.655
Defferred	-421.645	35.229	-133.520
Receitas fiscais / (despesa)	-593.607	-636.103	-1.820.175
Lucro do Ano	5.342.464	5.385.090	13.637.687
Outros rendimentos/perdas abrangentes do ano		-	
Total do Rendimento Integral do Ano	5.342.464	5.385.090	13.637.687
Saldo de Caixa	308.529.262	545.676.326	443.272.481

Tabela 53: RTTL, US\$

Categoria	Valor
Receitas	3,666,481
Transferência do do OGE	1,986,479
Outras Receitas	1,680,002
Despesas	3,666,481
Saldo gerência	497,895

Tabela 54: ANATL, US\$

Informações de 2023	Total
BALANÇO INICIAL (Saldo tp 2022)	366,058
RECEITAS	
Subsidio pelo Governo/OGE 2023	1,634,000
Outros Receivos/Redeposito	50
Juros Bancarios	327
Total Receitas	1,634,377
GRAND TOTAL	2,000,435
Salário e abonos regulares e permanentes	754,941
Taxa Individual 10%	22,432
Abonos Variáveis ou eventuais	36,838
Contribuição para a segurança social	59,994
Vestuário e artigos pessoais	-
Bens Públicos	7,097
Alimentação	925
Material Escritório	14,648
Combustivel	20,000
Manutenção, limpeza e segurança	440,595
Comunicações	48,164
Transportes	22,287
Catering	13,500
Serviços Profissionais	93,106
Publicação, cópia e impressão	8,215
Transferências Correntes	1,500
Outros despesas Correntes	12,009
Imóveis	63,399
Kliring to CFET (Balansu Subvensaun 2022)	366,058
Grand Total	1,985,708
BALANÇO FINAL NO BANCO COMERCIAL	14,727

III. Anexo 3 – Certificado do Fundo Petrolífero



PRIMEIRO-MINISTRO

N.º 193/PM-GPM/X/2024

Díli, 01 de outubro de 2024

Assunto: Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025

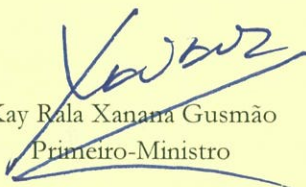
Excelência,

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º e no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, e para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, venho por este meio, em nome do IX Governo Constitucional, apresentar a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, aprovada na reunião do Conselho de Ministros do dia 30 de setembro de 2024, acompanhada, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, dos artigos 41.º a 43.º e do n.º 1 do artigo 47.º da referida Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, pelo Relatório, pelos Desenvolvimentos Orçamentais e pelos Elementos Informativos.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 segue o lema “*Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos*”.

Remeto, ainda, nos termos previstos nas alíneas a), b) e c) do artigo 8.º e nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro e pela Lei n.º 2/2022, de orçamental de fevereiro, os seguintes documentos: (i) o Relatório com a estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental no qual a transferência é feita (2025) e para o ano orçamental anterior (2024); (ii) o Relatório do Auditor Independente de certificação do montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado; (iii) o Relatório com a estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado dos exercícios orçamentais subsequentes, por força da transferência do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado; (iv) o Relatório do Auditor Independente que certifica as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado; e, (v) a justificação sobre os motivos que levam a considerar como sendo no interesse de Timor-Leste, a longo prazo, que se efetue uma transferência em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero.

Queira aceitar, Senhora Presidente, os meus mais respeitosos cumprimentos.


Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional



PRIMEIRO-MINISTRO

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

Díli, 01 de outubro de 2024

Assunto: Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 e justificação da realização de uma transferência do Fundo Petrolífero em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado

Excelência,

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República e para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, venho por este meio, em nome do IX Governo Constitucional, apresentar a Vossa Excelência a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, acompanhada, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, dos artigos 41.º a 43.º e do n.º 1 do artigo 47.º da referida Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, pelo Relatório, pelos Desenvolvimentos Orçamentais e pelos Elementos Informativos.

Adicionalmente, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, e no n.º 4 do artigo 43.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresento igualmente a Vossa Excelência a justificação sobre os motivos que levam a considerar como sendo no interesse de Timor-Leste, a longo prazo, que se efetue uma transferência em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero, juntamente com os demais documentos previstos na Lei do Fundo Petrolífero.

Excelência,

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 define as prioridades governamentais para 2025, sob o lema *“Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos”*.

O Governo prevê que o valor das transferências do Fundo Petrolífero em 2025 não exceda o montante de US\$1.561.073.539,00, sendo a transferência de US\$551.949.714,00 correspondente ao Rendimento Sustentável Estimado, e o montante de US\$1.009.123.825,00 superior do Rendimento Sustentável Estimado.



PRIMEIRO-MINISTRO

O Orçamento Geral do Estado para 2025 dá continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Governo desde que iniciou funções, assegurando o investimento em infraestruturas estratégicas, crescimento económico e iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos timorenses, com vista a alcançar os objetivos estratégicos definidos no Programa do IX Governo Constitucional: 1) Reafirmar o Estado de Direito Democrático; 2) Investir no Desenvolvimento do Capital Social; 3) Prosseguir com o Desenvolvimento das Infraestruturas Essenciais; 4) Promover o Desenvolvimento da Economia; 5) Prosseguir na Consolidação Governativa; e 6) Promover a Boa Governação e o Combate à Corrupção.

O Governo está comprometido com a prossecução destes objetivos e dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, considerando também as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida do povo de Timor-Leste, garantindo que o desenvolvimento do país se faz sentir na esfera de todos os cidadãos, e que ninguém fica para trás.

Com esta finalidade, o Governo definiu as prioridades e medidas fundamentais nestas três grandes áreas, refletidas na proposta do Orçamento.

O investimento em infraestruturas estratégicas passa pela construção de uma rede moderna de estradas, pontes, aeroportos, telecomunicações e sistemas de energia. Destaca-se a atribuição de uma dotação orçamental de US\$ 227,3 milhões no Programa Estradas e Pontes, a alocação de US\$ 29,6 milhões do Fundo das Infraestruturas para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária, mormente o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, a alocação de US\$ 2,5 milhões do Fundo das Infraestruturas para o Projeto de Instalação de Fibra Ótica que irá permitir, a partir de 2025, o fornecimento de internet de alta velocidade no país, e US\$ 5 milhões para a gestão da fibra ótica, e do montante de US\$ 12,2 milhões para a expansão da rede elétrica, nomeadamente em áreas que permanecem sem ligação à rede nacional.

Com vista à promoção do crescimento económico, diversificação da economia e criação de emprego, será feito um investimento estratégico em setores críticos, como petróleo e minerais, agricultura, comércio e indústria, emprego, turismo e desenvolvimento do capital humano. No setor do petróleo e recursos minerais, o Governo alocou US\$ 40,5 milhões do Fundo das Infraestruturas para o programa de Gestão de Petróleo e Recursos Minerais, e, no âmbito do projeto *Greater Sunrise*, projeto fundamental para o país, uma verba de US\$ 12 milhões.



PRIMEIRO-MINISTRO

Adicionalmente, é alocada uma verba de US\$ 4,6 milhões do Fundo das Infraestruturas no programa de Investimento e Diversificação Económica para fortalecer o setor do comércio e indústria, uma verba de US\$ 40,8 milhões para dinamizar os setores agrícola, pesqueiro, pecuário e florestal, uma verba de US\$ 1,98 milhões do Fundo das Infraestruturas, para fortalecer o setor do turismo e de US\$ 4,8 milhões para o Programa do Turismo, como um dos principais motores da diversificação económica, e uma dotação de US\$ 23,3 milhões para o desenvolvimento do mercado de trabalho, criação de empregos, investimento em formação profissional e apoio à incubação de empresas. Em conformidade com o compromisso do Governo com a necessidade de adaptação às alterações climáticas, o investimento nestes setores considera a promoção da resiliência climática.

Constituindo a melhoria do bem-estar dos cidadãos a prioridade máxima do Governo, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2025 concretiza o compromisso com o desenvolvimento do capital humano, através de iniciativas que reforçam os sistemas de proteção social, dos serviços de saúde, da educação e dos serviços públicos. É alocada uma verba de US\$ 17,2 milhões para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, uma verba de aproximadamente US\$ 406 milhões para apoiar a sociedade civil, a saúde e os serviços sociais, uma verba de US\$ 145,8 milhões para o setor da educação e formação, uma dotação de aproximadamente US\$ 99,2 milhões para o setor da saúde e, por fim, para iniciativas de água, saneamento e higiene em vários municípios, para promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, reduzir os riscos para a saúde pública e proteger o ambiente, uma verba de US\$ 26 milhões. O Governo está, também, empenhado em prosseguir com a descentralização, reforma estrutural que permitirá complementar o programa de desenvolvimento rural e urbano, e o desenvolvimento equilibrado de todos os municípios e regiões do país.

Excelência,

O Fundo Petrolífero foi constituído para assegurar a utilização equilibrada dos recursos do país, exigindo a lei que, para além de uma gestão transparente e rigorosa, as transferências que excedam o Rendimento Sustentável Estimado para financiar o Orçamento Geral do Estado têm de ser do interesse do país a longo prazo.

Os investimentos e medidas estratégicos que constam da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 constituem passos decisivos para o desenvolvimento do país a longo prazo e para a melhoria do bem-estar e condições de vida do povo timorense. São fundamentais não apenas para satisfazer as necessidades da geração atual, mas também para criar uma base sustentável que permita satisfazer as necessidades das gerações vindouras.



PRIMEIRO-MINISTRO


A sua implementação torna, pois, necessário recorrer a uma transferência do Fundo Petrolífero superior ao Rendimento Sustentável Estimado.

Esta transferência não se destina a suportar despesas correntes relacionadas com o funcionamento da administração do Estado, mas, pelo contrário, destina-se a financiar os investimentos estratégicos, fundamentais e imprescindíveis, que constituem o pilar para o desenvolvimento sustentável do país a longo prazo.

Pelo exposto, com base nos fundamentos apresentados, submete-se à consideração do Parlamento Nacional a aprovação de uma transferência do Fundo Petrolífero em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado.

Neste sentido, apresento, a Vossa Excelência, para efeitos de apreciação deste pedido, o Relatório com a estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental no qual a transferência é feita (2025) e para o ano orçamental anterior (2024), o Relatório do auditor independente certificando o montante da estimativa do Rendimento Sustentável, o Relatório com a estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado dos exercícios orçamentais subsequentes, por força da transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado e o Relatório do Auditor Independente que certifica as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado, exigidos pelas alíneas a), b) e c) do artigo 8.º e pelas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Queira aceitar, Senhora Presidente, os meus mais respeitosos cumprimentos.


Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete Ministerial



No. 397/GMdF/IX/2024-09

Díli, 30 de setembro de 2024

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Excelência,

Nos termos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano orçamental de 2025, ano no qual a transferência é feita, bem como para o ano orçamental precedente de 2025.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental de 2025	Montante (US Dólares) 551.949.714,00
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental precedente (2024)	Montante (US Dólares) 522.092.899,00

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as regras definidas no Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero.

A análise da metodologia na qual se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado é incluída no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2025.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2024.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças




Santina J. R. F. Viegas Cardoso



**Building a better
working world**

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Ms. Santana J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Díli, Timor-Leste

30 September 2024

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA DE FIABILIDADE SOBRE O CÁLCULO DO RENDIMENTO SUSTENTÁVEL ESTIMADO ("RSE")

Âmbito

Fomos contratados pelo Ministro das Finanças da República Democrática de Timor Leste ("Ministério das Finanças") em conformidade com a alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, ("a Lei") para a realização de um trabalho de segurança razoável conforme definido nas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, de ora em diante referido como o trabalho, em relação ao cumprimento pelo Ministério das Finanças, em todos os aspetos materiais, com os requisitos para o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE"), de acordo com os parágrafos II e III do Anexo I da Lei para o ano a findar em 31 de Dezembro de 2025 ("Anexo I").

Responsabilidades do Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é responsável pelo:

- ▶ Cálculo do RSE para o ano fiscal a findar em 31 de dezembro de 2025 em cumprimento com os requisitos estipulados no Anexo I da Lei.
- ▶ Confirmar que a mensuração e avaliação dos pressupostos subjacentes que suportam o cálculo cumprem com os requisitos dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei e que todas as matérias relevantes são refletidas no cálculo do RSE.
- ▶ Desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, manutenção de registos e efetuar as estimativas que sejam relevantes para o cálculo do RSE de acordo com o Anexo I da Lei, livre de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades da EY

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, com base no trabalho realizado e na evidência obtida.

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e pelos termos de referência acordados com o Ministério das Finanças para a realização deste trabalho em 20 de setembro de 2024. Esta Norma exige que o

trabalho seja planeado e executado para obter uma garantia razoável de fiabilidade de que o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei, no cálculo do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025, e para emitir o nosso relatório. A natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material no cálculo do RSE, quer devido a fraude ou a erro.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

Gestão de Qualidade e independência

Mantivemos a nossa independência e confirmamos que cumprimos com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e que temos as competências e a experiência necessárias para executar este trabalho.

Aplicamos igualmente a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1, Gestão da Qualidade para Firmas que Executem Auditorias ou Revisões de Demonstrações Financeiras, ou Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade ou Serviços Relacionados e, como tal, projetamos, implementamos e operamos um sistema de gestão da qualidade incluindo políticas ou procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Os nossos procedimentos incluíram:

- ▶ A realização de entrevistas ao pessoal-chave para entendimento do processo de reporte do RSE, incluindo o processo de obter e preparar a informação para o cálculo do RSE.
- ▶ A verificação se os critérios de cálculo foram corretamente aplicados de acordo com as metodologias descritas nos parágrafos II e III do Anexo 1 da Lei;
- ▶ A confirmação, com base numa amostra, que os dados usados para o cálculo do RSE estão de acordo com os da base de dados (ver limitação);
- ▶ A verificação das fórmulas usadas no cálculo do RSE e dos mapas de suporte;
- ▶ A realização de procedimentos de revisão analítica para apoiar na verificação da razoabilidade dos dados usados para calcular o RSE.

Ênfase - Limitação inerente

O Ministério das Finanças prepara o cálculo do RSE com base nos pressupostos subjacentes de acordo com as disposições dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei. Alguns desses pressupostos têm por base informação previsional fornecida ou obtida junto de terceiros (por exemplo, produção real e prevista e custos reais e orçamentados, através da informação fornecida pelo operador de joint ventures Bayu-Undan field através da Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste e a taxa de retorno de longo prazo do Fundo Petrolífero, fornecida por consultores de investimentos independentes) e o nosso trabalho não inclui a verificação da exatidão, plenitude ou validade das informações obtidas de terceiras entidades.

Segurança razoável significa um nível de segurança elevado, mas não absoluto. A segurança absoluta é raramente alcançável como resultado de fatores tais como: o uso de testes seletivos, as limitações inerentes ao controlo interno, o facto de que muitas das evidências que nos foram disponibilizadas serem persuasivas e não conclusivas, e o uso de julgamento profissional na recolha e avaliação de provas e na formação das nossas conclusões com base nessas provas.

Opinião

Em nossa opinião, o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. O cálculo apresenta um Rendimento Sustentável Estimado de 551.949.714 de dólares americanos.

Restrições de uso

A informação contida neste relatório é unicamente para uso do Ministério das Finanças, de acordo com a carta compromisso datada de 20 de setembro de 2024, com o objetivo de expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, para além do Ministério das Finanças, por qualquer fiabilidade neste relatório, ou para qualquer propósito diferente daquele para o qual foi preparado.



Ernst & Young
Perth
Australia



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete Ministerial



No.: 396/GMdF/IX/2024-09

Díli, 30 de setembro de 2024

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Assunto: **Estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado nos exercícios orçamentais subsequentes**

Excelência,

Nos termos previstos na alínea b) do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, e alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos orçamentais a partir de 2025, em resultado da inscrição na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 de uma transferência do Fundo Petrolífero no valor de US\$1.561.073.539, montante que excede o valor do Rendimento Sustentável Estimado:

Ano orçamental	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2025 seja feito um levantamento superior ao RSE	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2025 seja feito um levantamento igual ao RSE	Redução do RSE
2026	528.175.469	559.109.543	(30.934.074)
2027	535.027.122	566.362.459	(31.335.337)
2028	541.967.250	573.709.054	(31.741.804)
2029	548.997.402	581.150.947	(32.153.545)
2030	556.118.746	588.689.372	(32.570.626)
2031	563.332.465	596.325.582	(32.993.117)
2032	570.639.757	604.060.846	(33.421.089)
2033	578.041.836	611.896.448	(33.854.612)
2034	585.539.931	619.833.690	(34.293.759)
2035	593.135.288	627.873.890	(34.738.602)

Os cálculos foram realizados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças, com base nas regras definidas no Anexo 1 à Lei do Fundo Petrolífero.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2024.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças



Santina J. R. F. Viegas Cardoso



**Building a better
working world**

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Ms. Santana J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Dili, República Democrática de Timor-Leste

30 de setembro de 2024

Relatório de Conclusões Factuais para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste relativas à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

Escopo e propósito

Efetuámos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste (“Ministério das Finanças”) (a “Parte Contratante”), com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025 em conformidade com a alínea c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, o Orçamento Geral do Estado e o Regime de Gestão das Finanças Públicas (“Lei”). Os relatório de conclusões factuais pode não ser adequado para outro propósito.

Restrições ao uso

O presente relatório destina-se exclusivamente ao uso da parte contratante e não se destina a ser e não deve ser usado por outras partes.

Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, por qualquer perda ou responsabilidade que esses terceiros possam sofrer ou incorrer, decorrente de ou relacionada com ou de qualquer forma ligada com o conteúdo do nosso relatório, da entrega do nosso relatório a terceiros ou a confiança que terceiros depositem no nosso relatório.

Responsabilidades da parte contratante

A parte contratante reconheceu que os procedimentos acordados são apropriados para o propósito do nosso trabalho.

Responsabilidades do EY

Nós executamos os procedimentos acordados em conformidade com a Norma Internacional de Serviços Relacionados (ISRS) 4400, Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados com Respeito a Informação Financeira. Um trabalho de procedimentos acordados consiste em executar os procedimentos acordados com a parte contratante, e reportar as conclusões, que são os resultados factuais dos procedimentos acordados. Não expressamos qualquer representação sobre a adequação ou a suficiência dos procedimentos acordados descritos abaixo seja para o propósito para o qual este relatório foi solicitado ou para qualquer outro propósito.

O presente trabalho de procedimentos acordados não é uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de segurança razoável. Caso tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outras matérias poderiam ter chegado ao nosso conhecimento que seriam reportadas a V. Exas.

Nossa independência e gestão de qualidade

Ao realizar o trabalho de procedimentos acordados, cumprimos com os requisitos de ética no Código de Ética para Contadores Profissionais emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (Código de Ética). Não precisamos ser independentes para os fins deste trabalho. No entanto, cumprimos os requisitos de independência do Código de Ética que se aplicam a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditoria financeira ou trabalhos de revisão.

A EY aplica a Norma Internacional de Gestão da Qualidade 1, que exige que concebamos, implementemos e operemos um sistema de gestão da qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados.

Executamos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com a parte contratante sobre o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.

Nossos procedimentos e conclusões factuais

Os procedimentos foram efetuados exclusivamente com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Os procedimentos efetuados e as conclusões factuais são como segue:

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
<p>1. Obtenção dos cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE^(Nota 1) será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.</p>	<p>Obtivemos os cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.</p>
<p>2. Resumo do montante pelo qual o RSE será reduzido para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.</p>	<p>Resumimos, no Apêndice A, o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.</p>
<p>3. Conciliação da metodologia subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2024. Reporte de quaisquer exceções encontradas.</p>	<p>A metodologia de cálculo subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 estão em conformidade com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2024. Não foram identificadas quaisquer exceções.</p>
<p>4. Obtenção do valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, que consiste num valor em excesso do RSE calculado pelo Ministério das Finanças para efeitos do Orçamento do Ano Fiscal de 2025 e reconciliação do valor com o cálculo obtido no procedimento 1.</p>	<p>Obtivemos do Ministério das Finanças o valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, o qual ascende a 1.561.073.539 de dólares americanos. Conciliámos o valor da transferência proposta, no montante de 1.561.073.539 de dólares americanos, com os cálculos obtidos no procedimento 1.</p>
<p>5. Recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.</p>	<p>Efetuámos o recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Não foram identificadas quaisquer exceções.</p>



**Building a better
working world**

Note 1 - o RSE para um determinado ano fiscal é calculado como 3% do valor total estimado do Fundo Petrolífero no final do ano fiscal anterior adicionado do valor presente dos "recebimentos das futuras receitas de petróleo" com base numa taxa de desconto igual à taxa de retorno do investimento futuro do Fundo Petrolífero. Com a término do Acordo de Partilha de Produção do campo Bayu-Undan, os recebimentos das futuras receitas de petróleo foram estimados em 35,3 milhões de dólares e 60,8 milhões de dólares americanos para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2026, respectivamente. O ESI apurado para o período que terminará a 31 de dezembro de 2025 ascende a 551.949.714 dólares americanos.

Ernst & Young

Ernst & Young
Perth
30 de setembro de 2024

Apêndice A

A tabela abaixo resume a redução ao RSE para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da proposta transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.

RSE para os anos fiscais de 2026 a 2035 assumindo:

	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 1.561.073.539 de dólares americanos	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 551.949.714 de dólares americanos	Redução do RSE
Ano fiscal	de dólares americanos	de dólares americanos	de dólares americanos
31 de dezembro de 2026	528.175.469	559.109.543	(30.934.074)
31 de dezembro de 2027	535.027.122	566.362.459	(31.335.337)
31 de dezembro de 2028	541.967.250	573.709.054	(31.741.804)
31 de dezembro de 2029	548.997.402	581.150.947	(32.153.545)
31 de dezembro de 2030	556.118.746	588.689.372	(32.570.626)
31 de dezembro de 2031	563.332.465	596.325.582	(32.993.117)
31 de dezembro de 2032	570.639.757	604.060.846	(33.421.089)
31 de dezembro de 2033	578.041.836	611.896.448	(33.854.612)
31 de dezembro de 2034	585.539.931	619.833.690	(34.293.759)
31 de dezembro de 2035	593.135.288	627.873.890	(34.738.602)



Aitarak Laran, Dili
www.mof.gov.tl